

# Agenda de Desenvolvimento Territorial

## Relatório de Articulação com Estados



Brasília  
Novembro de 2014



Ministério do  
Planejamento





## SUMÁRIO

SUMÁRIO .....	3
Introdução .....	5
Agenda de Desenvolvimento Territorial.....	7
ACRE .....	13
AMAPÁ .....	16
AMAZONAS .....	18
PARÁ .....	28
RONDÔNIA .....	38
RORAIMA .....	44
ALAGOAS .....	51
BAHIA .....	60
CEARÁ .....	71
MARANHÃO.....	82
PARAÍBA .....	93
PIAUÍ .....	100
RIO GRANDE DO NORTE .....	107
SERGIPE .....	119
MATO GROSSO.....	131
DISTRITO FEDERAL.....	131
ESPÍRITO SANTO .....	135
RIO DE JANEIRO.....	143
PARANÁ .....	153
RIO GRANDE DO SUL.....	159





## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a estratégia do governo federal para a constituição de um Sistema Nacional de Planejamento, a partir do processo articulado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP) com os estados que aderiram à Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT).

Para gerar esse conjunto de informações, servidores da SPI visitaram 20 estados que de início aderiram formalmente à ADT e apresentaram as bases conceituais em que se assentam as Agendas. Nessa ocasião, os estados apresentaram como estão organizados para fazer frente às demandas socioeconômicas do território em que atuam, bem como sua estratégia para enfrentá-las. O governo federal, por sua vez, apresentou sua estratégia para o mesmo território.

A organização deste trabalho começa com a apresentação do marco teórico da Agenda de Desenvolvimento Territorial e prossegue com uma ordenação conforme as macrorregiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Dentro de cada uma delas, os estados aparecem em ordem alfabética. Para cada ente foi feita, inicialmente, uma pequena introdução que contextualiza o sistema de planejamento estadual e seu potencial para aderir à Agenda. Foi levada em consideração a percepção dos servidores que se envolveram com os estados nesse processo de articulação federativa.

Essas introduções são seguidas pela Estratégia Federal e pela Estratégia Estadual que apontam para as áreas de maior oportunidade e conveniência de atuação conjunta. Apenas no caso do Rio Grande do Sul foi ainda adicionada a Agenda que contempla a convergência entre as duas estratégias.



## AGENDA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A etapa atual de desenvolvimento brasileiro e a dimensão e complexidade dos desafios a enfrentar demandam a reconstrução de um Sistema Nacional de Planejamento, assentado no princípio de cooperação federativa e participação social. Nessa linha, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) vem desenvolvendo iniciativas voltadas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Planejamento, que visam a promover a articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos planos plurianuais do nível federal e entes subnacionais. Duas iniciativas em andamento merecem destaque: o Programa Nacional de Apoio Técnico à Elaboração dos Planos Plurianuais Municipais para o Período 2014-2017 e as Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADT). O objetivo comum a essas iniciativas é construir uma plataforma de diálogo permanente nas três esferas de governo, tendo como suporte os PPAs federal, estaduais e municipais.

As duas iniciativas se comunicam intimamente, retroalimentando-se. As Agendas de Desenvolvimento Territorial são um insumo para o processo de elaboração dos PPAs municipais, na medida em que informam aos municípios as ações do Governo Federal e Estadual que incidem sobre o seu território e de que forma dialogam com as demandas identificadas pelas administrações municipais. No médio prazo, por sua vez, espera-se que os PPAs municipais, construídos sobre novas bases, influenciem os PPAs estaduais e federais, incidindo sobre as estratégias e definições de novos investimentos.

A estratégia de elaboração das ADTs almeja inserir a dimensão territorial no processo de planejamento do desenvolvimento. Esse procedimento significa (i) uma orientação da oferta das políticas públicas às demandas territorialmente definidas; (ii) eleger o território como plataforma de integração entre as políticas públicas; bem como (iii) promover a articulação e pactuação federativa e a participação social.

Esse tipo de planejamento territorial demanda a identificação de complementaridades e convergências entre as estratégias políticas e administrativas construídas nas diversas escalas de governo (federal, estadual, municipal e outros entes territoriais, como os Consórcios) e que devem estar explicitadas em seus PPAs. Nesse sentido, a ADT tem como objetivo refletir as interações entre as estratégias explicitadas nesses Planos dos entes governamentais, bem como do conjunto de ações estruturantes que emergem dessas estratégias.

As ações estruturantes, planejadas e/ou em execução pelos diversos tipos de governo, seguem, na maioria das vezes, lógicas específicas a cada setor de ação governamental (transporte, saúde, educação etc.), e ensejam dinâmicas territoriais próprias. Fortalecer a cooperação federativa em torno das ADTs permitirá ao Estado e à sociedade ter maior clareza sobre essas dinâmicas, inclusive suas lacunas, agregando qualidade no exercício permanente de planejamento público, ao tempo em que reconhece as múltiplas referências espaciais que orientam a ação estatal.

Peça fundamental dessa sistemática os PPAs desses entes governamentais devem contemplar as iniciativas estruturantes do setor público, além de identificar os investimentos privados em curso no território. Tais elementos são referência para a construção das ADTs e serão insumos para influenciar o novo ciclo de planejamento do governo federal de 2016-2019. É mais uma oportunidade de articulação com os planos de desenvolvimento local construídos em fóruns específicos já constituídos entre o setor público e a sociedade. A sistemática metodologia de construção da ADT segue conforme indicado na figura 2.

**Figura 2 – Sistemática para construção da ADT**



Elaboração: SPI/MP

O método adotado valoriza a diversidade de lógicas e estratégias que informam os planos, políticas e programas temáticos, reconhecendo múltiplas escalas e recortes territoriais, ao mesmo tempo em que busca a articulação e pactuação para o desenvolvimento da ação no território.

A partir dessa premissa, e tendo o PPA federal como referência inicial, o Ministério do Planejamento apresenta a descrição de políticas e iniciativas com recorte territorial, em cada território<sup>1</sup>. Em paralelo, os demais entes governamentais envolvidos (governos estaduais e outros entes territoriais) fazem exercício similar e

<sup>1</sup> A atual dimensão estratégica do PPA Federal permite visualizar as cinco dimensões pelas quais se pretende governar o padrão nacional de desenvolvimento (Social, Econômica, Territorial, Ambiental e Político-Institucional) e as três frentes de expansão da dimensão econômica que têm alavancado os investimentos no país (Produção e consumo de massa, Infraestrutura e Atividades baseadas em recursos naturais).

apresentam a visão estratégica de seus planejamentos, incorporando os seus projetos prioritários à ADT.

Não se pretende focar apenas nos investimentos (no sentido de despesas de capital). Despesas correntes, iniciativas institucionais e financiamentos extra-orçamentários também podem ser incluídos, quando estiverem entre as prioridades dos governos estaduais. Por exemplo, em áreas deprimidas, as políticas compensatórias de transferência de renda, além de resgatarem a dignidade dos destinatários, movimentam a economia local.

Para auxiliar na reflexão, sugere-se identificar iniciativas:

- Indutoras do desenvolvimento em zonas de ocupação recente (relacionar com as vocações ou com as necessidades identificadas);
- Consolidadoras de áreas dinâmicas;
- Para aproveitamento de vocações locais e redução de desigualdades em áreas deprimidas;
- Características dos atendimentos universais, com impacto local (educação, saúde);
- Com cobertura de programas de transferência compensatória ou distributiva de renda (bolsa-família, salário-educação, programas estaduais);
- Prioritárias para integração territorial;
- Capazes de alterar a dinâmica produtiva e agregar valor à produção (incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação, existência de centros de pesquisas, universidades e escolas técnicas, arranjos produtivos locais etc.);
- Relativas à linhas de crédito específicas para culturas ou atividades produtivas dominantes na área.

Junto à descrição da estratégia de desenvolvimento, considera-se o apontamento das iniciativas prioritárias requisito mínimo para o mapeamento estratégico, ao qual já há uma descrição conjunta da lógica estratégica associada ao conjunto de intervenções estruturantes.

Os planos locais e regionais de desenvolvimento, quando existentes, também devem ser considerados. Além disso, os Governos Estaduais e o Governo Federal precisam reforçar os mecanismos de participação social presentes nos colegiados territoriais já constituídos, promovendo o diálogo entre a estratégia de desenvolvimento desejada pelo território e aquelas propostas pelos diferentes atores públicos.

Devem-se agregar, ainda, as informações a respeito dos investimentos produtivos em curso ou previstos para a região, bem como dos arranjos produtivos locais já identificados. Dessa forma, é possível mapear as complementaridades entre os projetos previstos pelo setor público e pelo setor privado, de modo a potencializar

seus impactos e ampliar as conexões que integrem os territórios às redes estabelecidas e projetadas.

Os passos seguintes são produto da ação conjunta dos governos, com identificação de convergências, complementaridades, lacunas e divergências entre as estratégias e intervenções realizadas no território.

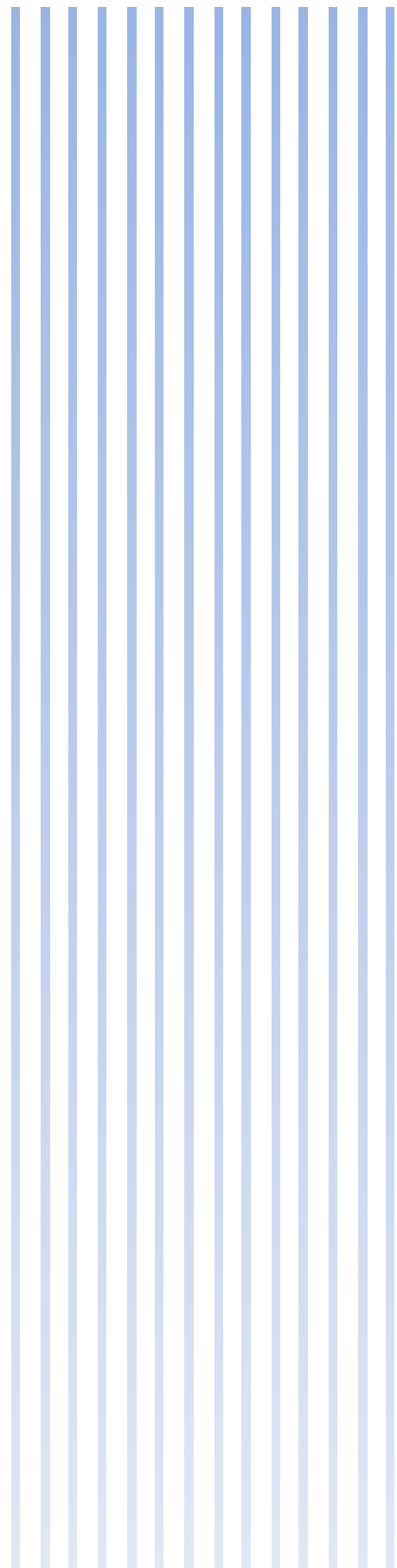
Desse ponto resulta uma análise de potencial de cooperação federativa que identifica quatro tipos de intervenções:

- Ações que poderiam ser potencializadas pela articulação entre o Ministério do Planejamento, as secretarias estaduais e municipais de planejamento, bem como as secretarias de planejamento dos demais entes territoriais envolvidos;
- Ações estruturantes para o território que já estão equacionadas, seja porque estão concluídas, seja porque estão com implementação adiantada;
- Ações em que há divergências entre os planos federal, estadual e municipal; e
- Lacunas nos planos dos governos federal, estaduais e municipais para atendimento das demandas identificadas no território.

Como ferramenta de apoio, e sem prejuízo do uso dos sistemas de monitoramento já adotados por cada ente federado, o Ministério do Planejamento sugere a adoção da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE ([www.visualizador.inde.gov.br](http://www.visualizador.inde.gov.br)), cujo acesso é público, via internet. Criada pelo Decreto 6.666, de 2008, a INDE tem por objetivo congrega dados geoespaciais produzidos pela Administração Pública em um único portal de internet, permitindo o uso racional das informações geográficas e a disseminação da cultura de visualização das políticas públicas no território.

Esse Decreto obriga o compartilhamento dessas informações no âmbito do Governo Federal e faculta a adesão dos demais entes federados à plataforma de convergência de informações georreferenciadas. À medida que cada ente federado compartilhar suas informações na INDE, será possível avançar com parcerias que mitiguem sobreposições e potencializem complementaridades na ação governamental por meio de agendas de desenvolvimento territorial.

Para inserir as suas informações na INDE, os governos estaduais e municipais devem tornar-se “nós” descentralizados do sistema, alimentando e atualizando os dados diretamente a partir de suas bases. O Ministério do Planejamento presta todo apoio necessário para a concretização dessa viabilização da adesão, desde treinamentos presenciais até suporte para o desenvolvimento da infraestrutura local.



REGIÃO NORTE





O Estado do Acre foi dos últimos entes a aderir ao processo. Não houve grande envolvimento com o projeto, não tendo sido apresentada sua estratégia para o território a que se circunscreve sua atuação.

## ESTRATÉGIA FEDERAL

O conjunto das políticas do governo federal tem a finalidade de fortalecer a integração com a América do Sul e a ligação entre Manaus e Porto Velho (PAC rodovias e COSIPLAN); reduzir o déficit de políticas universais (Educação, Analfabetismo, Saúde, Esporte e Cultura, Transferência de Renda) em territórios de maior desigualdade; aumentar a acessibilidade (Aeroportos Regionais, Banda Larga); e fortalecer o Sistema de Unidades de Conservação e combate ao desmatamento (SNUC, CAR, PPCDAM).

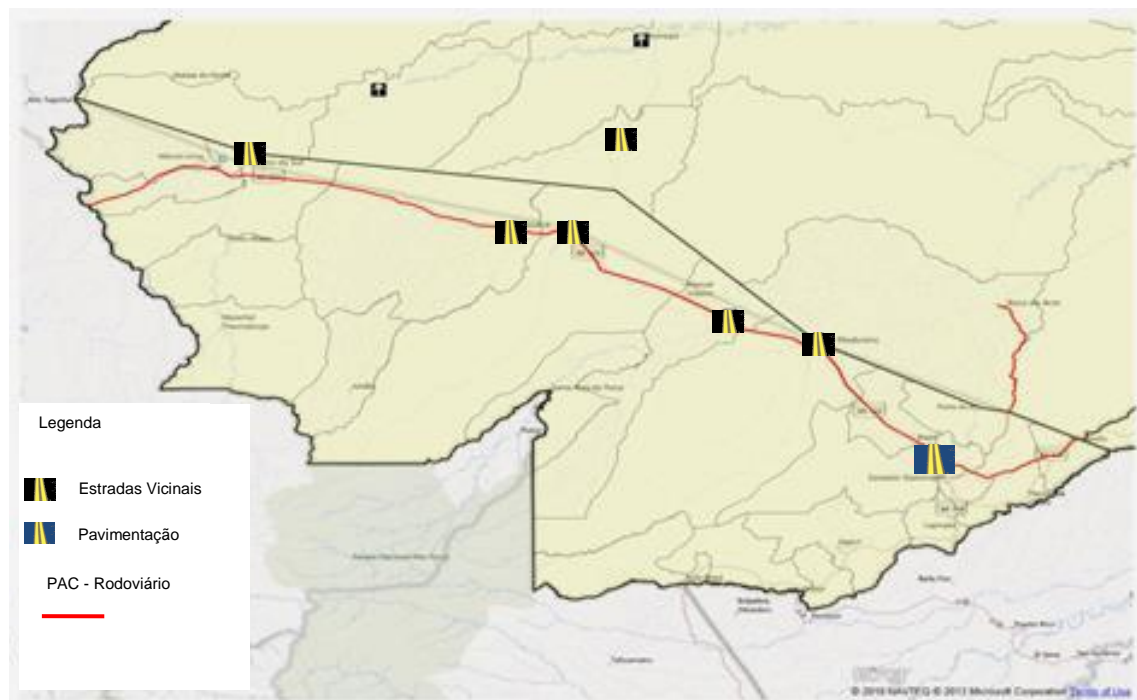
As figuras abaixo ilustram as estratégias federais relacionadas ao fortalecimento da integração latino-americana e a ligação Porto Velho-Manaus.

**Figura 3 - Integração Latino-Americana**



Fonte: SPI/MP

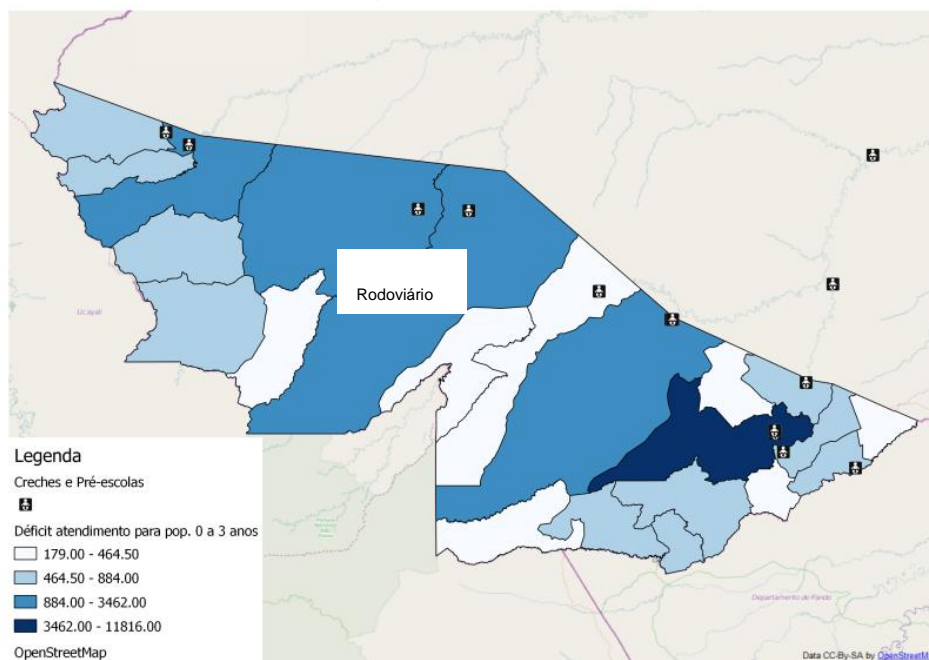
Figura 4 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias



Fonte: SPI/MP

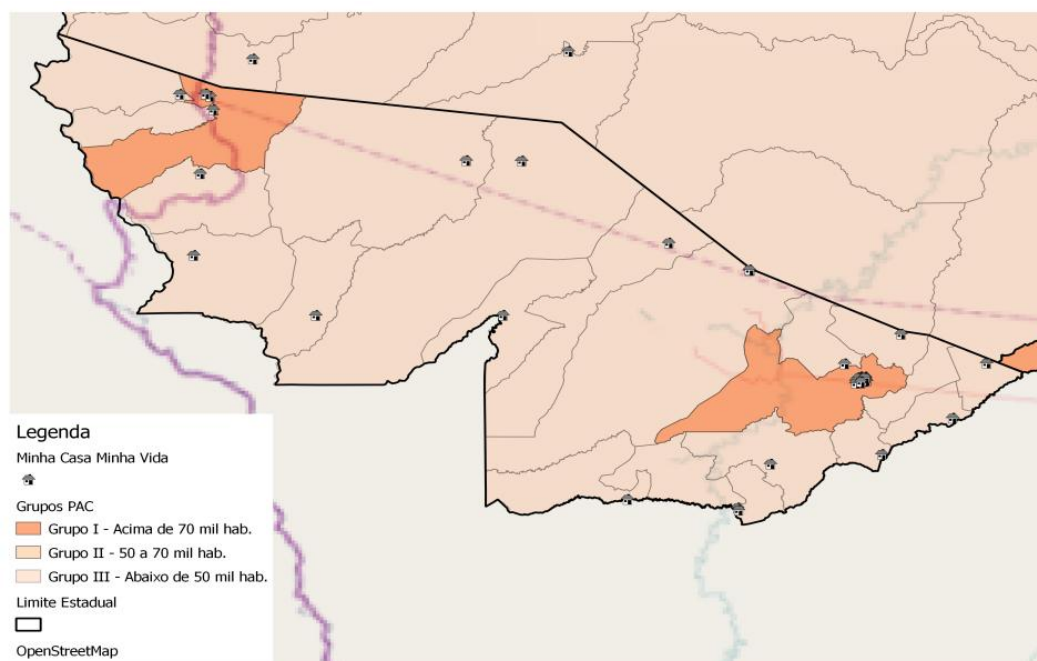
A oferta de políticas universais está caracterizada nas figuras a seguir e demonstram o padrão espacial da estratégia federal para o tema.

Figura 5 - Creches



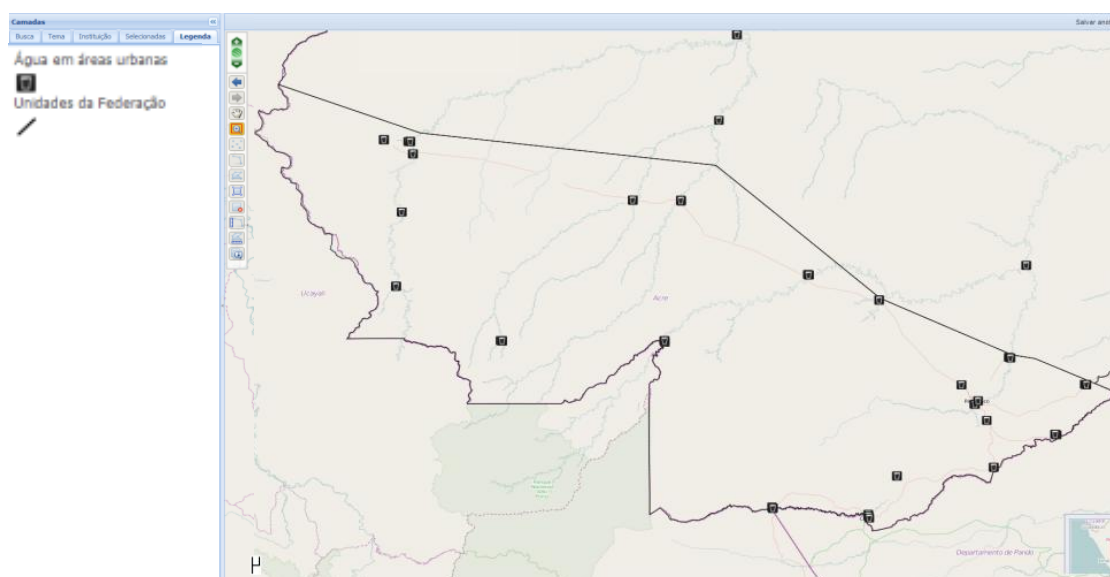
Fonte: SPI/MP

**Figura 6 - Minha Casa Minha Vida**



Fonte: SPI/MP

**Figura 7 - Água em Áreas Urbanas**



Fonte: SPI/MP

## ESTRATÉGIA ESTADUAL

O Estado não apresentou sua estratégia.

## AMAPÁ

O Secretário de Estado de Planejamento e equipe técnica da Secretaria estadual participaram da reunião de apresentação da ADT. Foi feita, por parte da representação do ente, apresentação de uma série de demandas estaduais. O sistema de gestão georeferenciada de ações de governo estadual foi mostrado para a equipe da SPI que esteve no evento.

## ESTRATÉGIA FEDERAL

O governo federal pretende, por meio de um conjunto de políticas, promover o aproveitamento do potencial hídrico e desenvolvimento regional – UHE Ferreira Gomes e UHE Santo Antônio Jari;

A integração Sul-Americana também faz parte da estratégia federal, com a construção da BR-156 (PAC Rodovias), aperfeiçoando, assim a ligação com Guiana Francesa. Esse empreendimento contribuirá também para o adensamento da ligação rodoviária com o estado do Pará.

A acessibilidade a municípios remotos será garantida a partir do investimento em 3 aeroportos regionais e a inclusão do estado no Plano Nacional de Banda Larga.

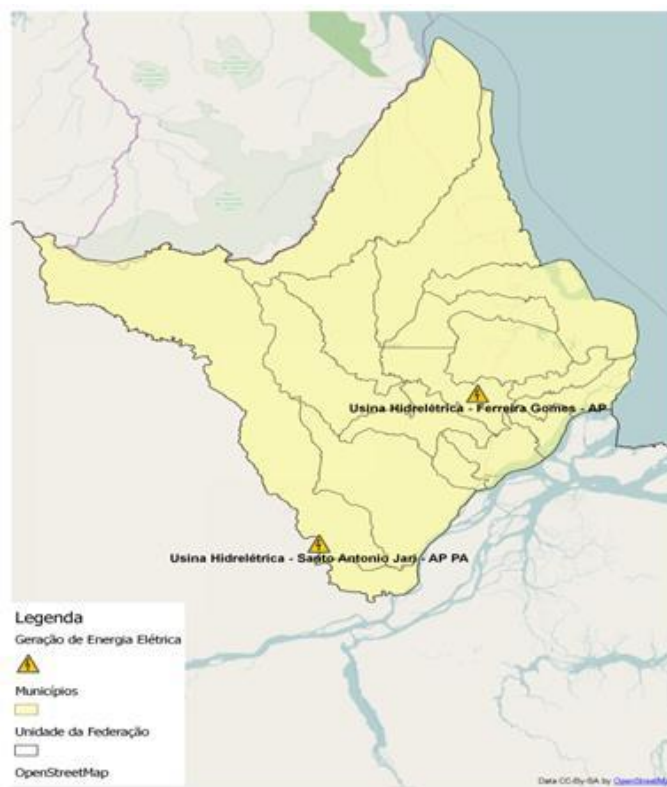
As figuras abaixo mostram as ações relacionadas com infraestrutura rodoviária e geração de energia elétrica.

**Figura 8 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias**



Fonte: SPI/MP

**Figura 9 - Geração de Energia Elétrica**



Fonte: SPI/MP

## ESTRATÉGIA ESTADUAL

O Estado apresentou algumas de suas demandas, tais como a construção do posto alfandegário na cabeceira da ponte binacional em Oiapoque que, estando pronta desde 2011, precisava do posto de fiscalização para entrar em funcionamento. Essa demanda já foi atendida, ainda que de forma precária, pela construção de um posto provisório, que permitiu a inauguração da ponte em dezembro passado.

Outras necessidades apresentadas referiram-se à possibilidade de utilização de energia elétrica da Guiana e melhoria da conexão com internet (Banda Larga). Também é de interesse do Estado que seja revista a administração do Porto de Santana, atualmente feita pela Prefeitura de Santana.

## AMAZONAS

O Amazonas já vinha trabalhando tanto no Programa de Apoio à Elaboração e Implementação dos PPAs Municipais, quanto na construção de mapa estratégico para o território. Em função das grandes dimensões do estado e dos custos associados de deslocamento, a Seplan/AM solicitou a análise, por parte da SPI e ENAP, da possibilidade de realização de uma etapa do curso de multiplicadores em Manaus ou Belém.

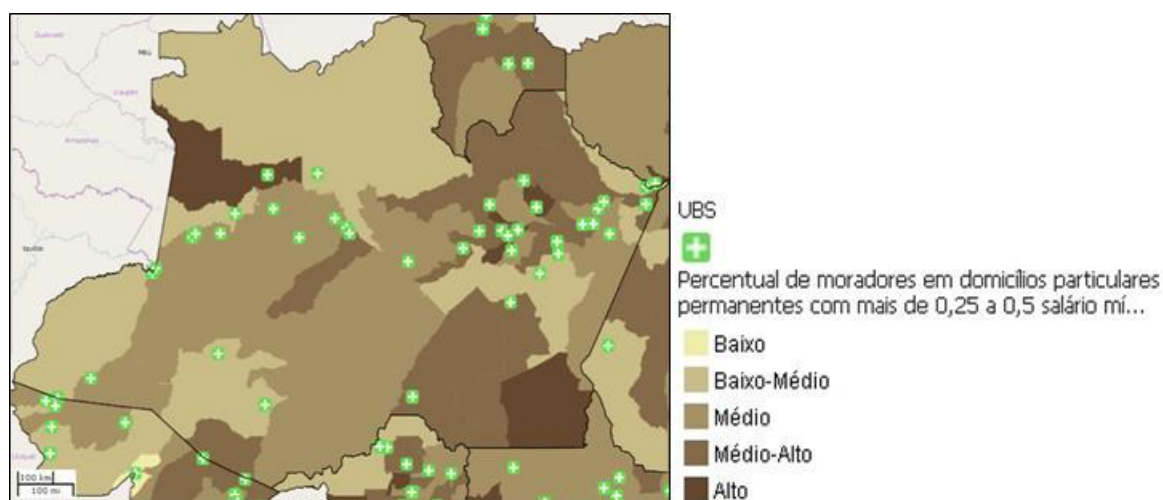
O Estado pretende aderir à INDE e mostrou-se bastante interessado em participar do processo de articulação dos sistemas de planejamento federal e estadual. O Amazonas detém um sistema georeferenciado de monitoramento de segurança e transporte.

## ESTRATÉGIA FEDERAL

O Planejamento Federal para o Estado de Amazonas trabalha com dois grandes eixos, sendo o primeiro deles referente à universalização das políticas sociais, visando basicamente à redução do déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade. Esse objetivo deve ser alcançado a partir da execução dos programas de educação básica, combate ao analfabetismo, saúde, fomento ao esporte e à cultura, bem como programas de transferência de renda e a oferta de água em áreas urbanas.

As figuras seguintes demonstram como as políticas sociais estão distribuídas no território do Estado, caracterizando a busca pela universalização do acesso a essas políticas. Destaque-se que em diversas regiões do estado o acesso ao Programa Bolsa Família é expressivo. Além disso, os dados de saneamento referem-se a projetos de coleta e tratamento de esgoto, proteção dos mananciais, despoluição de cursos d'água e tratamento de resíduos sólidos.

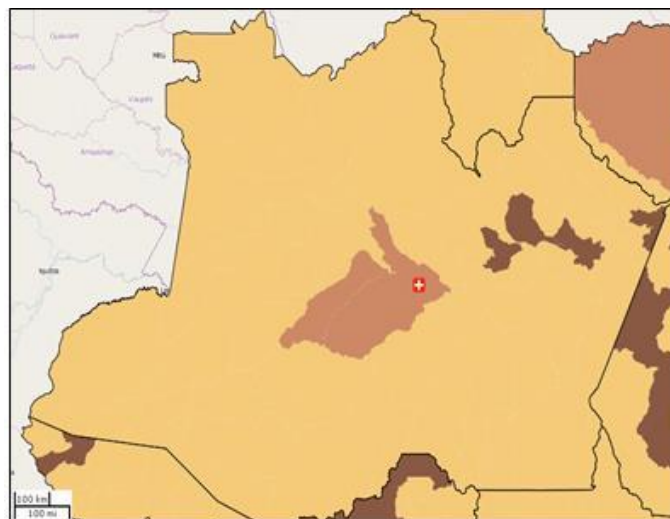
**Figura 10 - Saúde - UBS**



Fonte: SPI/MP



**Figura 11 - Saúde – UPAs**



UPA

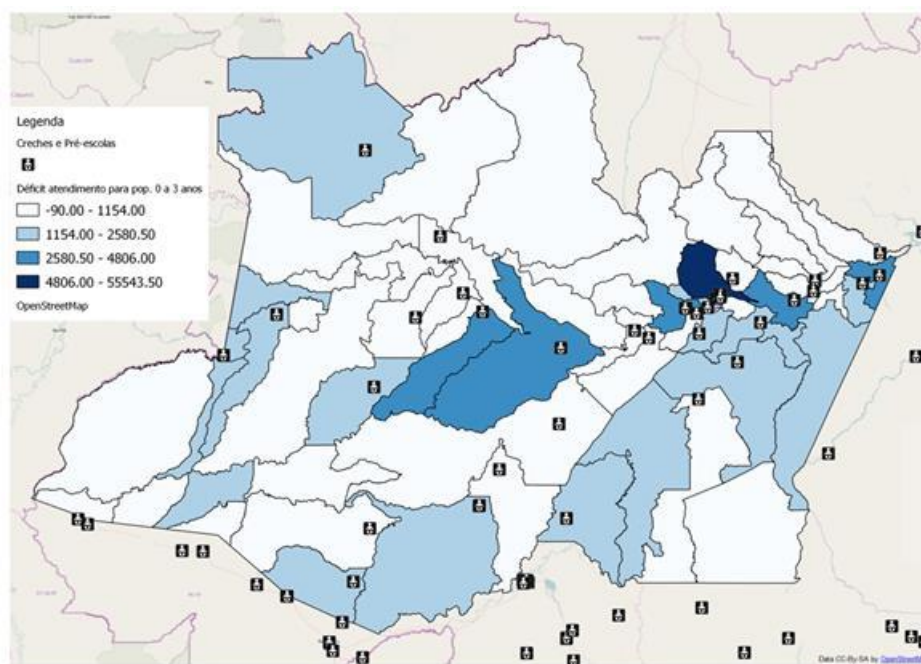


Municípios - PAC

- Municípios integrantes de RM e Rides, Capitais, acima de 100 mil hab (S e SE) e acima de 70 mil hab (N, NE e CO)
- Municípios de porte médio: 50.000 - (G1 + G3)
- Municípios abaixo de 50 mil hab

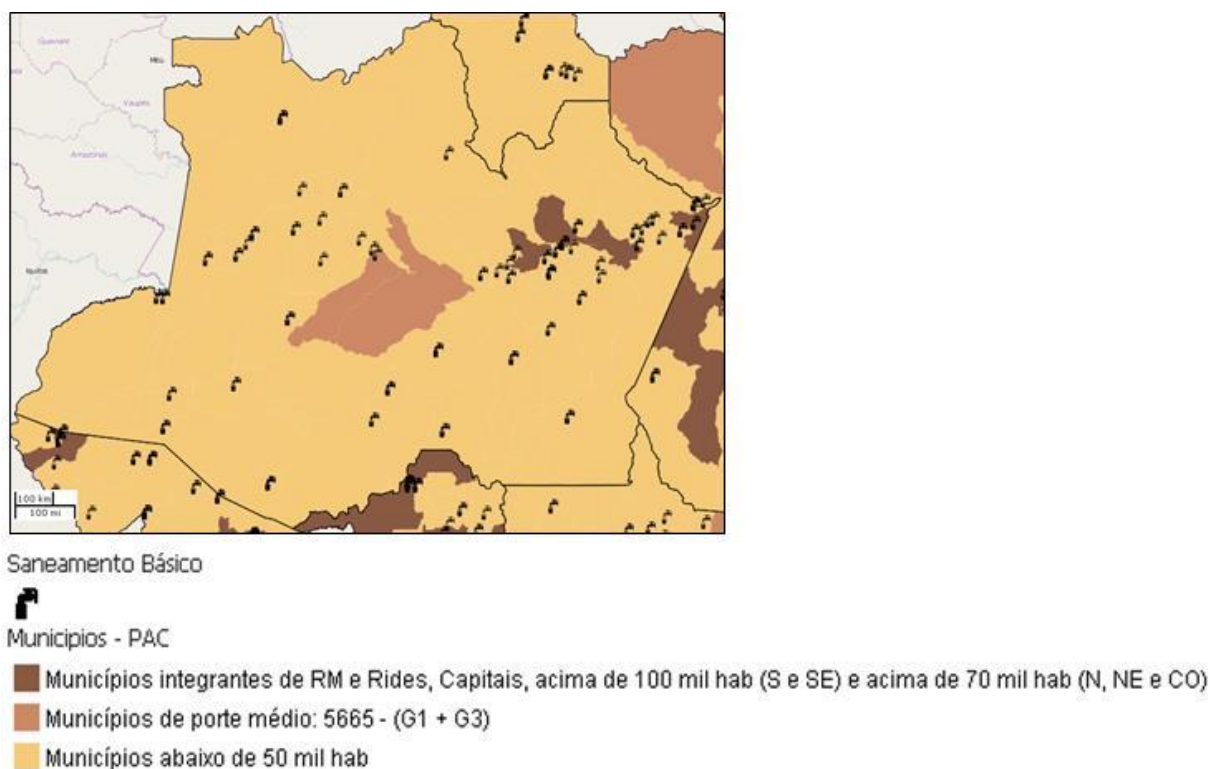
Fonte: SPI/MP

**Figura 12 - Creches**



Fonte: SPI/MP

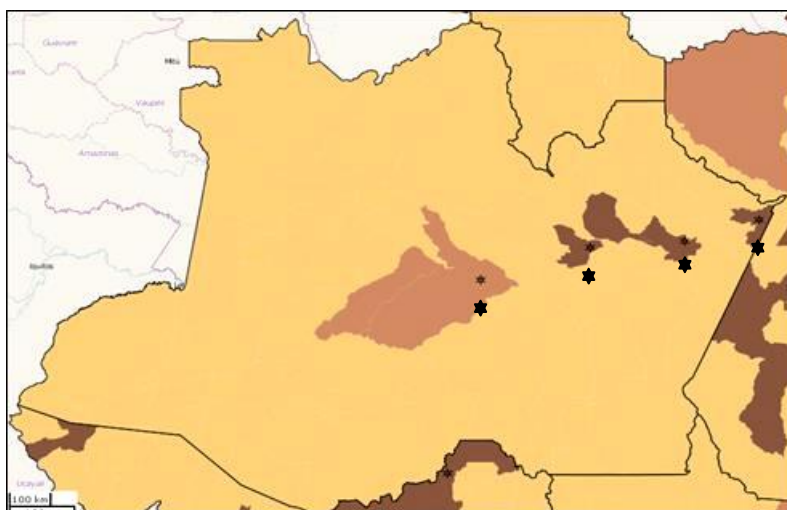
**Figura 13 - Saneamento Básico**



Fonte: SPI/MP

**Figura 14 - Praças dos Esportes e da Cultura**





Praças dos Esporte e da Cultura

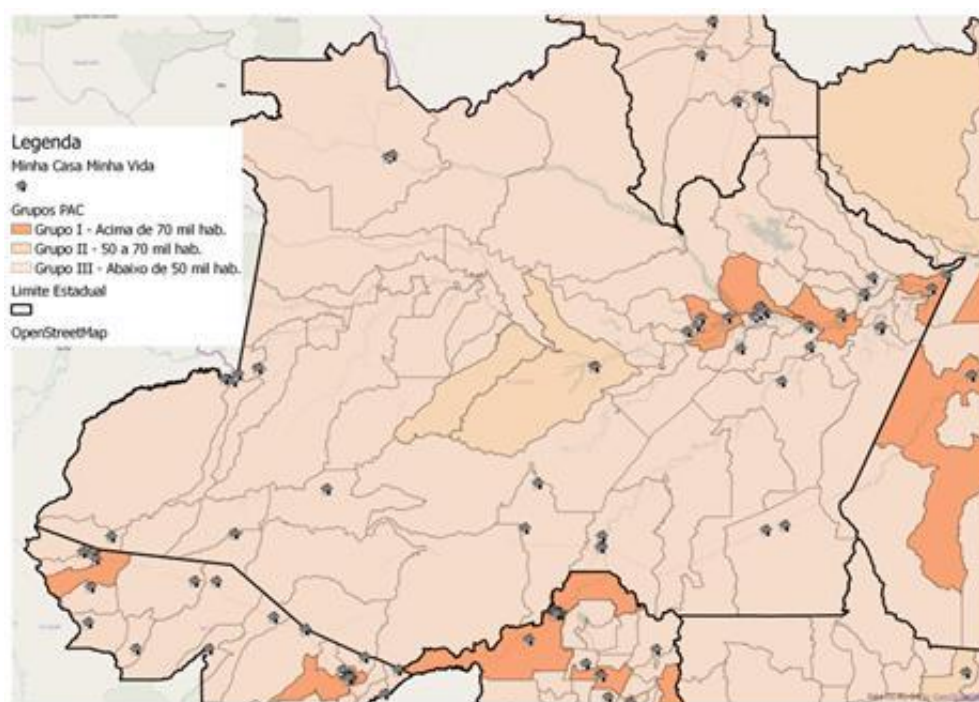


Municípios - PAC

- Municípios integrantes de RM e Rides, Capitais, acima de 100 mil hab (S e SE) e acima de 70 mil hab (N, NE e CO)
- Municípios de porte médio: 5665 - (G1 + G3)
- Municípios abaixo de 50 mil hab

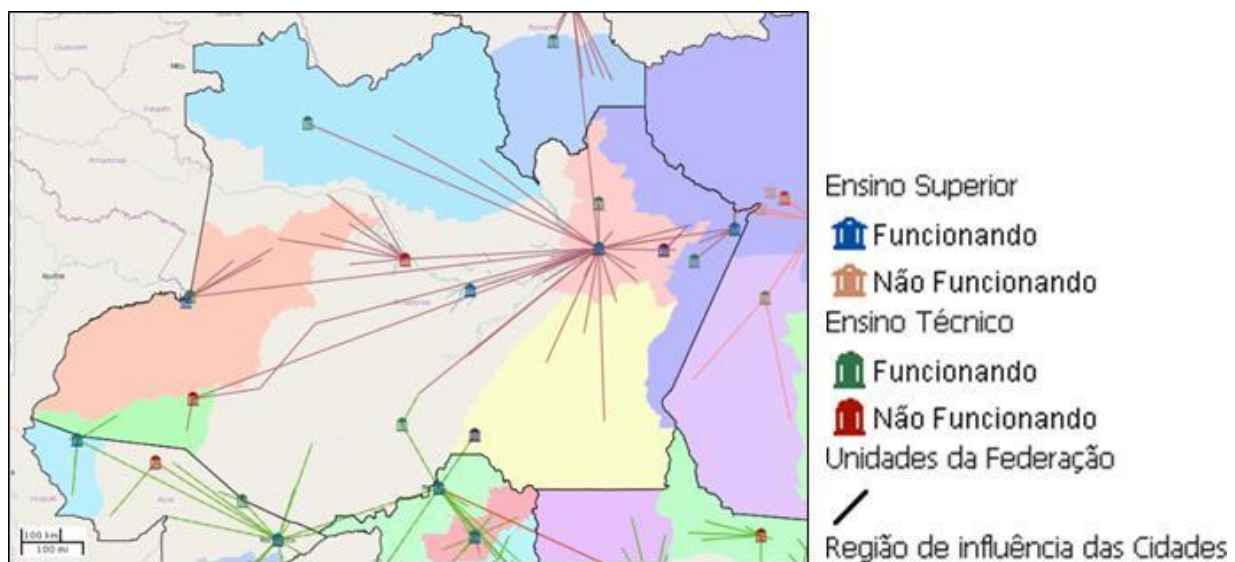
Fonte: SPI/MP

**Figura 15 - Minha Casa Minha Vida**



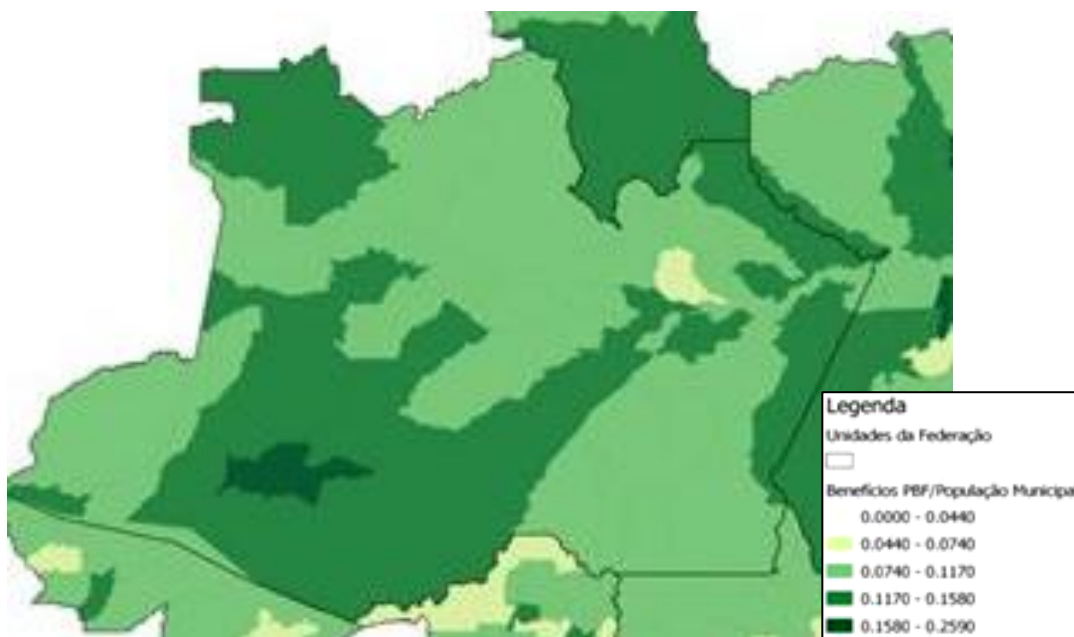
Fonte: SPI/MP

**Figura 16 - Ensino Superior e Técnico**



Fonte: SPI/MP

**Figura 17 - Bolsa Família**

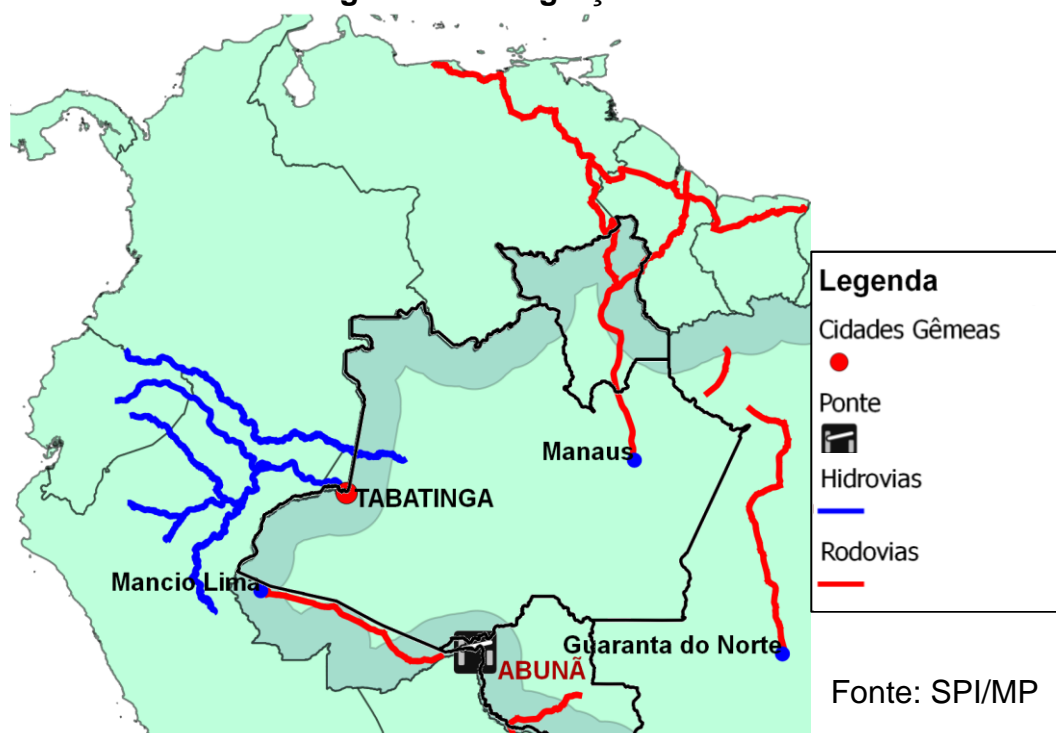


Fonte: SPI/MP

Vale destacar, ainda, que o Estado faz fronteira com três países da América do Sul, razão pela qual um dos eixos diz respeito ao fortalecimento da integração multimodal com a América do Sul e à ligação entre Manaus e Porto Velho.

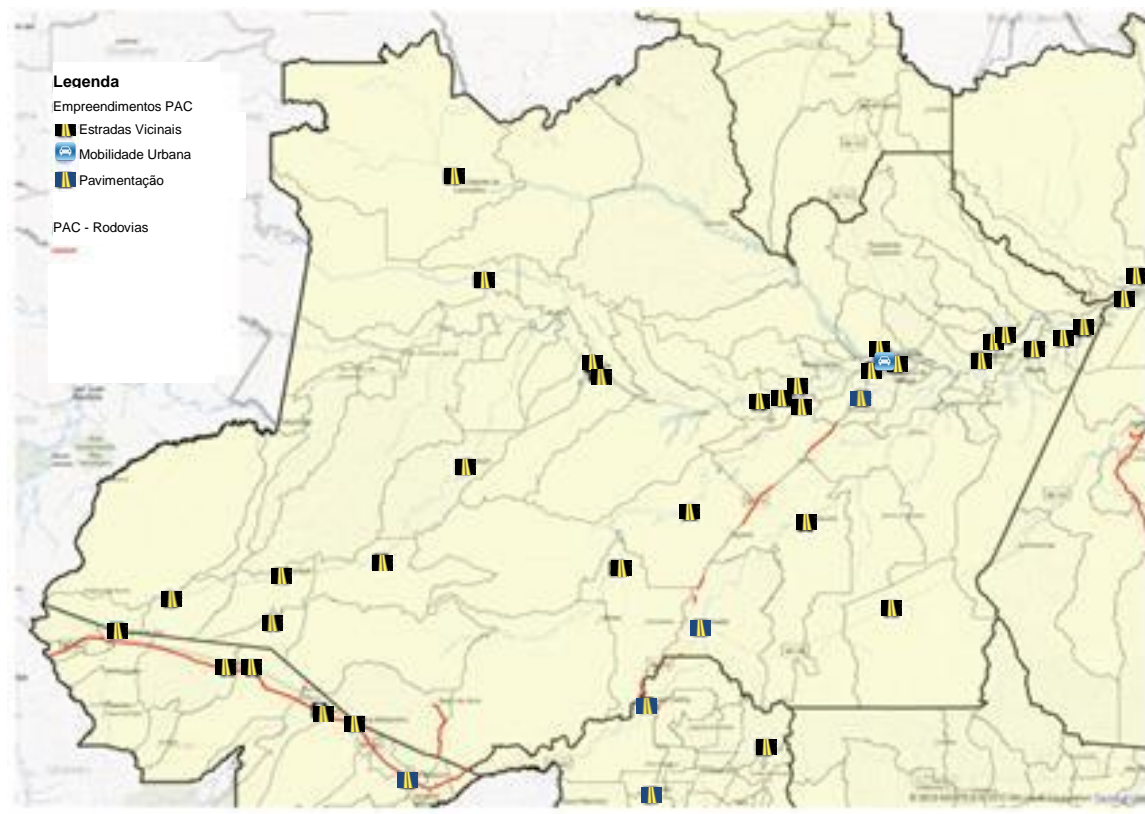
Para tanto, o Governo Federal pretende utilizar-se do PAC Rodovias, do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul – Cosiplan, bem como do Programa de Concessão de Ferrovias, conforme demonstrado nas figuras a seguir.

**Figura 18 - Integração Sul-Americana**



Fonte: SPI/MP

**Figura 19 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias**



Fonte: SPI/MP

Na toada da infraestrutura, existem mais dois eixos distintos na área, que dizem respeito à parceria com o setor privado para ampliação dos investimentos no Porto de Manaus, por meio do Programa de Investimentos em Logística – PIL, e um eixo focado em promover a acessibilidade da região, por meio do Plano Nacional de Banda Larga e de aeroportos regionais, conforme figura a seguir.

**Figura 20 - Programa de Investimento em Logística - Aeroportos**



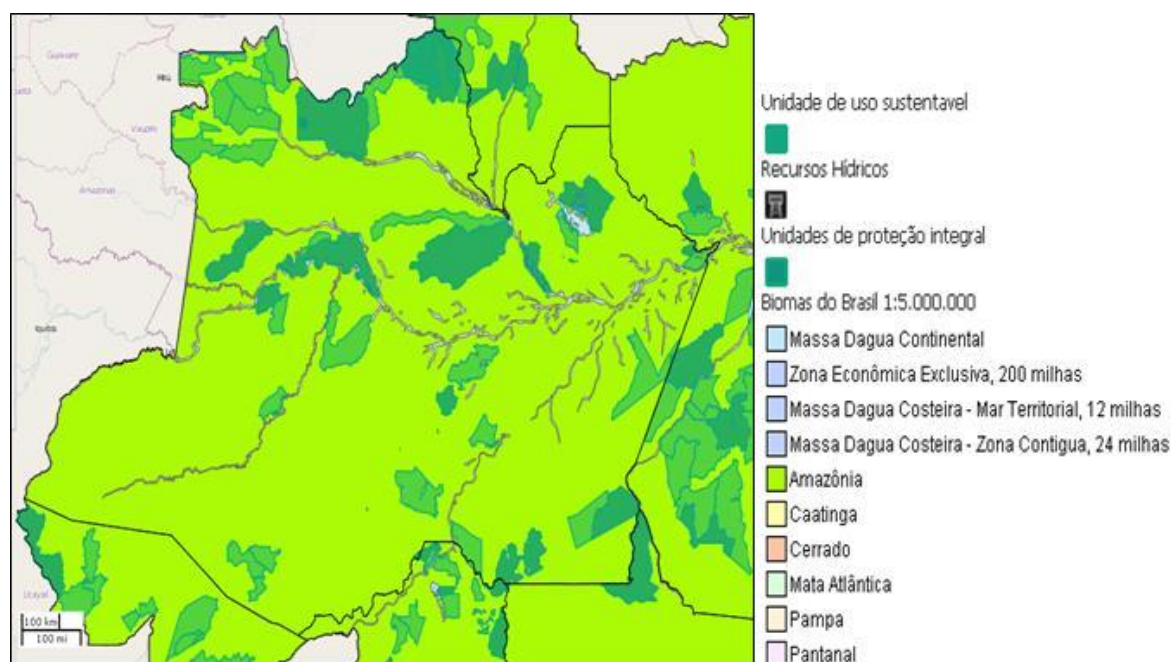
Fonte: SPI/MP

Há, ainda, um eixo que trabalha o aproveitamento do potencial regional de ciência, tecnologia e inovação no território do Amazonas e pretende dar efetividade ao seu objetivo por meio do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA.

Finalmente, no tocante à dimensão ambiental da região, a estratégia do governo federal está baseada em dois eixos. O primeiro diz respeito à redução dos índices de desmatamento, com ações integrantes do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). O segundo eixo está relacionado ao fortalecimento do Sistema de Unidades de Conservação – efetivado por intermédio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR, conforme figura a seguir.



**Figura 21 - Unidade de Conservação - Biomas**



Fonte: SPI/MP

## ESTRATÉGIA ESTADUAL

O Governo do Estado de Amazonas apresentou um rol de programas alinhados com o PPA do Governo Federal, entretanto sem um detalhamento do rebatimento das ações no território ou dos empreendimentos que estão associados a sua estratégia.

Ainda assim, é possível ver que, em consonância com o eixo de universalização das políticas sociais, o Governo de Amazonas tem programas nas áreas de (i) educação profissional e tecnológica; de (ii) juventude, esporte e lazer; de (iii) qualificação social e profissional de um trabalhador, bem como de seguro desemprego; de (iv) atenção básica à saúde e aperfeiçoamento da gestão do SUS; de (v) gestão da política de assistência social e de cidadania, este com projeto especial da Copa 2014, visando assegurar a garantia dos direitos de categorias vulneráveis; de (vi) acessibilidade e garantia dos direitos de portadores de necessidades especiais. Por fim, ressalta-se que há um programa direcionado à (vii) educação superior, com previsão de construção de uma cidade universitária na região metropolitana de Manaus.

O Governo Estadual traçou diversas estratégias nas áreas de regularização fundiária, inclusive contemplando o território segmentado, de maneira a atender as necessidades de cada área. Dentro dessa proposta está contemplada a reconstituição da base cartográfica do Estado de Amazonas.

Além disso, o Programa Amazonas Rural está bem alinhado com o Programa Amazonas Familiar do Governo Federal, mais uma forma de oferecer assistência técnica, extensão rural e florestal ao agricultor familiar e produtor rural, bem como capacitar agricultores familiares e produtores rurais, com abrangência em todo o Estado.

No âmbito estadual, a estratégia do planejamento passa também pelo Programa Amazonas Indígena, que visa beneficiar os territórios e a população indígena através de uma produção sustentável dos povos indígenas, sem esquecer-se de promover e proteger os conhecimentos tradicionais dos índios.

Na esteira da proteção ambiental, o planejamento estadual também está alinhado ao planejamento federal. Dessa forma, o Programa Meio Ambiente Desenvolvido e Sustentável contempla ações de gestão ambiental integrada, envolvendo projetos de reciclagem de resíduos sólidos e coleta seletiva, bem como uma gestão planejada da água, com o objetivo de levar água encanada para famílias de áreas rurais de aproximadamente 400 comunidades.

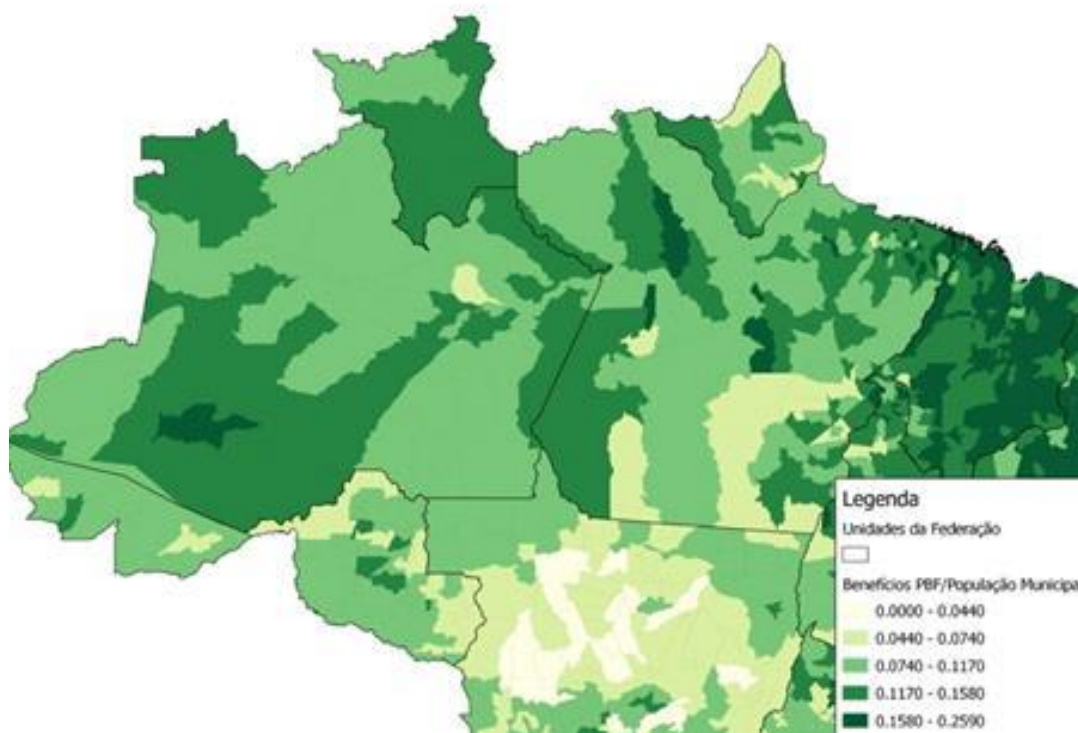
## PARÁ

O Estado do Pará apresentou sua estratégia de planejamento, sem, entretanto, apresentar as ações prioritárias de governo. O ente demonstrou interesse em identificar a forma a partir da qual o MP fomentaria as parcerias e organizaria a ADT.

### ESTRATÉGIA FEDERAL

A Estratégia Federal para o Estado do Pará inclui o fortalecimento de políticas universais (Educação, Analfabetismo, Saúde, Esporte e Cultura, Transferência de Renda) em territórios de maior desigualdade, o fortalecimento do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC, CAR) a redução das desigualdades Rural x Urbano (Territórios da Cidadania) e a interiorização da oferta de ensino técnico e superior, conforme figuras apresentadas a seguir.

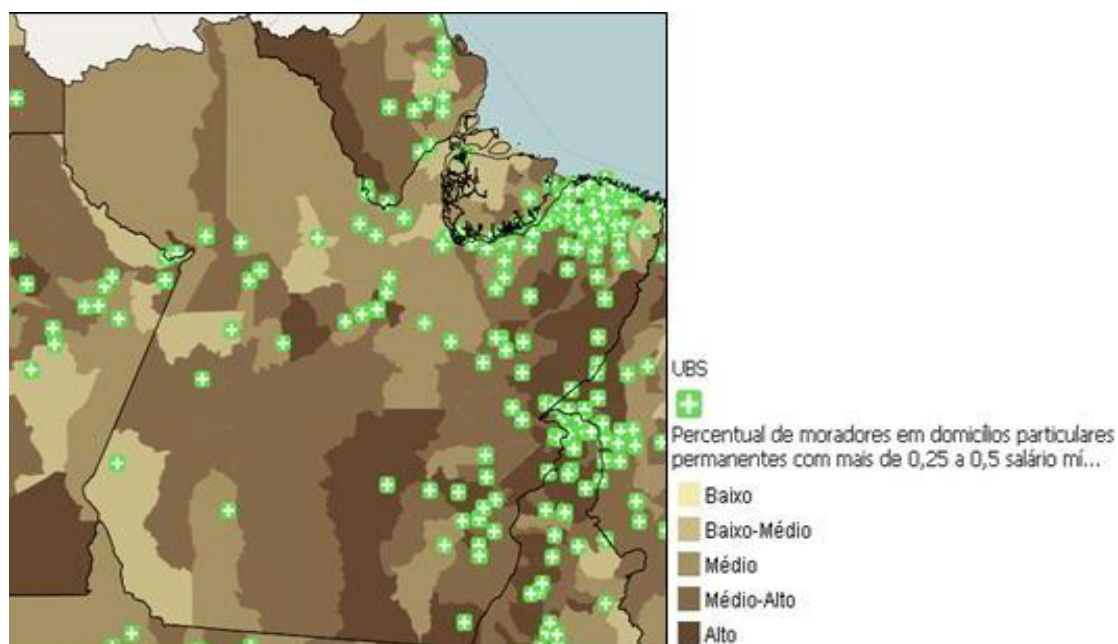
**Figura 22 - Bolsa Família**



Fonte: SPI/MP

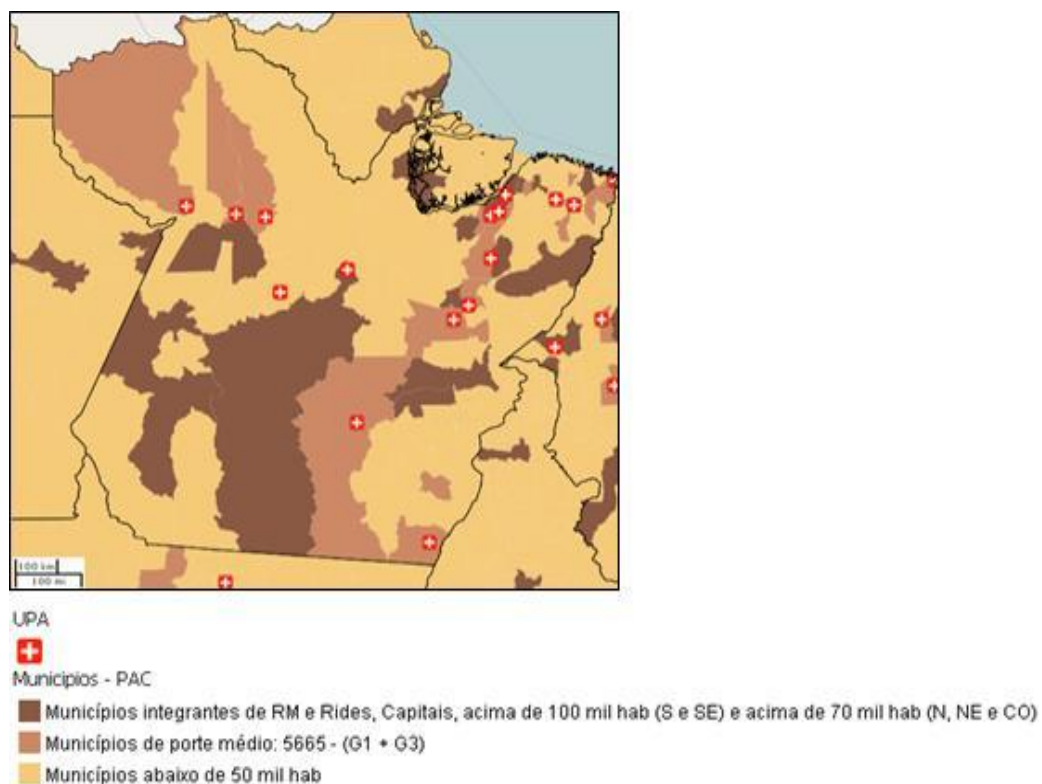


**Figura 23 - Saúde - UBS**



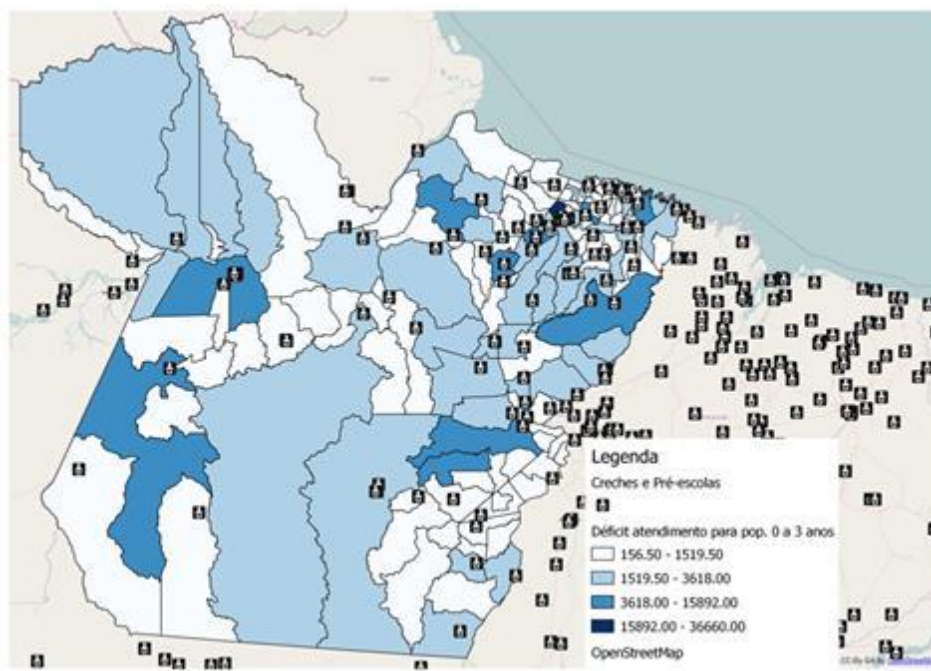
Fonte: SPI/MP

**Figura 24 - Saúde - UPAS**



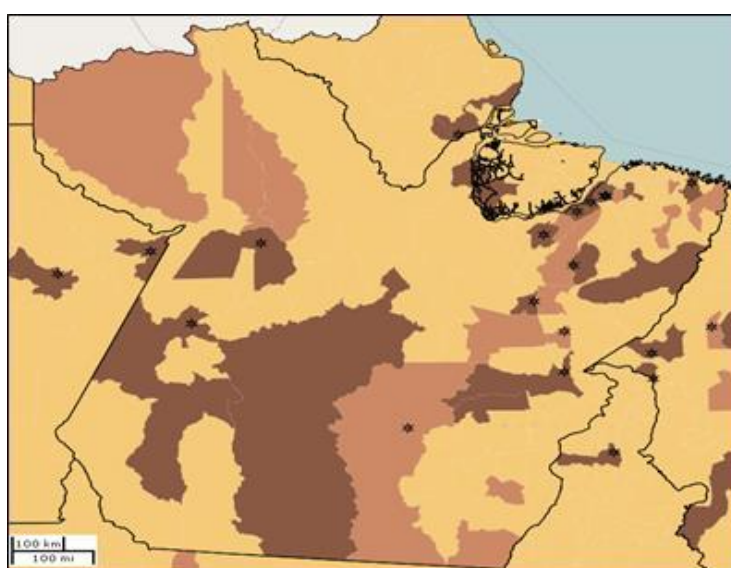
Fonte: SPI/MP

**Figura 25 - Creches**



Fonte: SPI/MP

**Figura 26 - Praças dos Esportes e da Cultura**



Praças dos Esporte e da Cultura

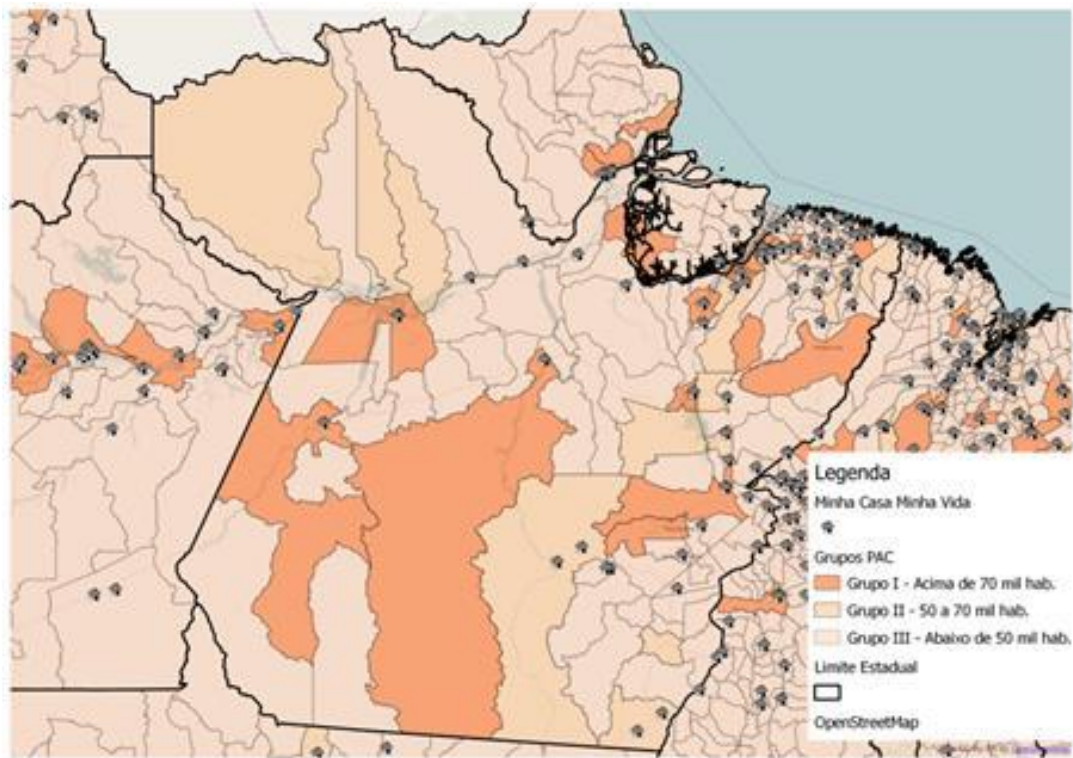


Municípios - PAC

- Municípios integrantes de RM e Rides, Capitais, acima de 100 mil hab (S e SE) e acima de 70 mil hab (N, NE e CO)
- Municípios de porte médio: 5665 - (G1 + G3)
- Municípios abaixo de 50 mil hab

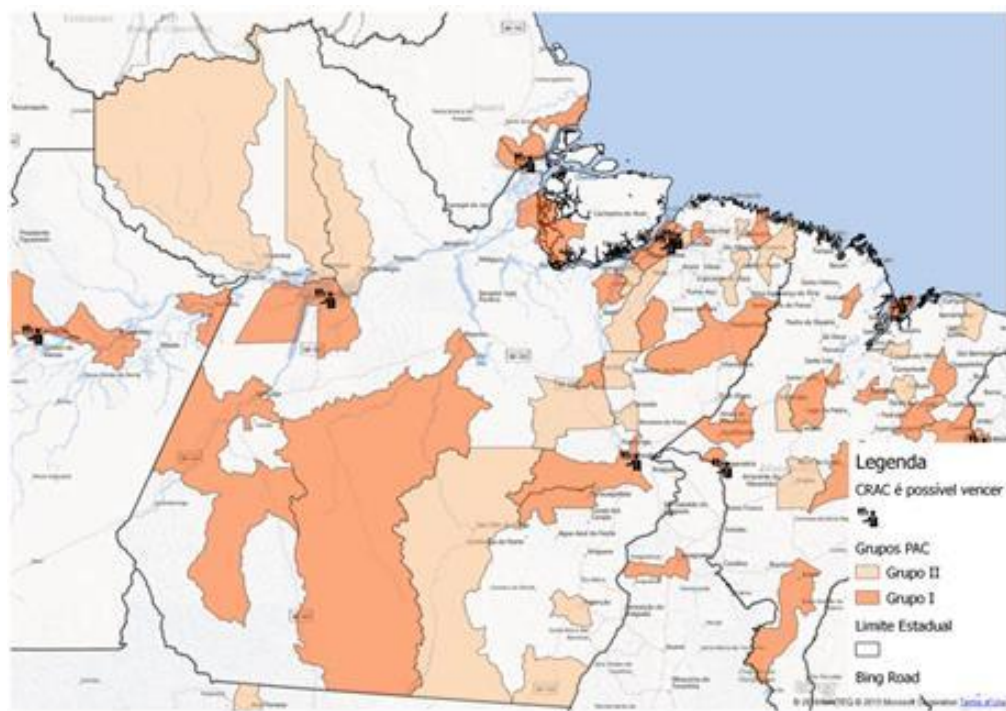
Fonte: SPI/MP

**Figura 27 - Minha Casa Minha Vida**



Fonte: SPI/MP

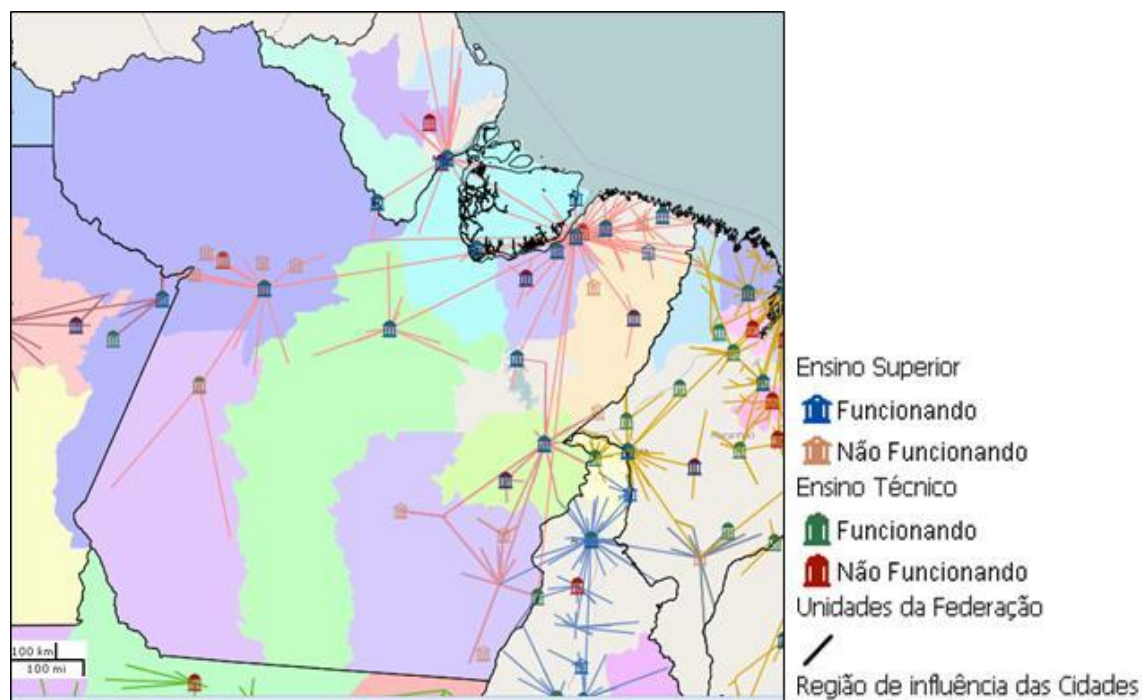
**Figura 28 - Crack É Possível Vencer**



Fonte: SPI/MP

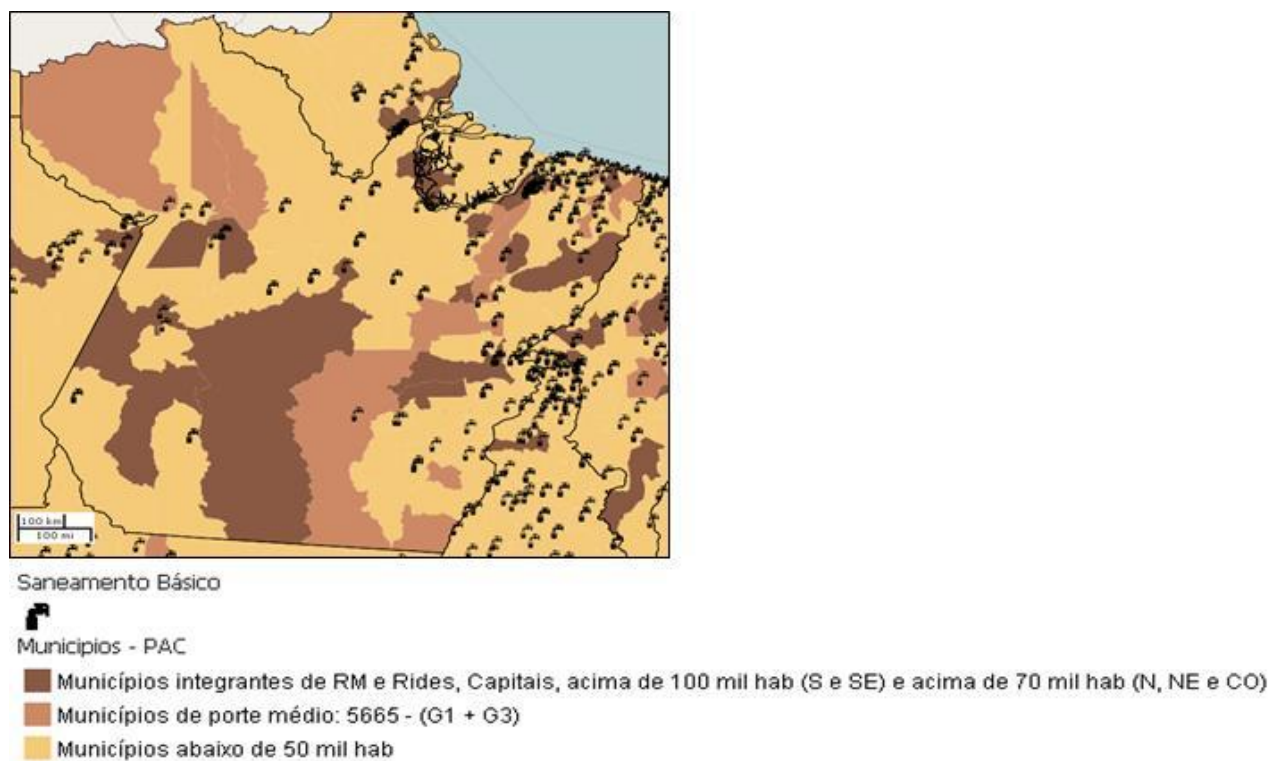


**Figura 29 - Educação Superior e Ensino Técnico**



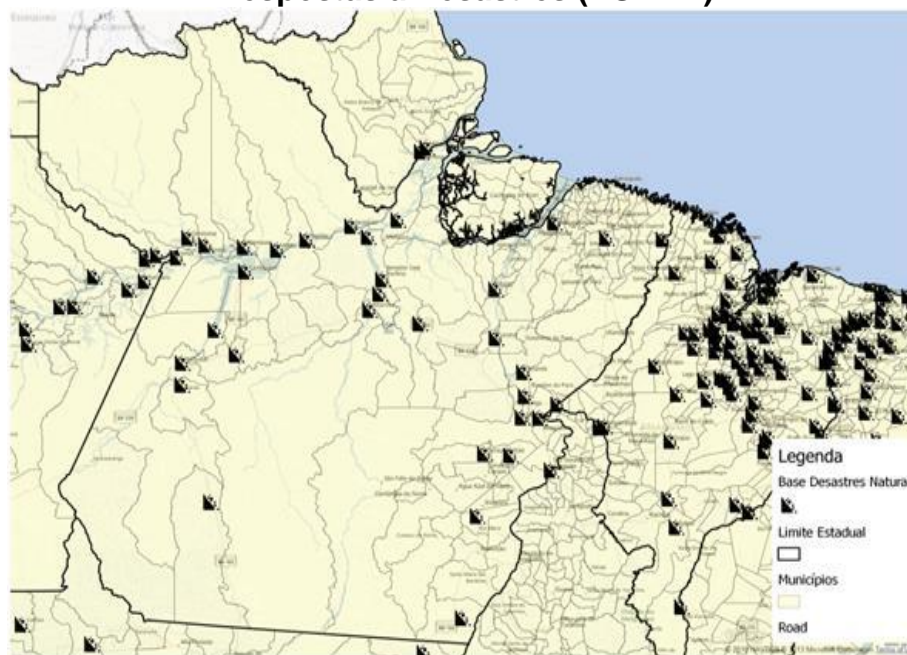
Fonte: SPI/MP

**Figura 30 - Saneamento**



Fonte: SPI/MP

**Figura 31 - Municípios Selecionados para Programa de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres (PGRRD)**



Fonte: SPI/MP

Estão previstas também a expansão da Ferrovia Norte-Sul e o fortalecimento dos portos de Vila do Conde, Belém e Santarém por meio do PIL Ferrovias, PIL Portos e PAC Rodovias, assim como o adensamento da ligação rodoviária no eixo norte-sul com Mato Grosso e Tocantins (PAC Rodovias) e da ligação no eixo leste-oeste, com o Estado do Amazonas e Rondônia (BR 230) - PAC Rodovias.

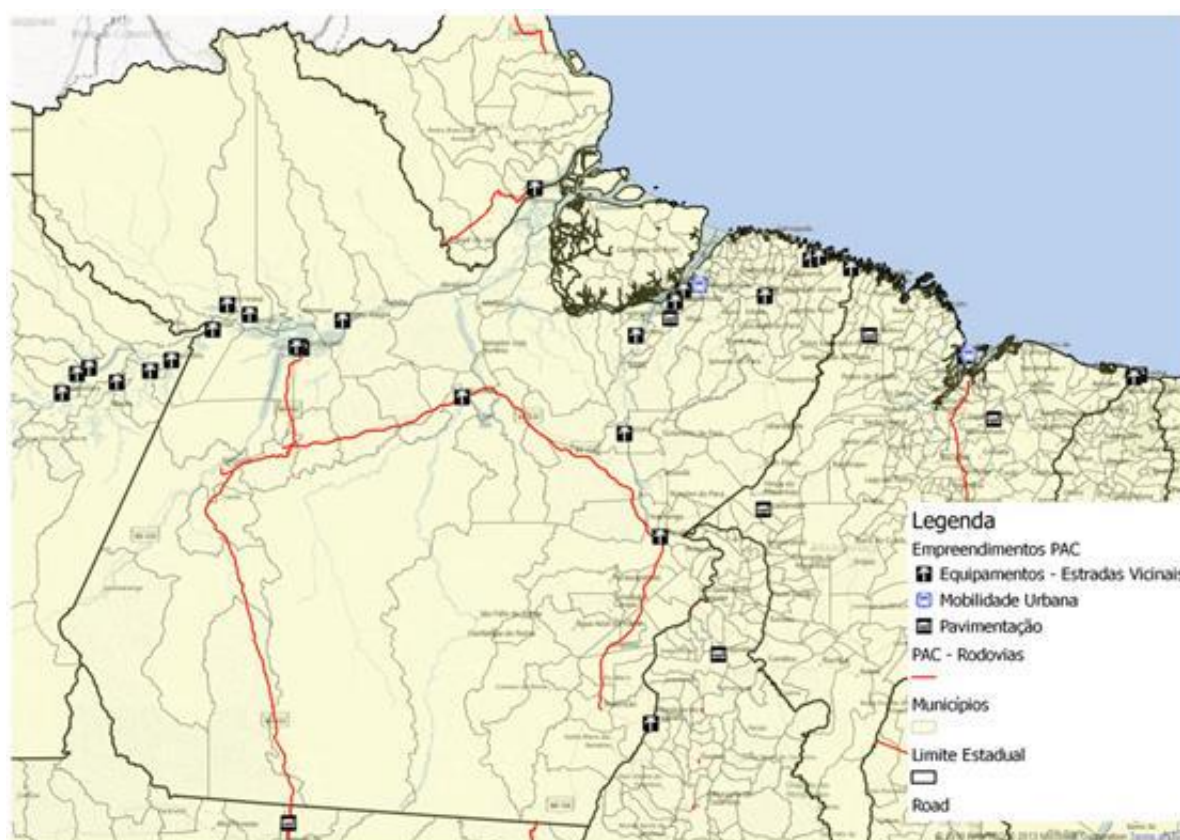
Fazem parte, ainda, da estratégia federal a redução do desmatamento, por meio do PPCDAm; o fortalecimento da aquicultura continental (Tucuruí) e marítima; o aproveitamento do potencial hídrico e desenvolvimento regional (Xingu e UHE Teles Pires); e a garantia de acessibilidade a municípios remotos (Aeroportos Regionais e Plano Nacional de Banda Larga).

**Figura 32 - Programa de Investimento em Logística - Ferrovias**



Fonte: SPI/MP

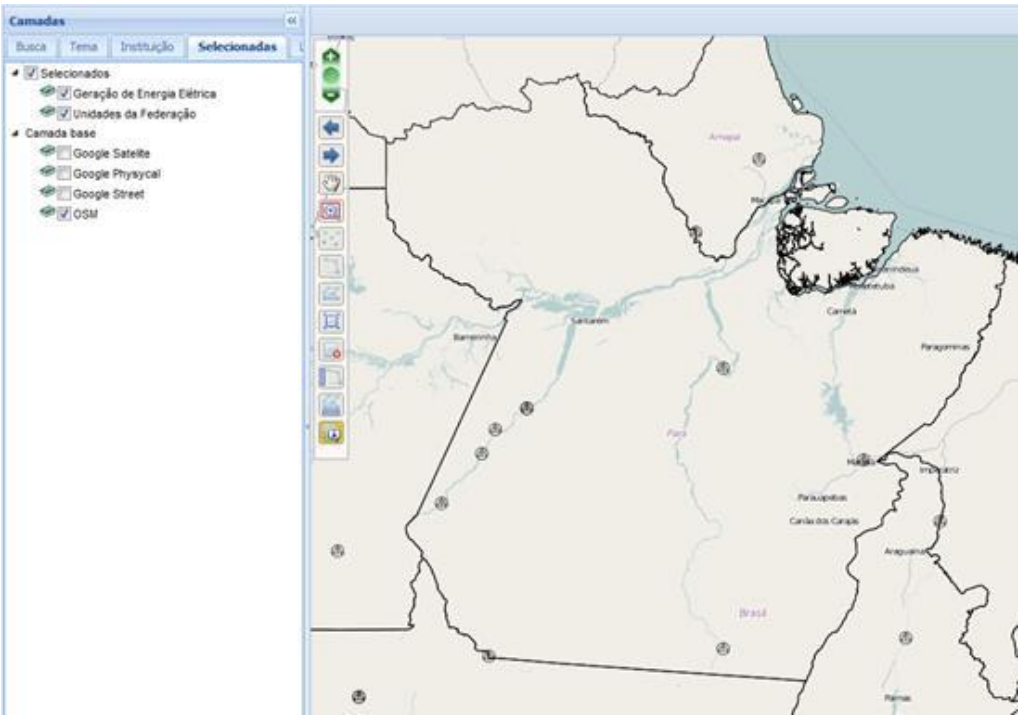
**Figura 33 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias**



Fonte: SPI/MP



Figura 34 - Energia Elétrica



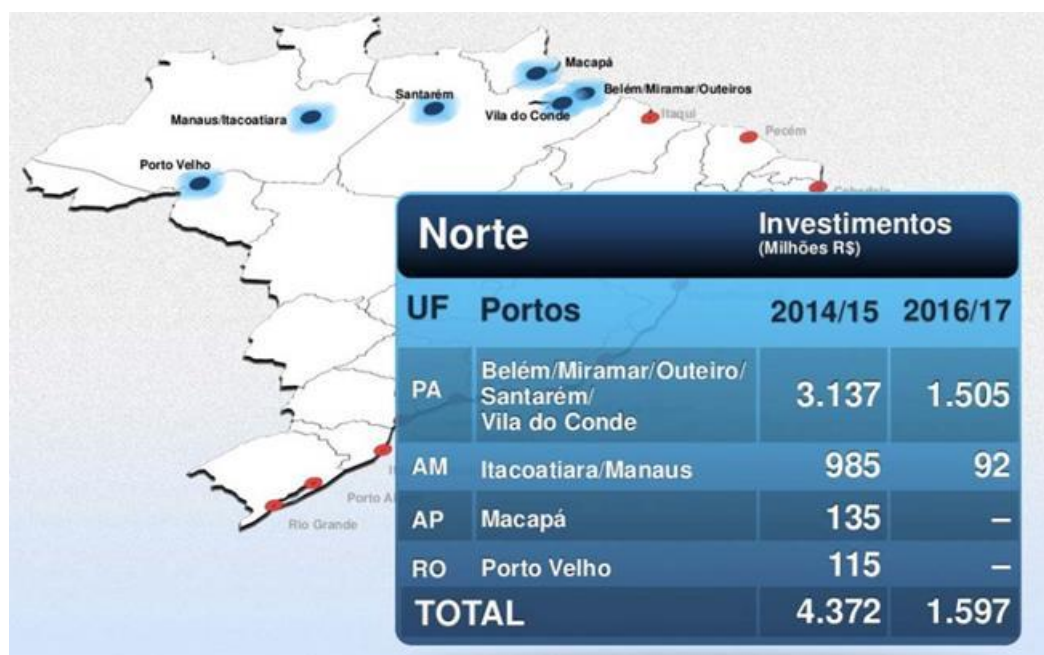
Fonte: SPI/MP

Figura 35 - Programa de Investimento em Logística - Aeroportos



Fonte: SPI/MP

**Figura 36 - Programa de Investimento em Logística - Portos**

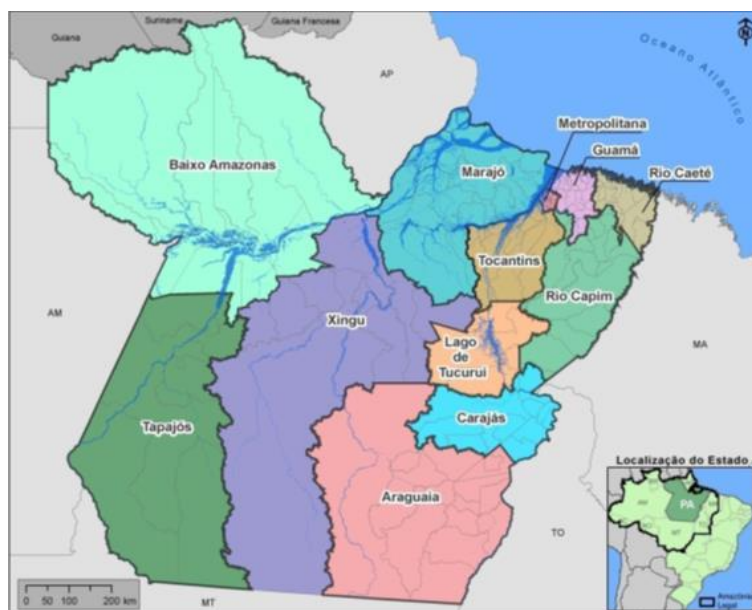


Fonte: SPI/MP

## ESTRATÉGIA ESTADUAL

O Estado do Pará adota um recorte territorial para o planejamento que define 12 (doze) Regiões de Integração, conforme figura abaixo, que representam espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração física ou econômica entre si. As Regiões de Integração do Estado do Pará balizaram a organização espacial das ações e a seleção de empreendimentos estruturantes do PPA.

**Figura 37 - Regiões de Integração do Pará**



Fonte: Seplan/PA



## **Sistematização das Ações Prioritárias do Governo**

As ações prioritárias e estratégicas estão elencadas em Agenda Mínima de Governo, Programa de Investimentos Prioritários e Ações Prioritárias.

A Agenda Mínima de Governo refere-se ao conjunto de obras e ações que o governo do estado estabeleceu como agenda de realizações para o período 2012-2014, nas áreas de saúde, segurança, saneamento e habitação, educação, esporte e lazer, cultura, trabalho e assistência, produção e meio ambiente, infraestrutura e gestão.

## RONDÔNIA

Rondônia demonstrou interesse pela proposta, mas não apresentou sua estratégia. O Estado apresenta pouca expertise na área de Planejamento. Durante a visita a cobrança de ICMS das usinas hidrelétricas pelo Estado de São Paulo, onde é feita a distribuição, foi tema que ganhou destaque.

## ESTRATÉGIA FEDERAL

Os resultados pretendidos com o conjunto das políticas do governo federal incluem o fortalecimento da integração com a América do Sul, a ligação com Mato Grosso (PAC rodovias, COSIPLAN) e a geração de energia elétrica (Grandes Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas), conforme figura que seguem.

**Figura 38 - Programa de Investimento em Logística - Ferrovias**



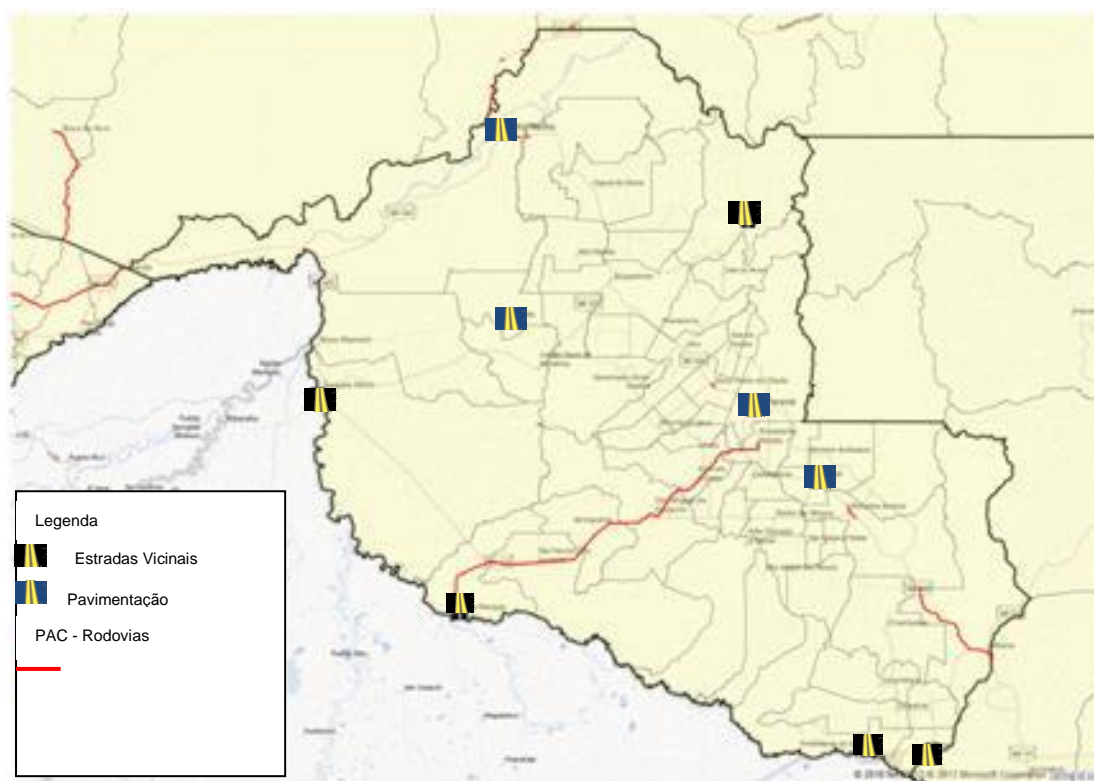
Fonte: SPI/MP

**Figura 39 - Integração Sul-Americana**



Fonte: SPI/MP

**Figura 40 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias**



Fonte: SPI/MP

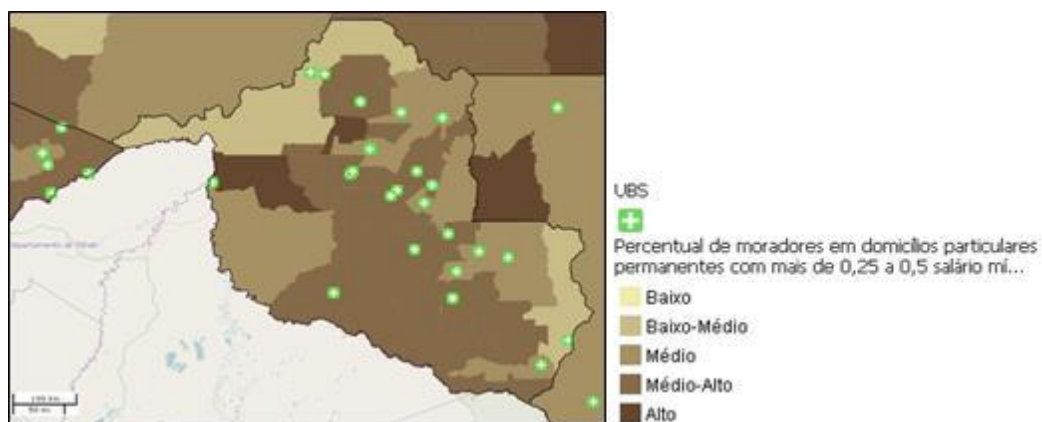
**Figura 41 - Programa de Investimento em Logística – Aeroportos**



**Fonte: SPI/MP**

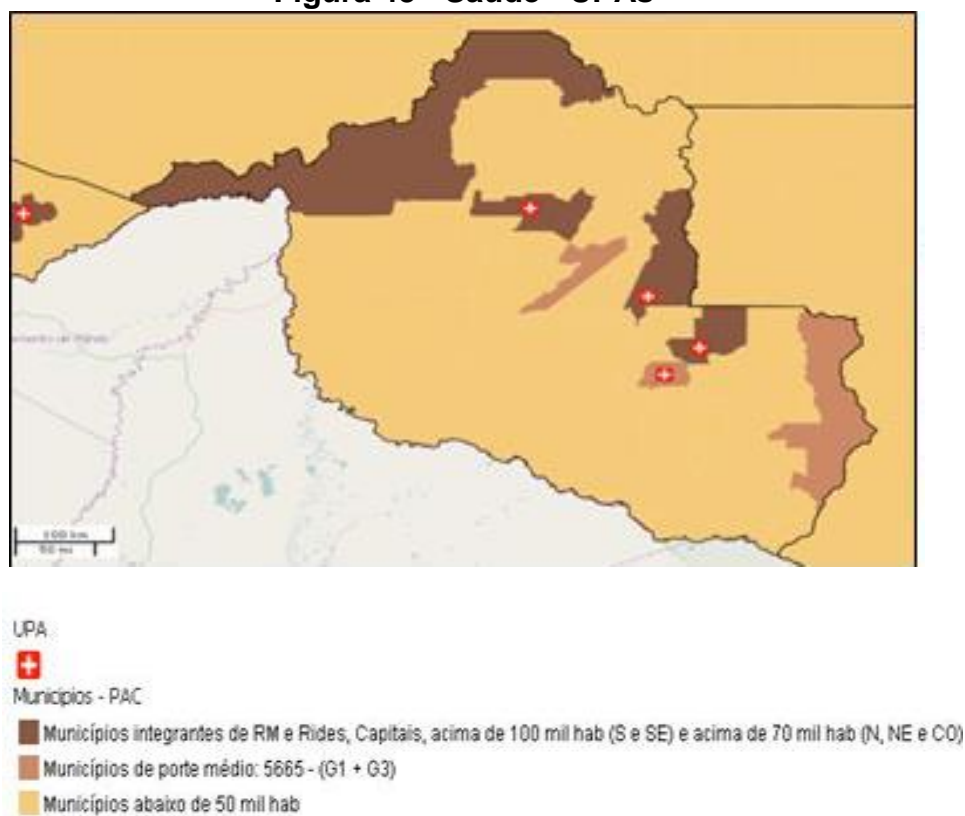
Em relação às políticas sociais, o governo federal pretende obter redução do déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade (Educação, Analfabetismo, Saúde, Esporte e Cultura, Transferência de Renda); acessibilidade (Aeroportos Regionais, Banda Larga); fortalecimento do Sistema de Unidades de Conservação e combate ao desmatamento (SNUC, CAR, PPCDAM).

**Figura 42 - Saúde - UBS**



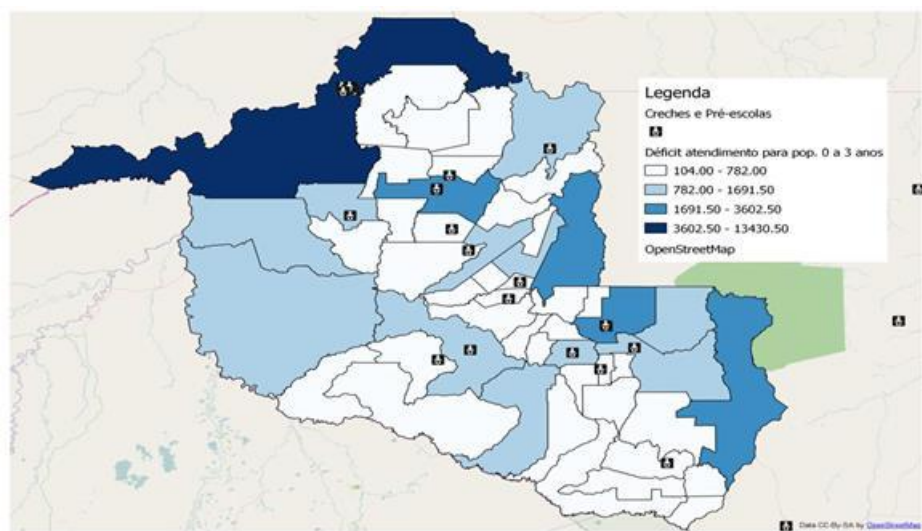
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 43 - Saúde - UPAs**



Fonte: SPI/MP

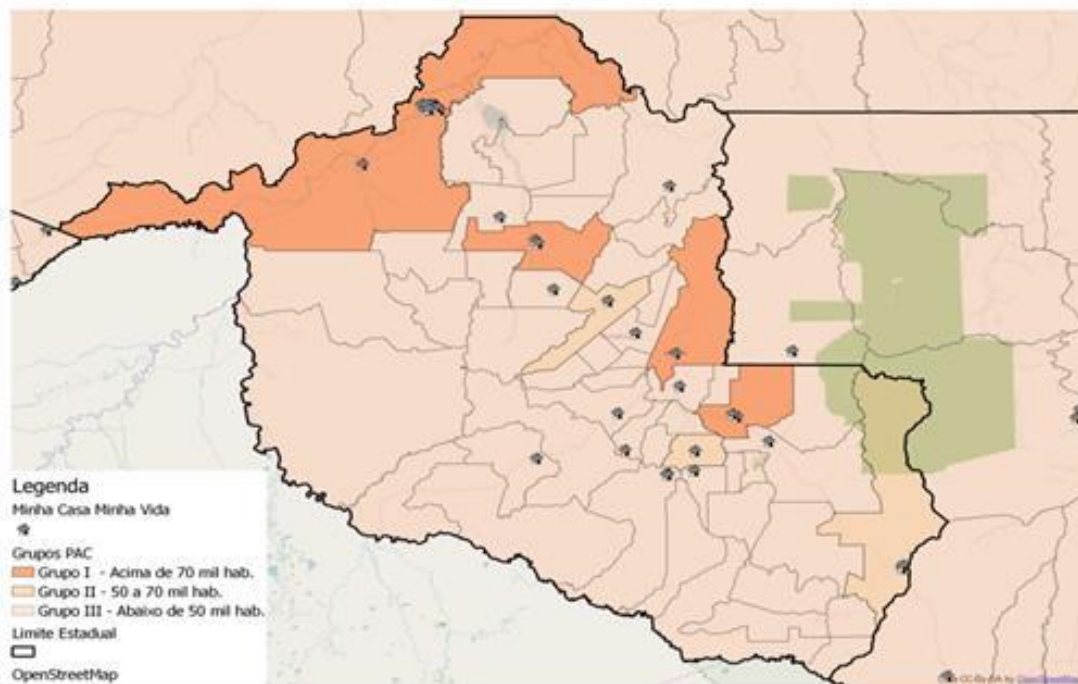
**Figura 44 - Creches**



Fonte: SPI/MP

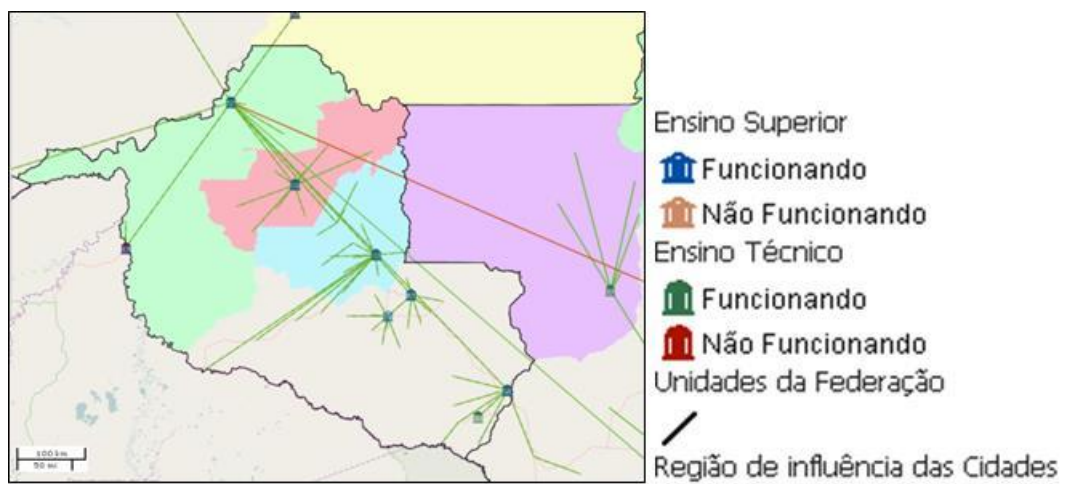


**Figura 45 - Minha Casa Minha Vida**



**Fonte: SPI/MP**

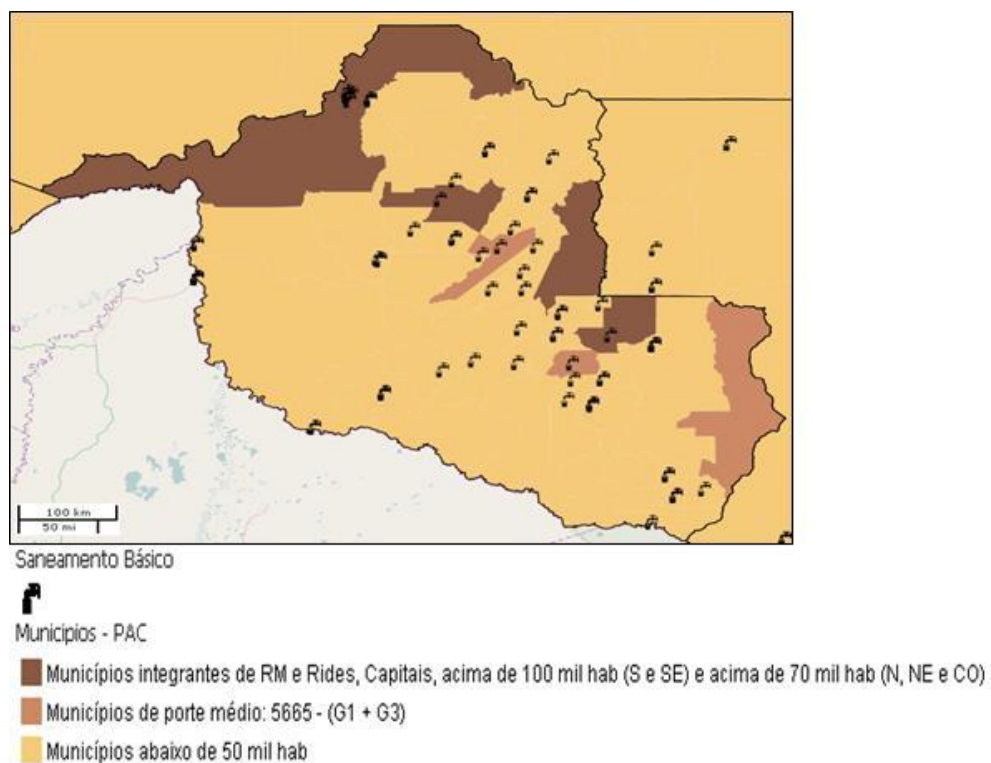
**Figura 46 - Educação Superior e Ensino Técnico**



**Fonte: SPI/MP**



**Figura 47 - Saneamento**



**Fonte: SPI/MP**

## ESTRATÉGIA ESTADUAL

O estado não apresentou sua estratégia

## RORAIMA

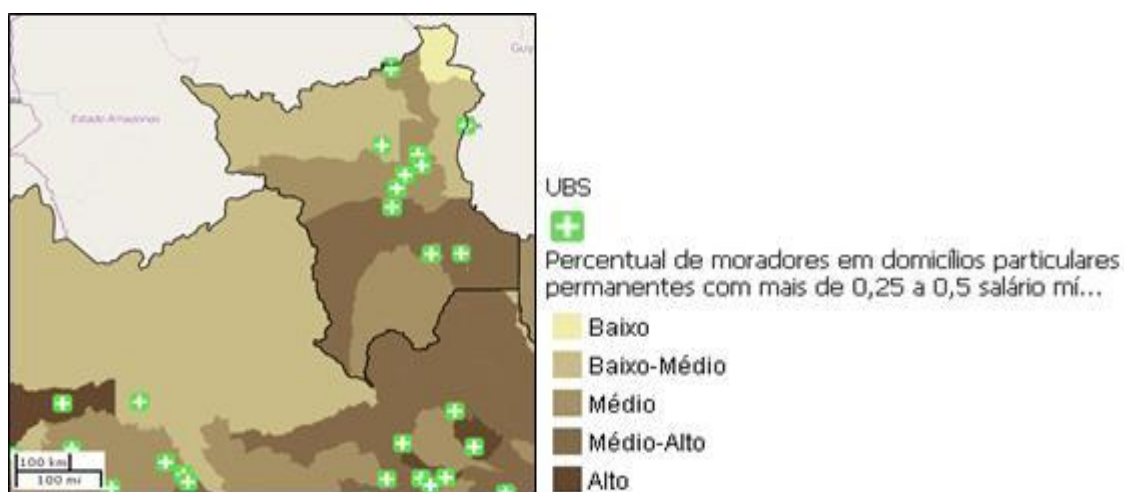
Roraima demonstrou boa receptividade ao processo, mas isso não se traduziu em propostas. Existe, no estado, um sentimento de abandono por parte do governo federal. Demonstrou grande interesse pela INDE, até porque a base cartográfica do estado é uma das mais desenvolvidas da região. O estado possui um bom sistema de informações estatísticas e geoespaciais.

## ESTRATÉGIA FEDERAL

Os resultados pretendidos com o conjunto das políticas do governo federal podem ser sintetizados em obter o fortalecimento da integração sul-americana e da ligação com Manaus (PAC rodovias, API/ COSIPLAN) e do polo de Boa Vista (Equipamentos urbanos e habitação); a redução das desigualdades entre Rural x Urbano (PTC, regularização fundiária); o fortalecimento do Sistema de Unidades de Conservação: Sistema Nacional de Unidades Conservação (SNUC e CAR); a garantia de acessibilidade a municípios remotos (Aeroportos regionais).

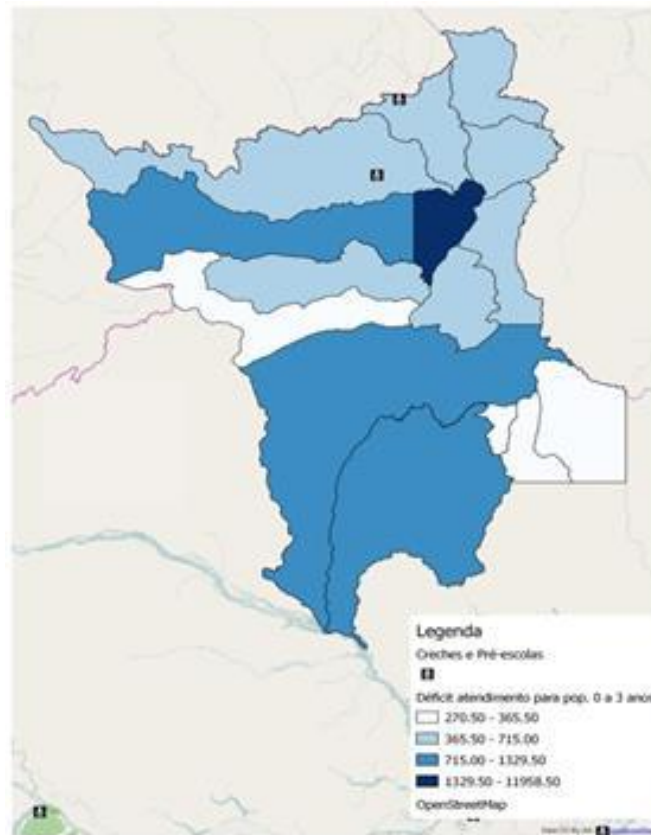
Além desse conjunto de políticas, as figuras abaixo mostram as do eixo de proteção social.

**Figura 48 - Saúde - UBS**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 49 – Creches**



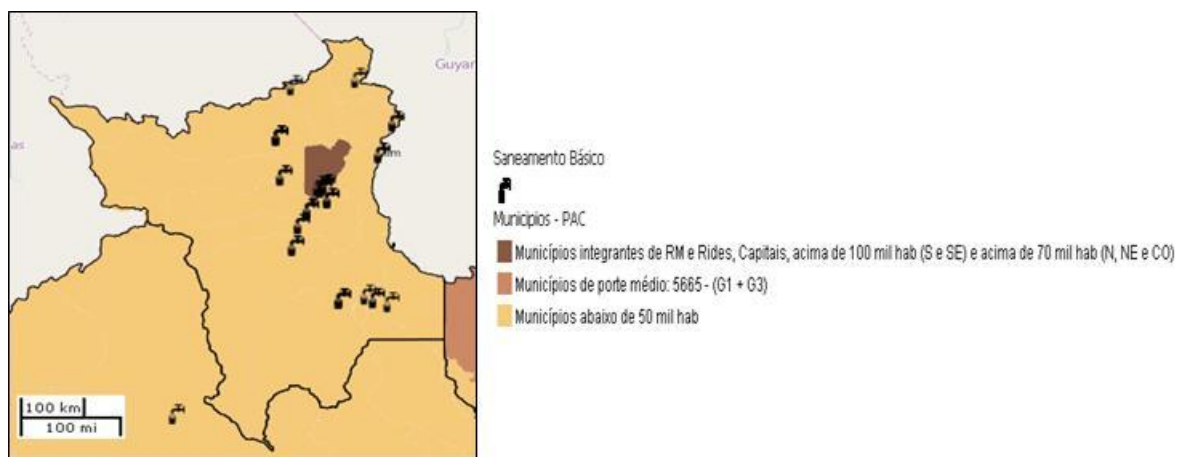
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 50 - Minha Casa Minha Vida**



Fonte: SPI/MP

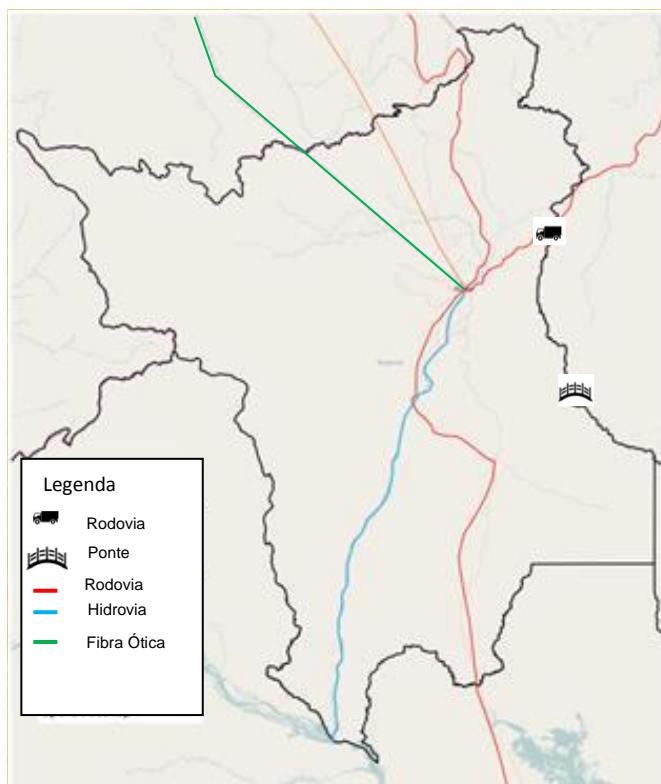
**Figura 51 - Saneamento**



Fonte: SPI/MP

O eixo de investimento em Logística e Infraestrutura aparece nas figuras a seguir.

**Figura 52 - Integração Sul-Americana**



Fonte: SPI/MP

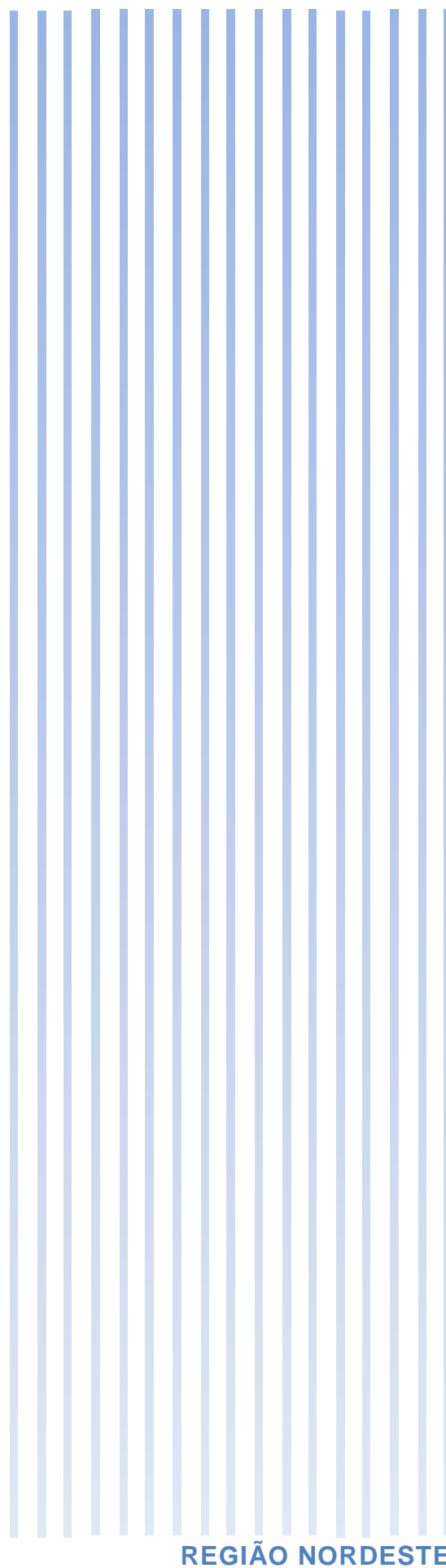
**Figura 53 - Programa de Investimento em Logística - Aeroportos**



**Fonte: SPI/MP**

## ESTRATÉGIA ESTADUAL

O Estado não apresentou sua estratégia.



REGIÃO NORDESTE







## ALAGOAS

O estado possui um bom sistema de informações estatísticas e geoespaciais, tendo, até mesmo iniciado tratativas de adesão à INDE. Embora com bastante interesse, inclusive com retorno ao Ministério do Planejamento, o estado das Alagoas ofereceu a estrutura física de sua Escola de Governo e tentou acionar a Associação dos Municípios de Alagoas em conjunto com a SAF da Presidência da República, mas não obteve sucesso.

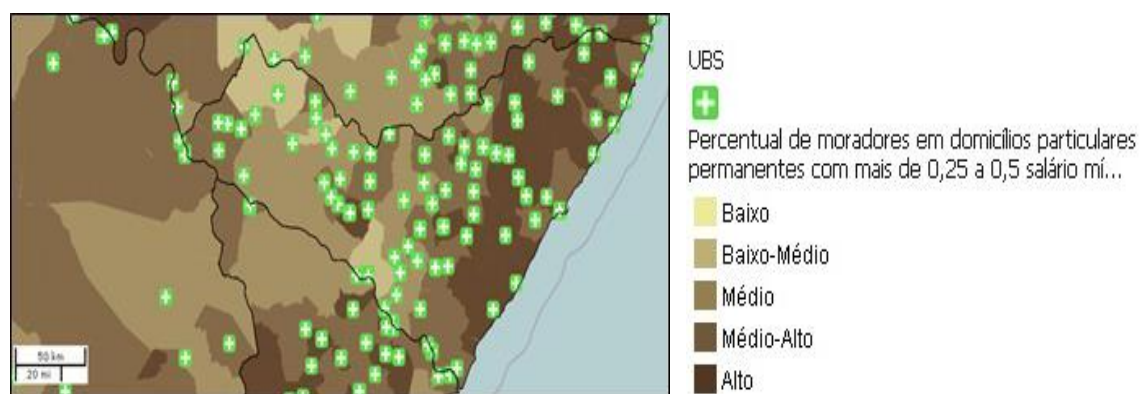
Embora haja interesse, o estado não possui recursos e necessita de financiamento ou do Banco Mundial ou do BNDES para atuar em infraestrutura, já que 82% do orçamento estão comprometidos com a área social.

Dentre os projetos do Governo do Estado que podem ser convergentes com o Planejamento do Governo Federal estão as obras marginais ao Canal do Sertão, selecionada no PAC, considerando que as obras do entorno estão sendo executadas pelo Governo das Alagoas.

## ESTRATÉGIA FEDERAL

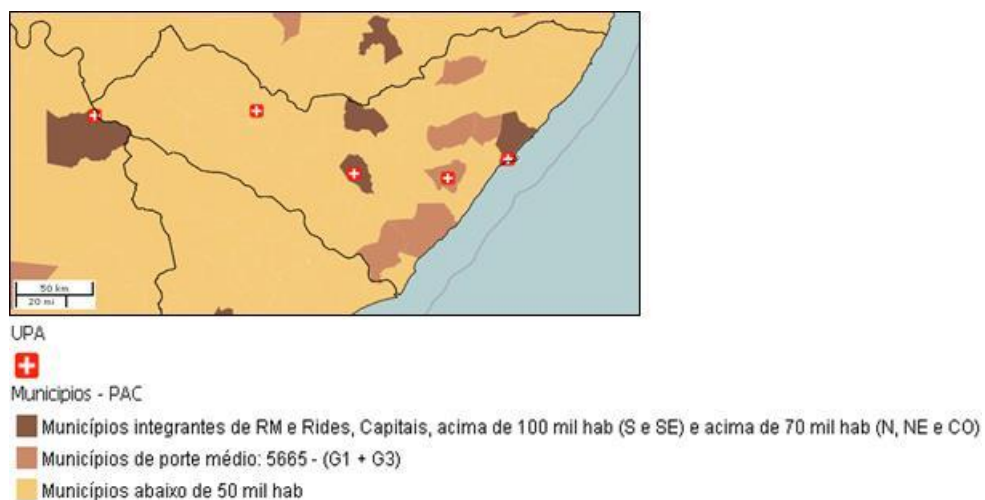
O Governo Federal concebeu o planejamento territorial para Estado das Alagoas setorizado em sete frentes distintas. Em relação à primeira delas, objetiva reduzir o déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade e, para isso, deve-se dar prioridade aos programas de educação básica, combate ao analfabetismo, saúde, fomento ao esporte e à cultura, bem como programas de transferência de renda e a oferta de água em áreas urbanas, conforme figuras a seguir.

**Figura 54 - Saúde UBS**



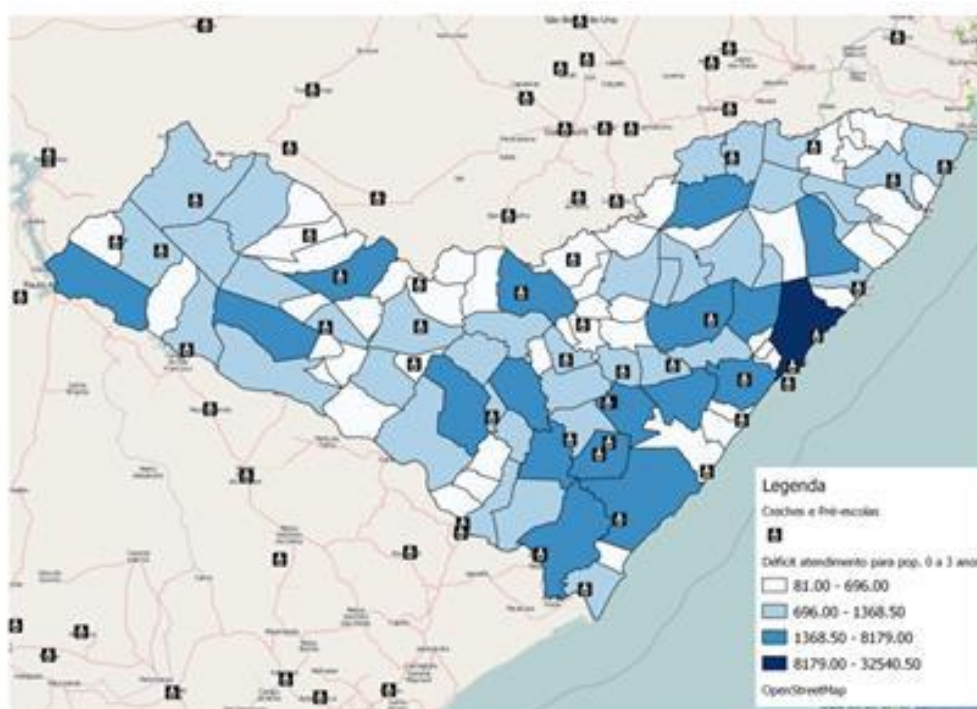
Fonte: SPI/MP

**Figura 55 - Saúde UPA**



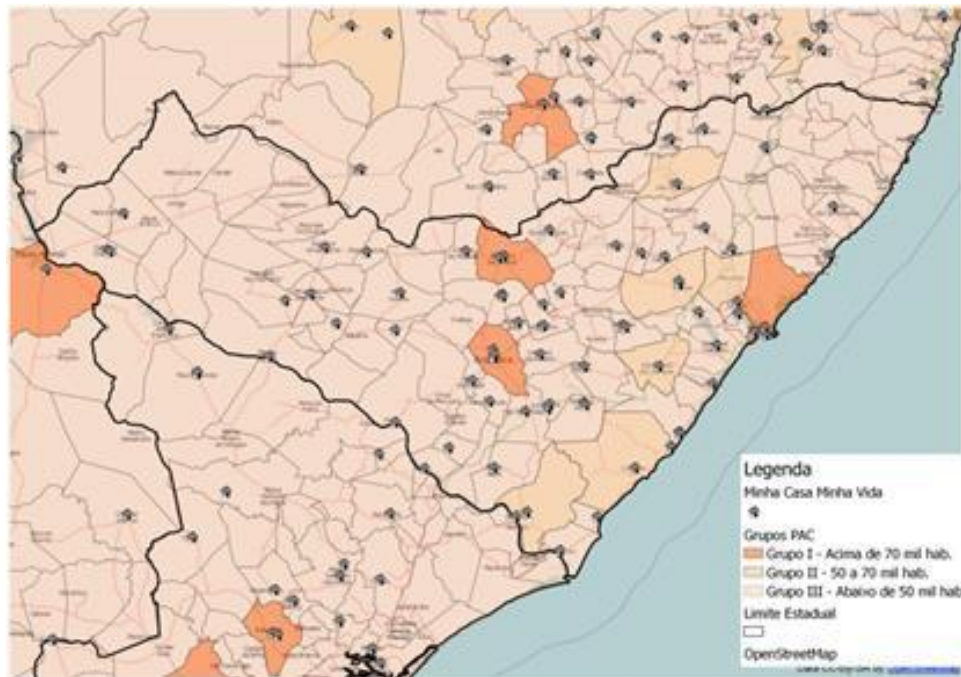
Fonte: SPI/MP

**Figura 56 - Creches**



Fonte: SPI/MP

**Figura 57 - Minha Casa Minha Vida**



**Fonte: SPI/MP**

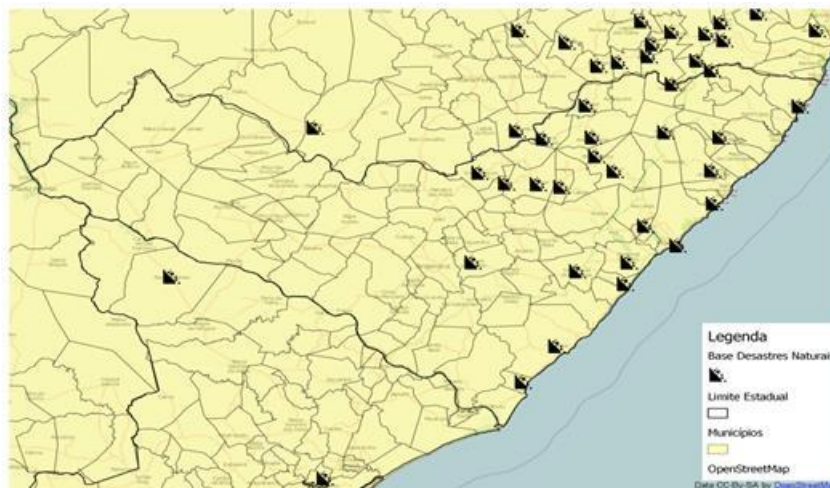
**Figura 58 - Educação Superior e Ensino Técnico**



**Fonte: SPI/MP**

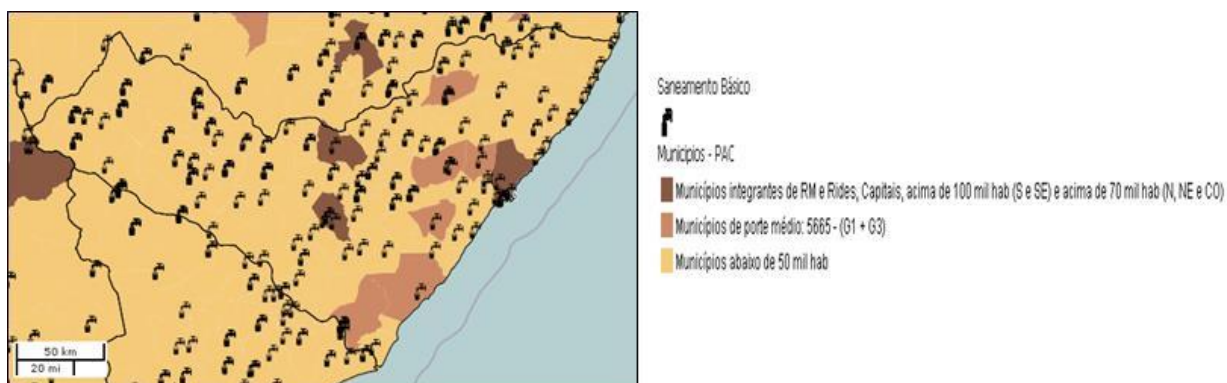


**Figura 59 - Municípios Seleccionados PRRDN**



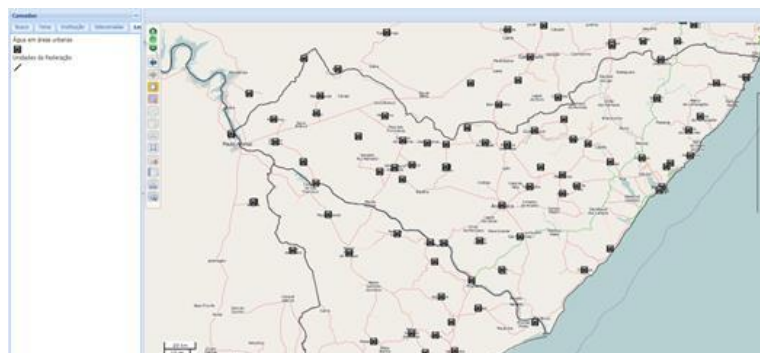
Fonte: SPI/MP

**Figura 60 - Saneamento**



Fonte: SPI/MP

**Figura 61 - Água em Áreas Urbanas**



Fonte: SPI/MP

Três das frentes do planejamento territorial para o estado das Alagoas dizem respeito a obras de infraestrutura e desenvolvimento econômico, com vista a fortalecer a integração multimodal no eixo norte-sul e a ligação com Pernambuco e



Sergipe. A concretização desses objetivos pode ser feita pelo PAC Rodovias e pelo Programa de Concessão Ferrovias.

**Figura 62 - Programa de Investimento em Logística - Ferrovias**



Fonte: SPI/MP

**Figura 63 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias**



Fonte: SPI/MP

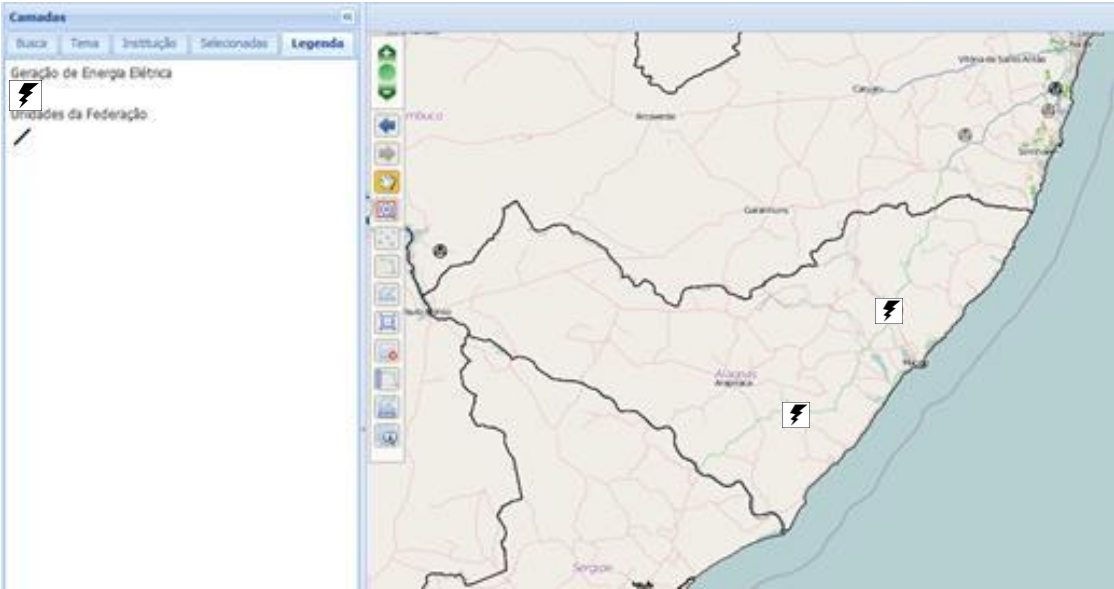
Ainda, deve-se focar a parceria com o setor privado para a ampliação dos investimentos no Porto de Maceió e a expansão da capacidade de geração de energia elétrica de fontes renováveis. Para tanto, o Governo Federal pretende realizar a concessão do Porto de Maceió pelo Programa de Investimentos em Logística – PIL e pela construção da UTE BEN-BioEnergia.

Figura 64 - Programa de Investimento em Logística - Portos



Fonte: SPI/MP

Figura 65 - Energia Elétrica

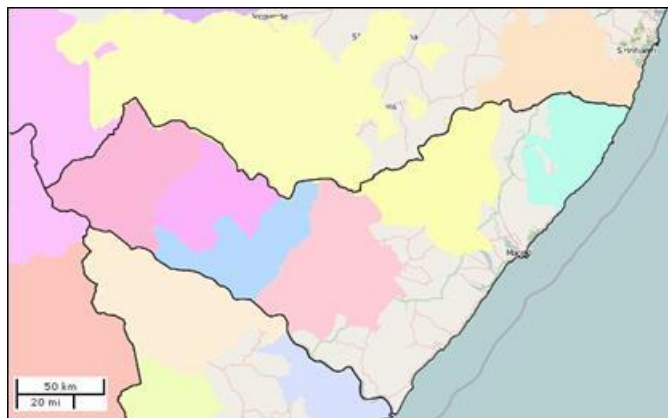


Fonte: SPI/MP

Por fim, as três últimas frentes visam reduzir as desigualdades territoriais existentes no território das Alagoas. Dessa forma, o planejamento do Governo Federal envolve

a redução das desigualdades Rural x Urbano, por intermédio dos Territórios da Cidadania, e, ainda, objetiva fortalecer o Sistema de Unidades de Conservação.

**Figura 66 - Territórios da Cidadania**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 67 - Sistema de Unidades de Conservação**

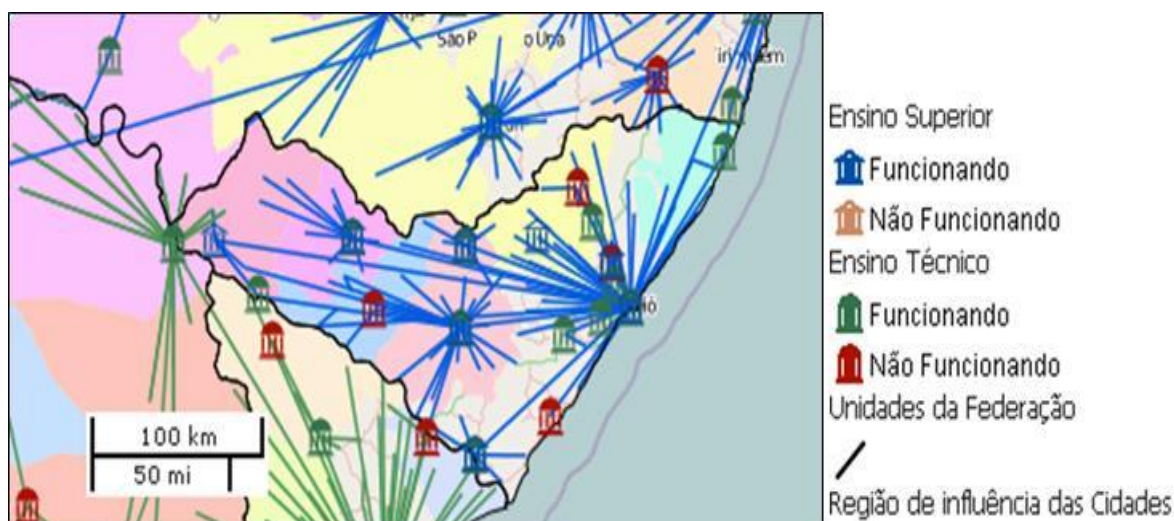


**Fonte: SPI/MP**

A última frente visa levar o desenvolvimento ao interior do Estado e fortalecer o turismo, tudo isso seguindo dois eixos distintos, a construção dos aeroportos regionais de Arapiraca e de Maragogi e a construção de Centros de Ensino Técnico e Superior.



**Figura 68 - Educação Superior e Ensino Técnico**



Fonte: SPI/MP

**Figura 69 - Programa de Investimento em Logística - Aeroportos**



Fonte: SPI/MP

## ESTRATÉGIA ESTADUAL

Foi apresentada a Estratégia de Governo – PPA 2012-2015 e o Plano Estratégico Alagoas 2022, que inclui o planejamento no período de 12 anos, de 2011 a 2022.

O Plano Estratégico contém 6 eixos de atuação distintos, que o plano agrupa por interesses. Denominado de Áreas de Resultados, delas derivam 46 estratégias de

médio e longo prazo e são utilizados 14 indicadores de governo. As 6 Áreas de atuação são:

- Erradicação da pobreza extrema, redução da pobreza e da desigualdade
- Melhoria da qualidade de Vida
- Desenvolvimento do capital humano
- Crescimento, desconcentração e diversificação econômica
- Inovação na gestão pública
- Valorização da Imagem e mudanças culturais

Como desmembramento das 6 Áreas de Atuação – e como forma de concretizá-las, cada uma delas dá origem a um ou mais Projetos estruturantes no Estado das Alagoas. Ao total o Estado tem 26 Projetos Estruturantes, utilizados como forma de tornar reais cada uma das Áreas de Atuação do Plano Estratégico. Como exemplo, pode-se elencar a construção do Canal do Sertão como um Projeto Estruturante da Área IV – Crescimento, desconcentração e diversificação econômica.

O Estado das Alagoas adota um recorte territorial para fins de planejamento, conforme explicitado na figura 70.

**Figura 70 – Recorte Territorial oficial do Estado de Alagoas**



**Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento do Estado das Alagoas.**

## BAHIA

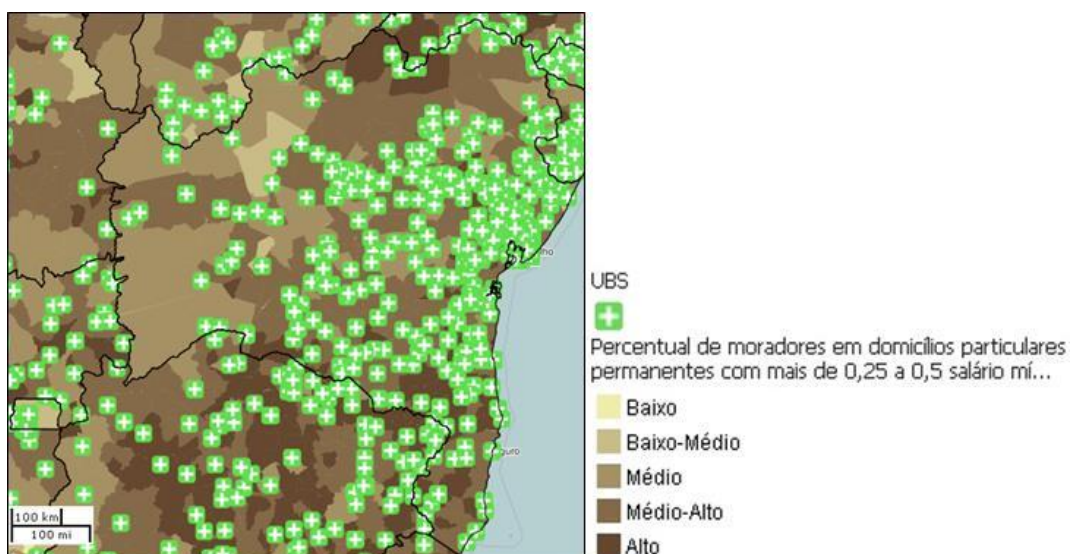
A Bahia demonstrou grande interesse em aderir à Agenda, tendo participado da reunião de apresentação da ADT o Secretário de Estado de Planejamento. Foi iniciado o processo de adesão à INDE, participando, inclusive, dos treinamentos e compartilhando dados geoespaciais;

Teve ampla participação no programa de capacitação de multiplicadores para o Apoio à Elaboração e Implementação de PPAs municipais.

## PLANEJAMENTO FEDERAL

O Governo Federal concebeu o planejamento territorial para Estado das Bahia setorizado em oito frentes distintas. Em relação à primeira delas, objetiva reduzir o déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade e, para isso, deve-se dar prioridade aos programas de educação básica, combate ao analfabetismo, saúde, fomento ao esporte e à cultura, bem como programas de transferência de renda e a oferta de água em áreas urbanas. Ainda, uma frente se destaca pelo desafio de interiorizar a oferta de ensino técnico e superior, limitado às grandes cidades da Bahia, conforme figuras a seguir.

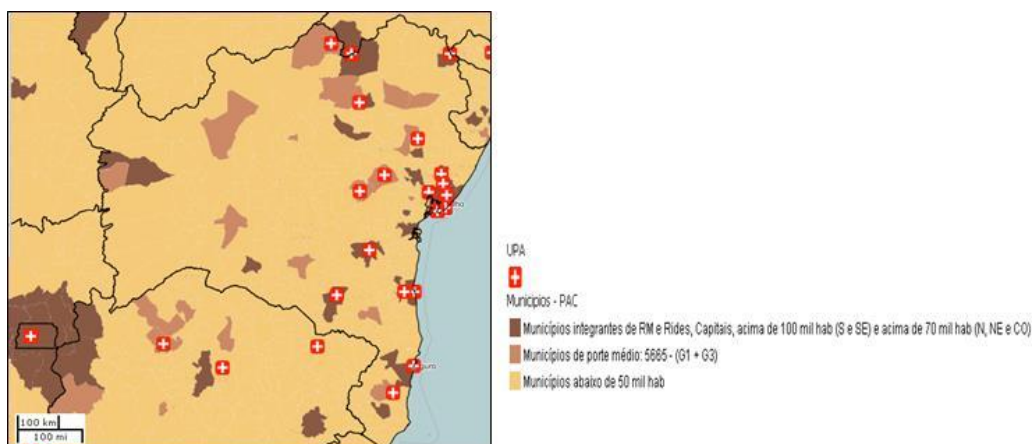
**Figura 71 - Saúde UBS**



**Fonte: SPI/MP**

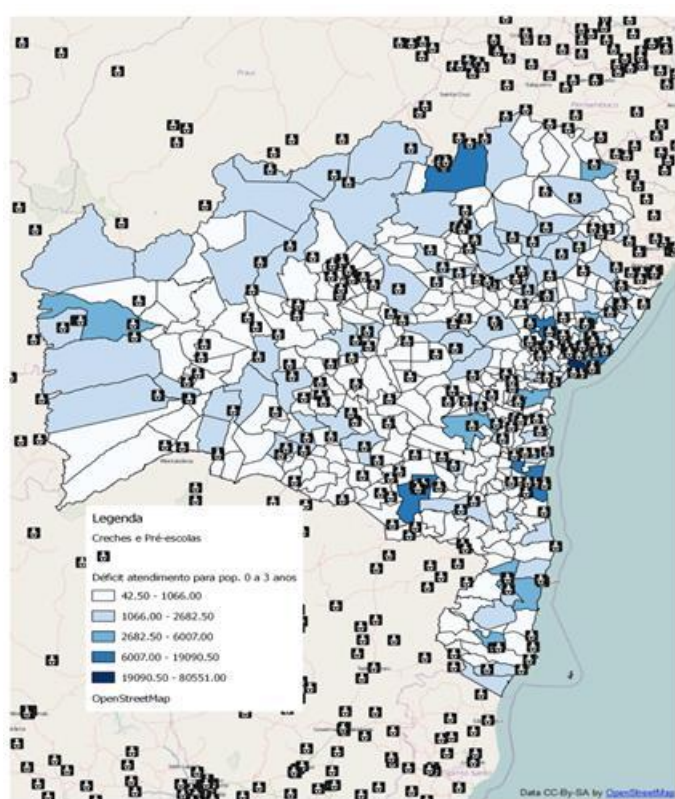


**Figura 72 - Saúde UPAs**



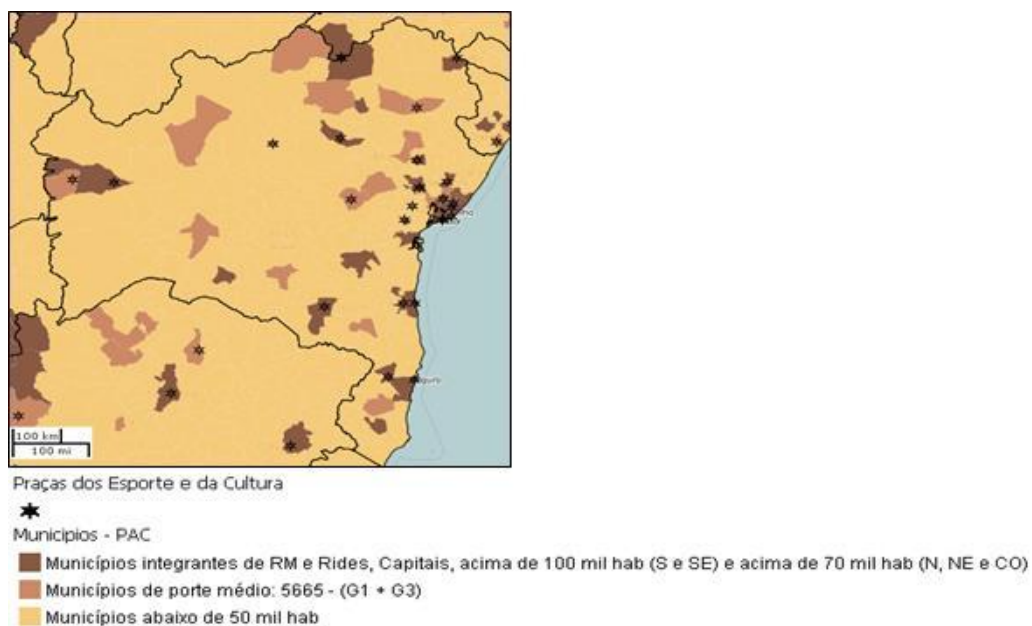
Fonte: SPI/MP

**Figura 73 - Creches e Pré-escolas**



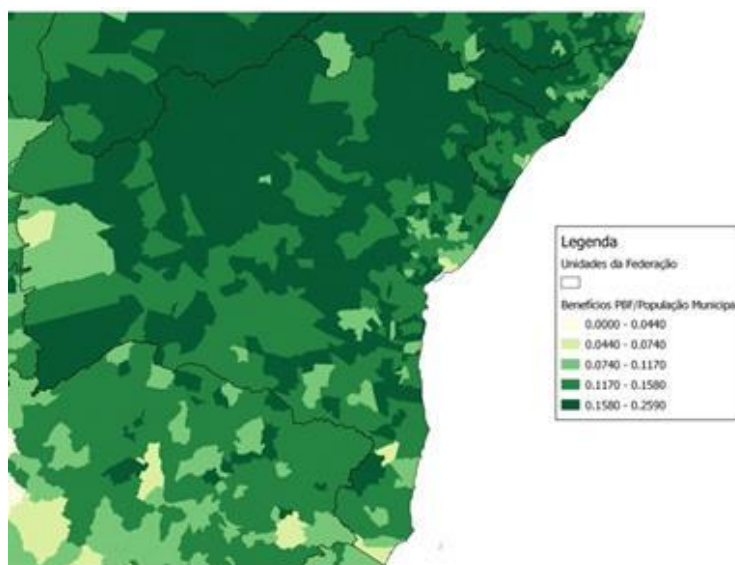
Fonte: SPI/MP

**Figura 74 - Praças dos Esportes e da Cultura**



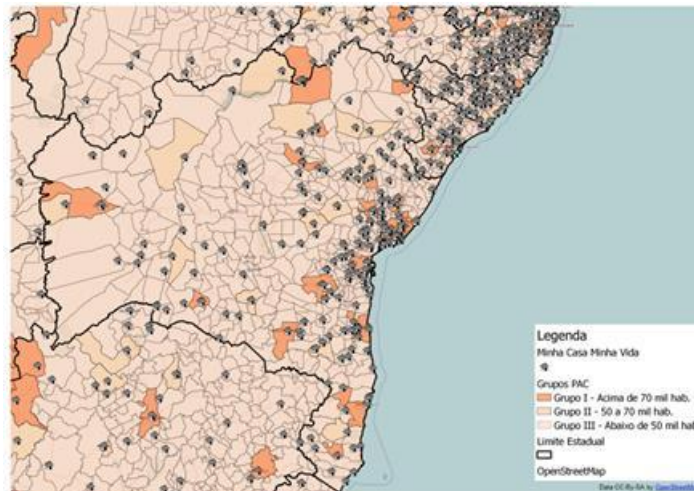
Fonte: SPI/MP

**Figura 75 - Bolsa Família**



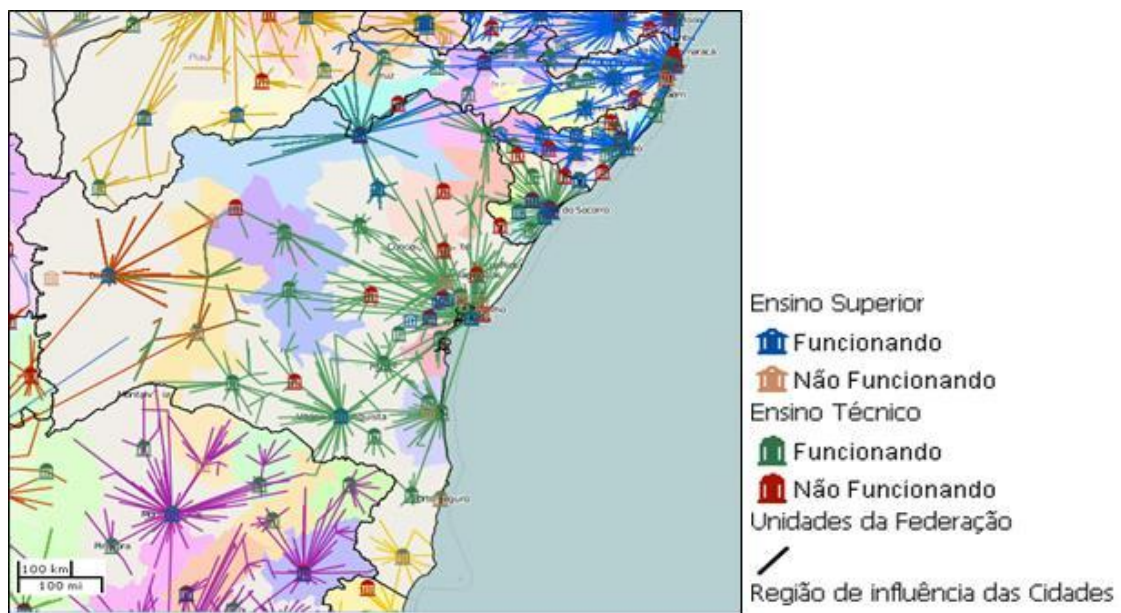
Fonte: SPI/MP

**Figura 76 - Minha Casa Minha Vida**



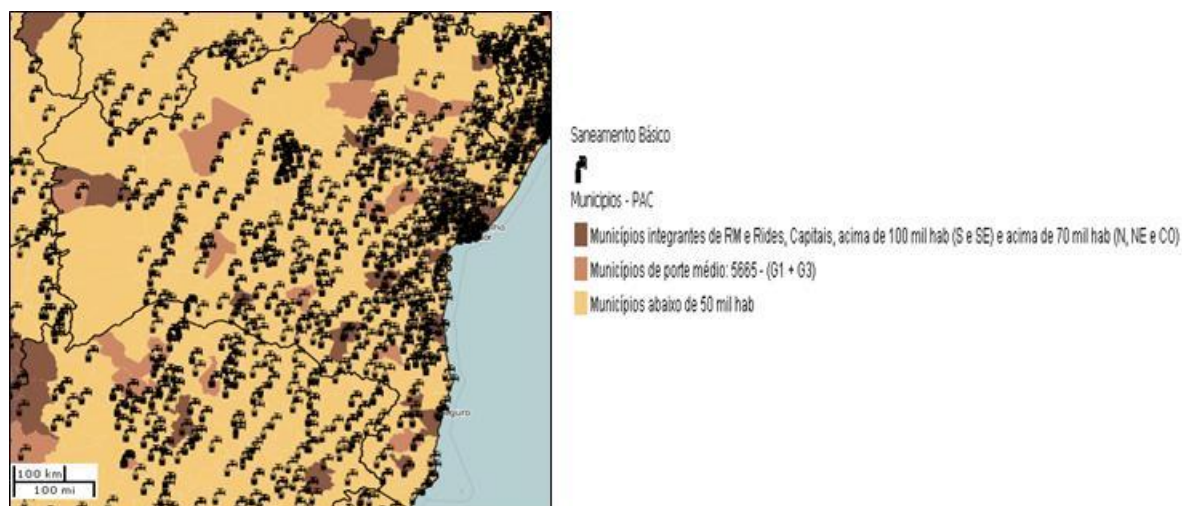
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 77 - Educação Superior e Ensino Técnico**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 78 - Saneamento**



**Fonte: SPI/MP**

Pensando na reserva ecológica da região, um dos eixos diz respeito ao fortalecimento do Sistema de Unidades de Conservação – efetivado por intermédio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR.

**Figura 79 - Sistema de Unidades de Conservação**

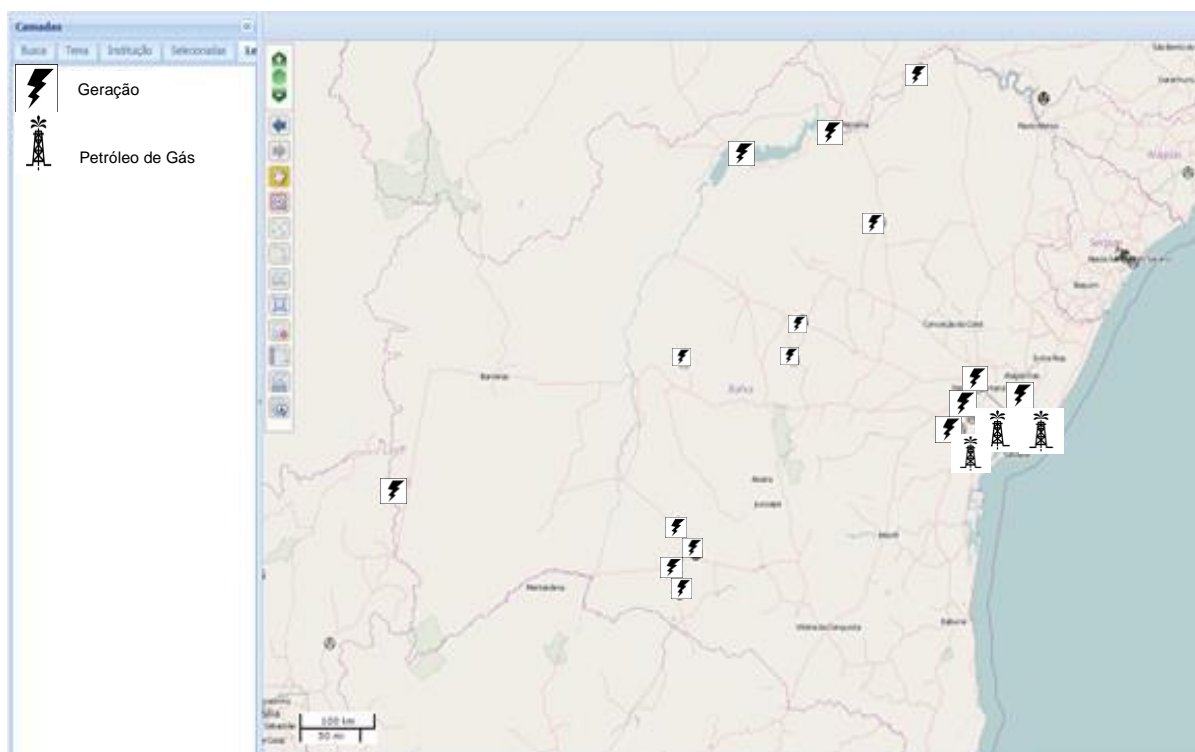


**Fonte: SPI/MP**

No tocante ao sistema de energia, duas frentes tomam corpo, uma objetiva aproveitar o potencial eólico do Estado, sendo efetivada por meio do PAC Energia, enquanto outra frente pretende adensar a cadeia produtiva de Petróleo e Gás, já presente na Bahia, mas com potencial para ampliação, conforme figura abaixo.



**Figura 80 - Energia**



**Fonte: SPI/MP**

Há uma frente de fortalecimento dos portos e da logística multimodal de acesso aos portos, especialmente o de Salvador e o de Ilhéus, que dão vazão à grande parte da carga que passa pelo Estado da Bahia. Toda a logística deve ser levada a cabo pelo Programa de Investimentos em Logística – PIL em portos e em Rodovias e ainda o PAC Rodovias e PAC Ferrovias, neste caso a Ferrovia de Integração Oeste –Leste – FIOL.

**Figura 81 - Programa de Investimento em Logística - Portos**



**Fonte: SPI/MP**

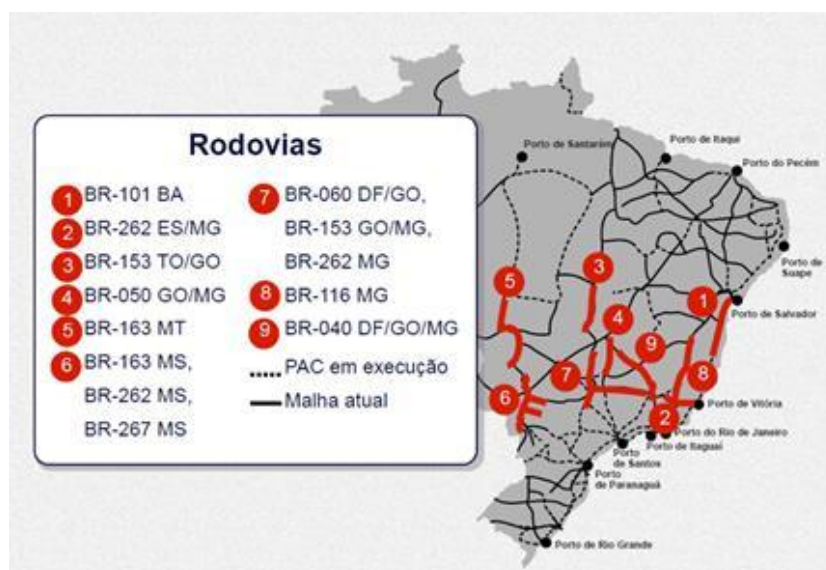


**Figura 82 - Programa de Investimento em Logística - Ferrovias**



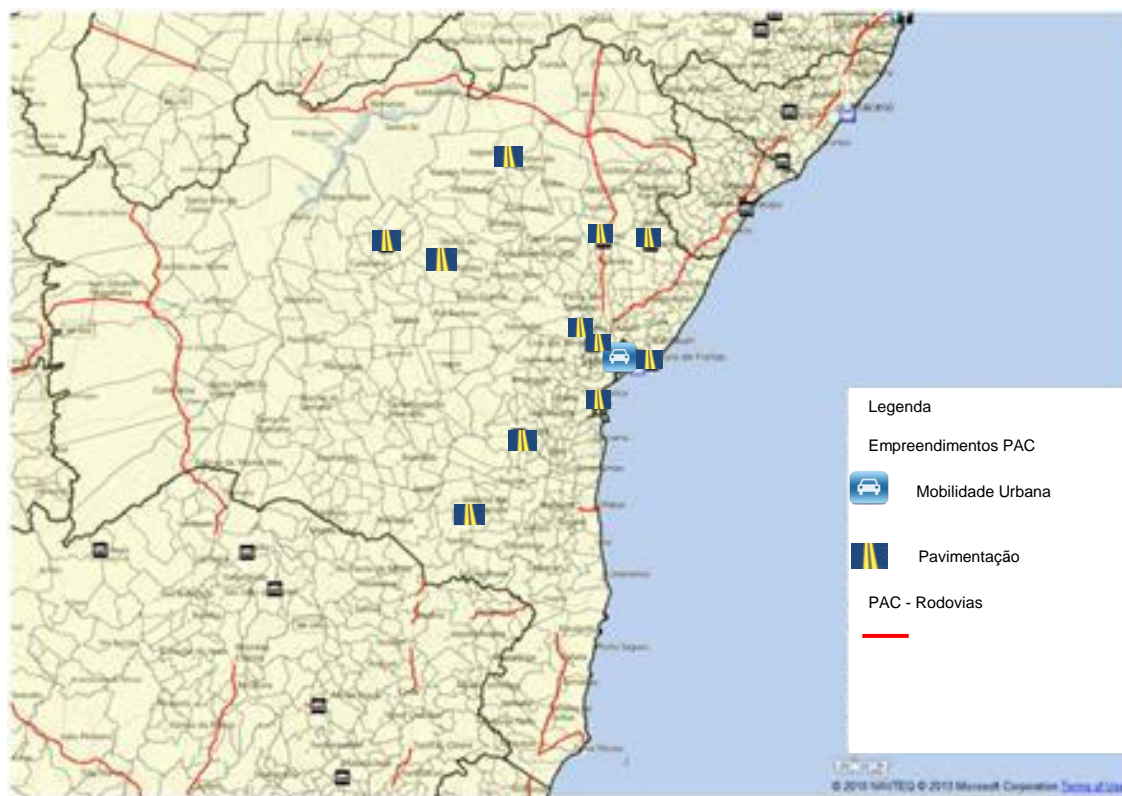
Fonte: SPI/MP

**Figura 83 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias**



Fonte: SPI/MP

**Figura 84 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias**



Fonte: SPI/MP

Ainda, no planejamento federal consta o fortalecimento do turismo no estado, efetivado a partir dos aeroportos regionais e também do PAC Rodovias.

**Figura 85 - Programa de Investimento em Logística - Aeroportos**



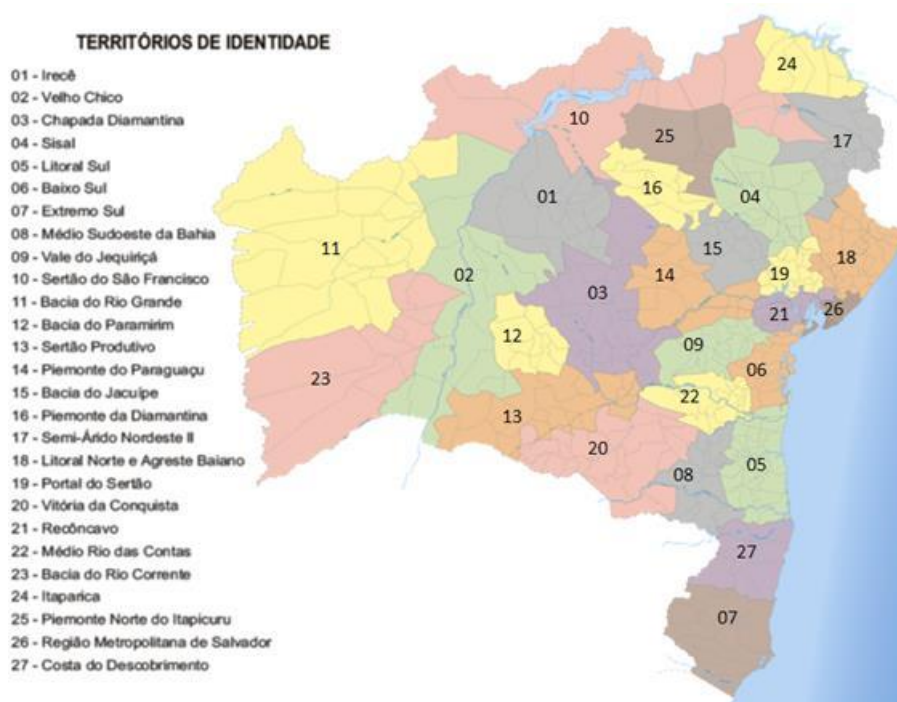
Fonte: SPI/MP

Por fim, a última frente do planejamento federal diz respeito à agricultura irrigada e biodiversidade, objetivo que conta com o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

## PLANEJAMENTO ESTADUAL

Estado da Bahia adota os Territórios de Identidade como unidade de planejamento, conforme figura 86. O recorte regional foi originado do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, entretanto a visão dos territórios rurais foi ampliada.

**Figura 86 - Regionalização do Planejamento**



**Fonte: Seplan-BA**

Como metas em convergência com o planejamento federal, o Estado da Bahia atua em seis eixos principais, com o propósito de (i) superar as desigualdades territoriais, (ii) fortalecer a coesão social, (iii) promover o potencial de desenvolvimento dos territórios. (iv) valorizar a diversidade cultural e territorial, (v) promover o uso sustentável dos recursos naturais e (vi) inserir competitivamente os territórios baianos.

Em seu planejamento governamental o estado da Bahia considera os principais eixos rodoviários, ferroviários e de planejamento, conforme figuras que se seguem.

**Figura 87 - Principais Eixos Viários do Estado da Bahia**



Fonte: Seplan-BA

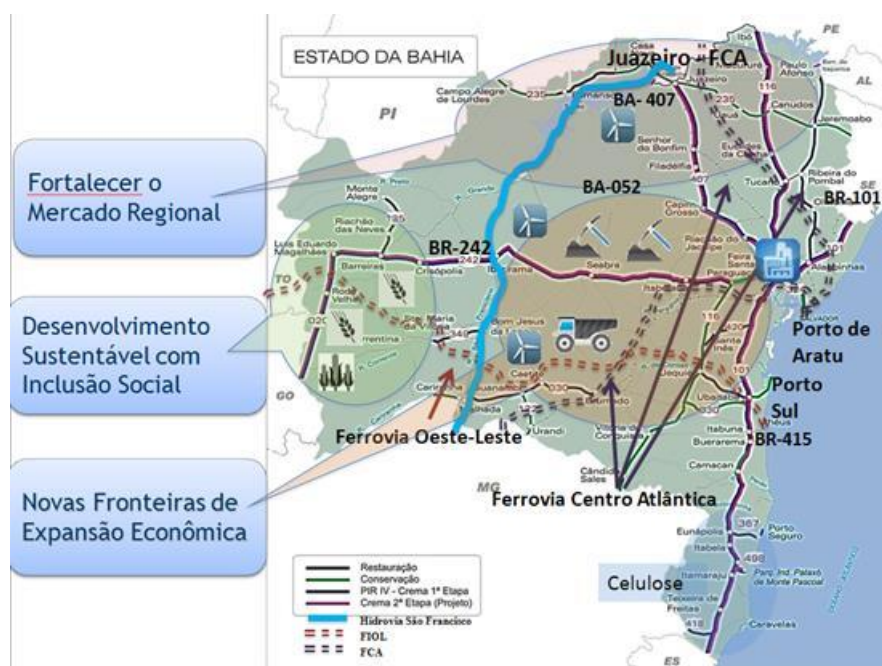
**Figura 88 - Principais Eixos Ferroviários do Estado da Bahia**



Fonte: Seplan-BA



**Figura 89 - Principais Eixos do Planejamento do Estado da Bahia**



**Fonte: Seplan-BA**

## CEARÁ

Estado historicamente alinhado com a SPI, devido a relacionamentos institucionais de longa data, segue a metodologia de PPA utilizada pelo governo federal. Mantém um sistema de gestão de projetos prioritários, acompanhado diretamente pelo Governador. O setor de planejamento do estado encontra-se bem desenvolvido.

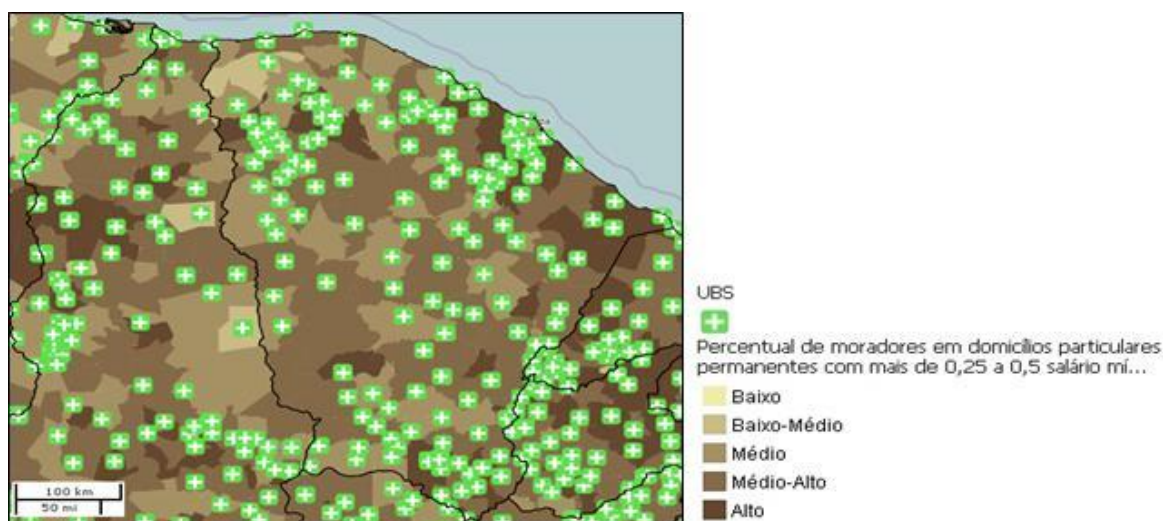
O estado mostrou-se bastante receptivo à estratégia da ADT e encaminhou dados dos investimentos estaduais bastante detalhados. Em diversas ocasiões enviaram servidores para treinamento de multiplicadores da metodologia do PPA federal.

Mantém sistema de geoinformação estruturado, dessa forma é importante estreitar os laços com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), para promover sua adesão à INDE.

## PLANEJAMENTO FEDERAL

O Governo Federal concebeu o planejamento territorial para Estado do Ceará setorizado em seis eixos distintos. Em relação ao primeiro deles, objetiva reduzir o déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade e, para isso, deve-se dar prioridade aos programas de educação básica, combate ao analfabetismo, saúde, fomento ao esporte e à cultura, bem como programas de transferência de renda e a oferta de água em áreas urbanas. Ainda se destaca pelo desafio de interiorizar a oferta de ensino técnico e superior, conforme figuras a seguir.

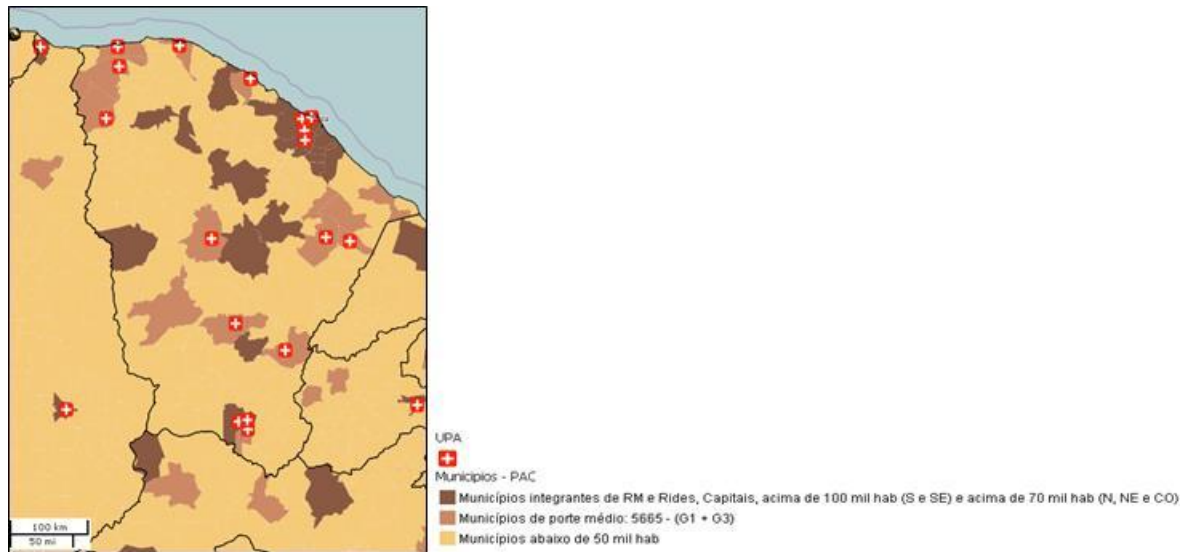
**Figura 90 - Saúde - USB**



**Fonte: SPI/MP**

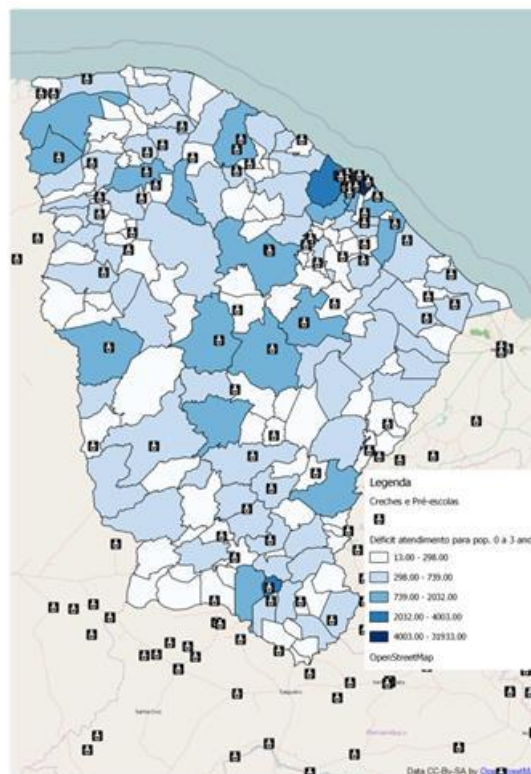


**Figura 91 - Saúde – UPAs**



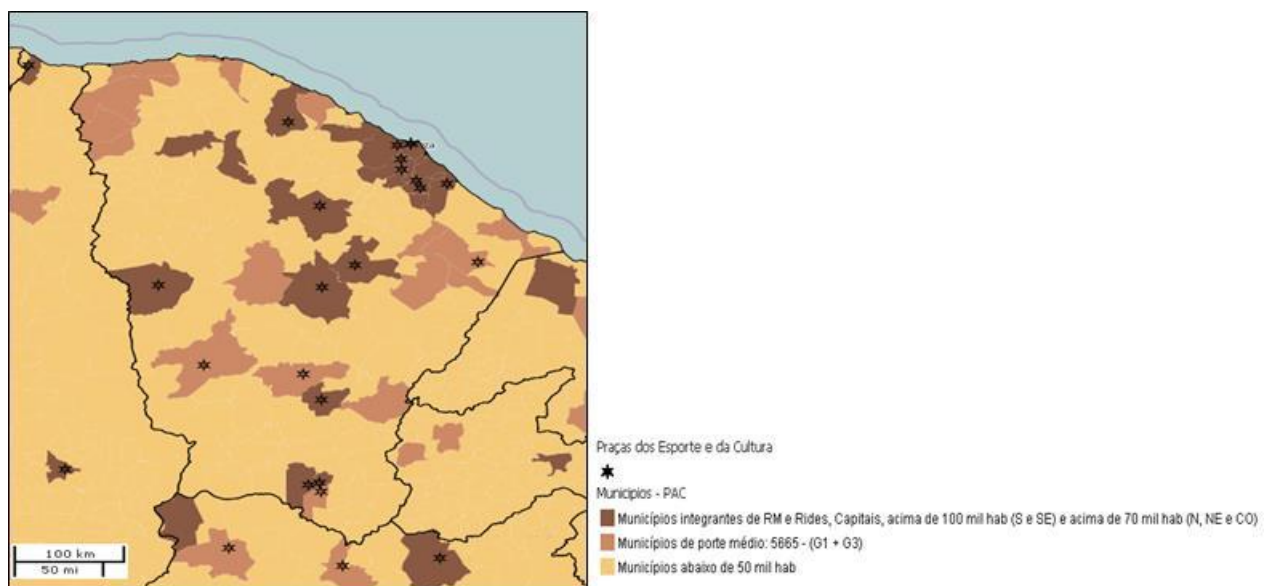
Fonte: SPI/MP

**Figura 92 - Creches**



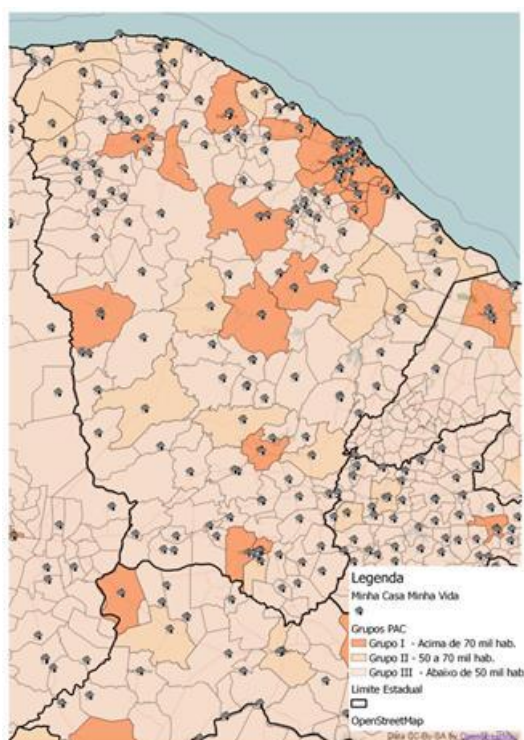
Fonte: SPI/MP

**Figura 93 - Praças do Esporte e da Cultura**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 94 - Minha Casa Minha Vida**



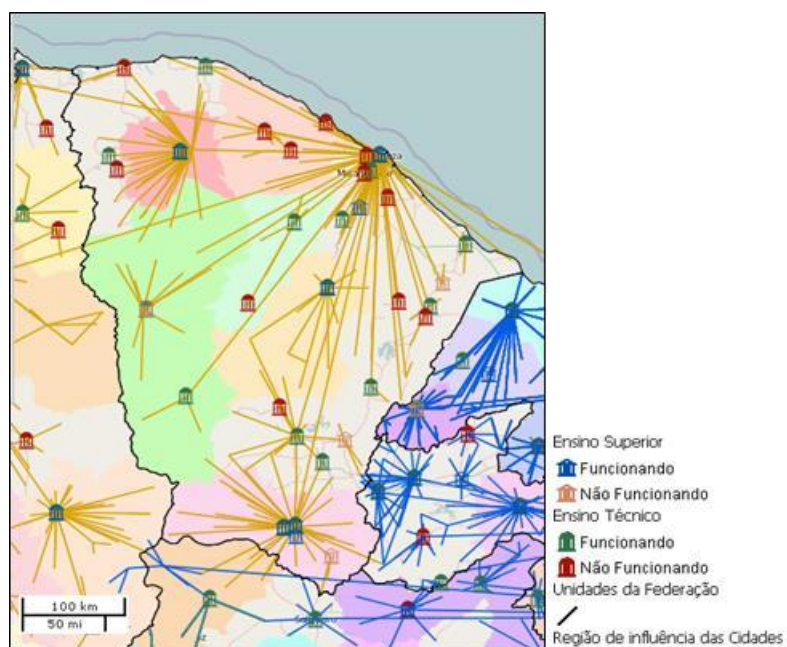
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 95 - Saneamento**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 96 - Educação Superior e Ensino Técnico**



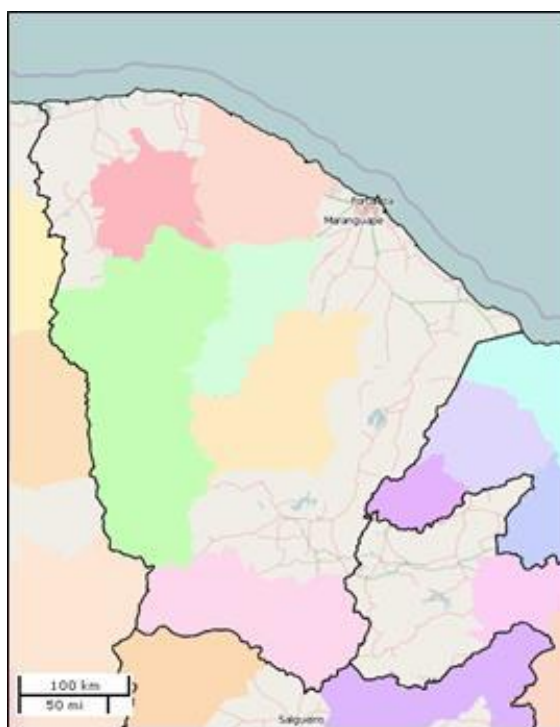
**Fonte: SPI/MP**

Pensando na reserva ecológica da região, um dos eixos diz respeito ao fortalecimento do Sistema de Unidades de Conservação – efetivado por intermédio

do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Outro eixo visa reduzir as desigualdades territoriais existentes no território do Ceará. Dessa forma, o planejamento do Governo Federal envolve a redução das desigualdades Rural x Urbano, por intermédio dos Territórios da Cidadania e, ainda, objetiva fortalecer o Sistema de Unidades de Conservação.

**Figura 97 - Territórios da Cidadania**



**Fonte: SPI/MP**

O Eixo de Infraestrutura Econômica prevê investimentos no Porto de Pecém, na ligação desse porto com a ferrovia Transnordestina, o fortalecimento de sua ligação rodoviária por meio da adequação das BR 116 e 222. Também estão previstas intervenções em aeroportos regionais em dez municípios, dentro de uma estratégia de fortalecimento do turismo.



**Figura 98 - Programa de Investimento em Logística - Ferrovias**



Fonte: SPI/MP

**Figura 99 - Programa de Investimento em Logística - Portos**



Fonte: SPI/MP

**Figura 100 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias**



**Fonte: SPI/MP**



**Figura 101 - Programa de Investimento em Logística - Aeroportos**



**Fonte: SPI/MP**

Os dois últimos eixos objetivam fortalecer a aquicultura marinha e a agricultura irrigada, áreas com potencial pouco explorado no Estado do Ceará.

## PLANEJAMENTO ESTADUAL

O Estado do Ceará apresenta o Planejamento dividido em três eixos de política, sendo o primeiro deles (i) Sociedade Justa e Solidária, o segundo (ii) Economia para uma vida melhor e, por fim, (iii) Governo Participativo, Ético e Competente. Cada um desses eixos principais se desdobra em resultados estratégicos do governo, de maneira a concretizar a realização e a efetivação de cada eixo, conforme quadro 1.

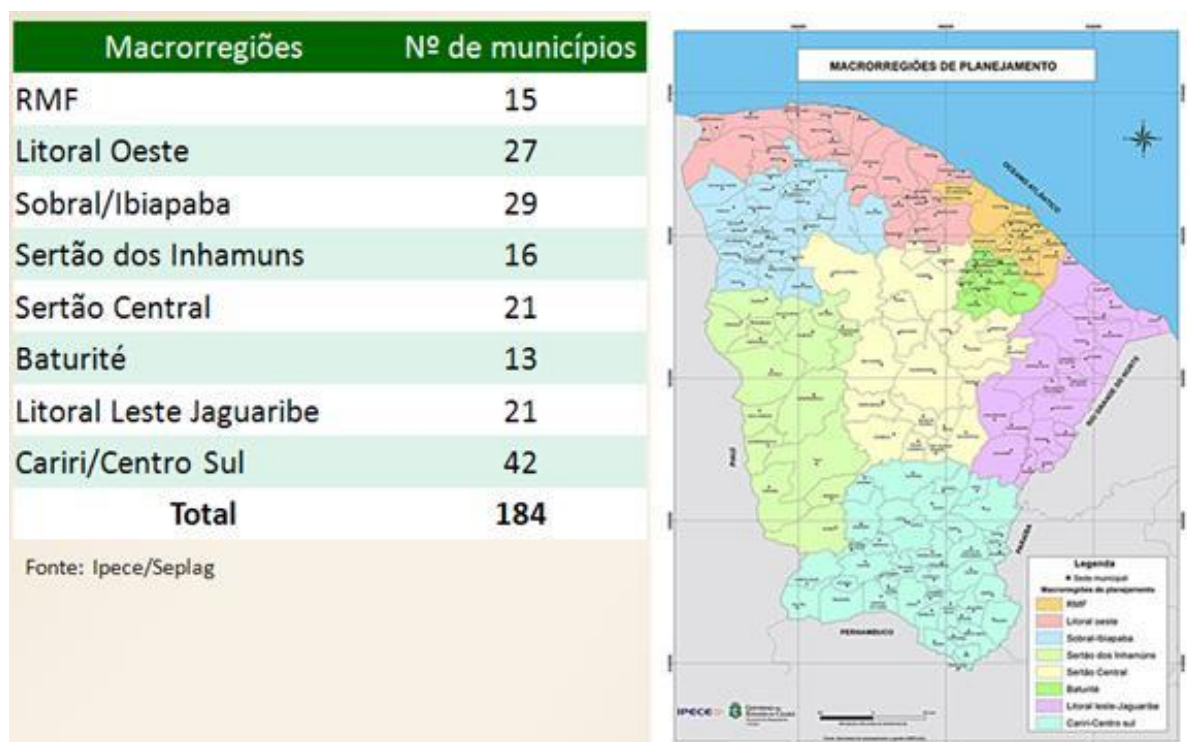
**Quadro 1 - Eixos de Planejamento do estado do Ceará**

Eixos de Política	Resultados Estratégicos de Governo
Sociedade Justa e Solidária	Educação básica ampliada e com qualidade
	Educação superior e profissionalizante com ênfase nas potencialidades do Estado
	População com acesso à saúde descentralizada e com qualidade
	População mais segura e com garantia de direitos
	Juventude com oportunidades de inserção produtiva e social
Economia para uma vida melhor	Crescimento econômico com competitividade
	Aumento da sustentabilidade ambiental
	Redução das desigualdades inter-regionais
	Sociedade com renda maior e melhor distribuída
	Infraestrutura estratégica ampliada
Governo Participativo, Ético e Competente	Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas
	Gestão pública qualificada e ágil
	Aumento da capacidade de investimento do Estado
	Eficiência nos gastos públicos

Fonte: Governo do Ceará.

Além disso, o planejamento estadual está dividido em territórios de planejamento, respeitando as semelhanças e distinções entre as áreas, conforme figura 102.

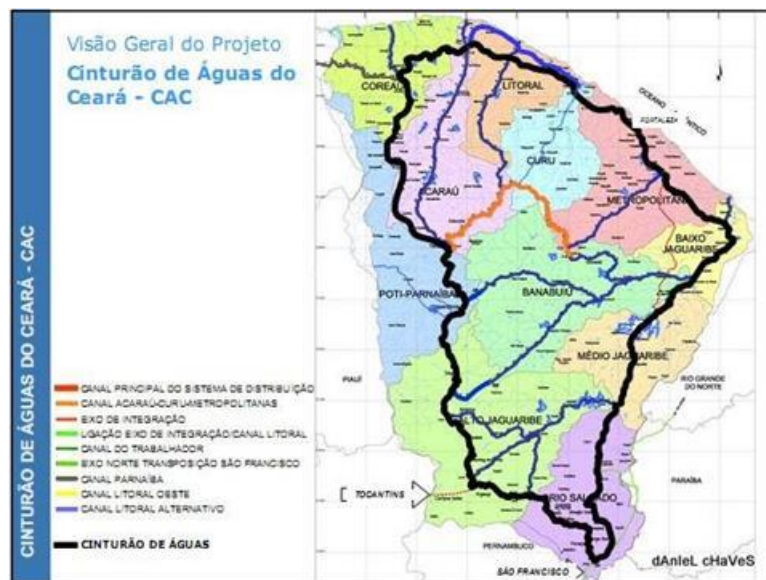
**Figura 102 - Territórios de Planejamento do estado do Ceará**



Fonte: Governo do Ceará.

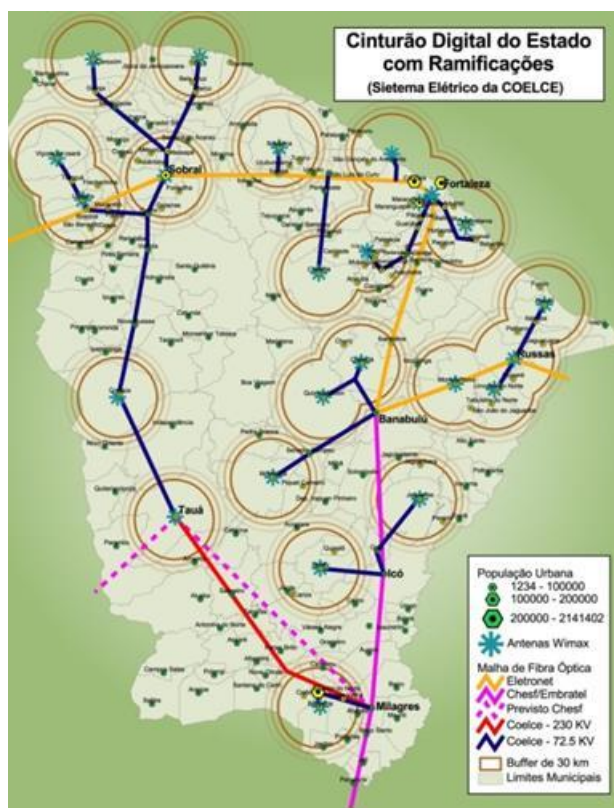
**Figura 103 - Cinturão das Águas**

**Figura 103 - Cinturão das Águas**



**Fonte: Governo do Ceará.**

**Figura 104 - Implantação do Cinturão Digital**



**Fonte: Governo do Ceará.**

**Figura 105 - Infraestrutura e Logística**



Fonte: Governo do Ceará.



## MARANHÃO

O estado foi receptivo à estratégia da ADT, porém, encaminhou seus dados de forma agregada, o que não permitiu sua ampla utilização. Fez uma apresentação em base a ações realizadas, não se referindo a objetivos futuros.

Apesar de o Estado possuir pouca expertise na área de Planejamento, mostraram interesse em aderir à agenda.

Observou-se que é importante estreitar contato com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, para promover sua adesão à INDE.

## PLANEJAMENTO FEDERAL

O conjunto de políticas do governo federal para o Maranhão exprime-se em oito intervenções.

Uma delas se refere ao fortalecimento da Aquicultura Marinha e da Agricultura Irrigada em área de expansão da fronteira agrícola nas divisas com os Estados de Tocantins e Piauí. A figura 106 apresenta como o Sistema de Unidades de Conservação se estrutura no território do estado.

**Figura 106 - Sistema de Unidades de Conservação**

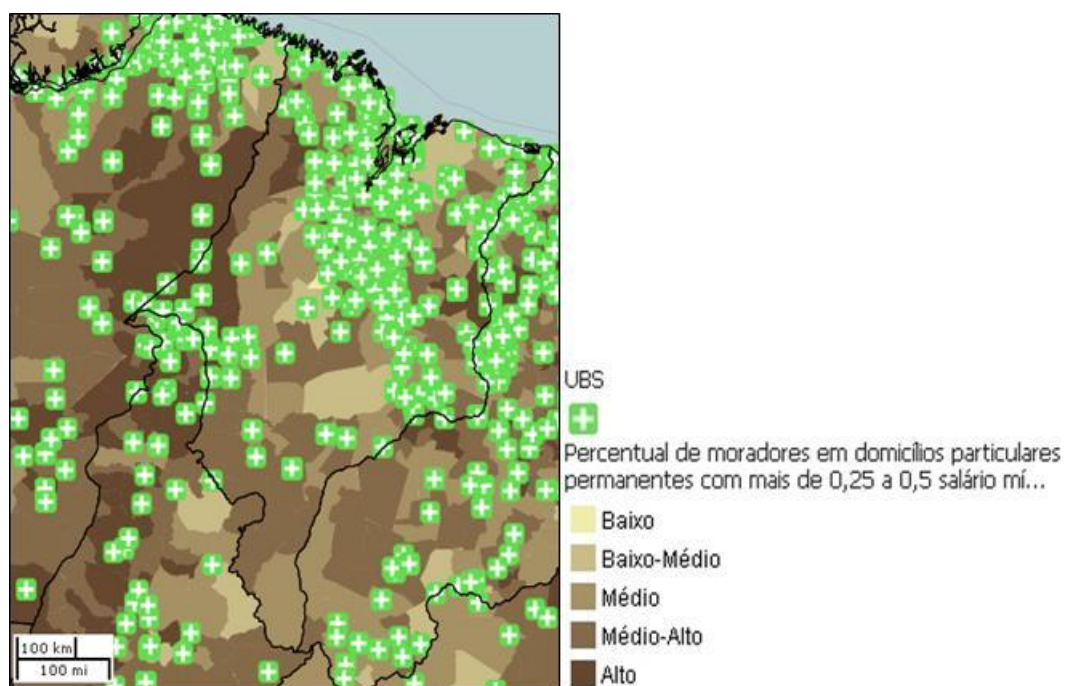


**Fonte: SPI/MP**

Por sua vez, ações na área de Educação, Analfabetismo, Saúde, Esporte e Cultura, Transferência de Renda visam à redução do déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade. O programa Territórios da Cidadania e a interiorização do Ensino Médio e Superior buscam a redução das desigualdades Rural X Urbano. A seguir são apresentadas figura sobre a temática social no estado.

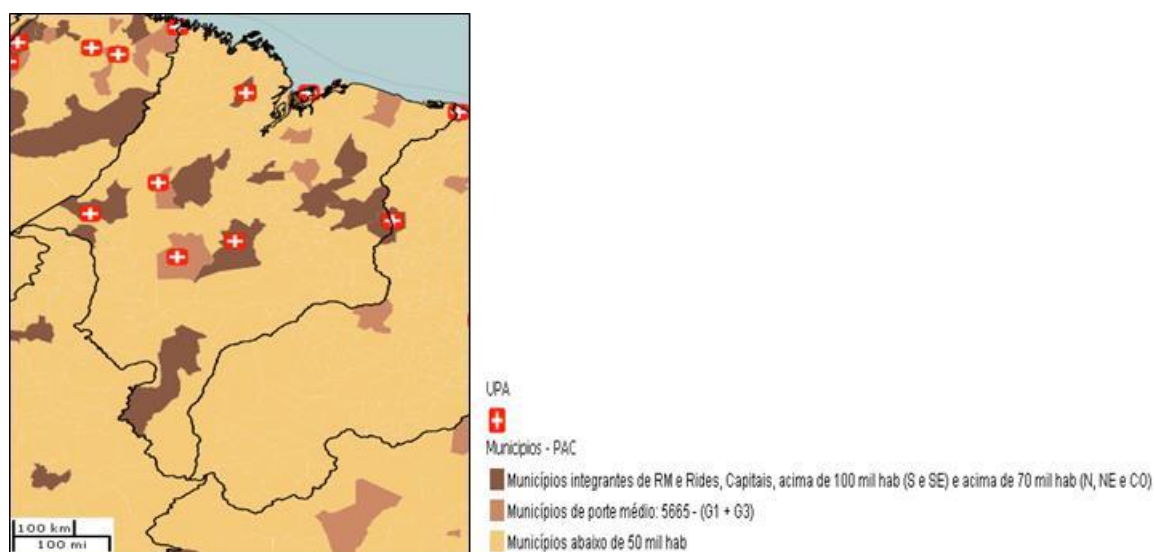


**Figura 107 - Saúde UBS**



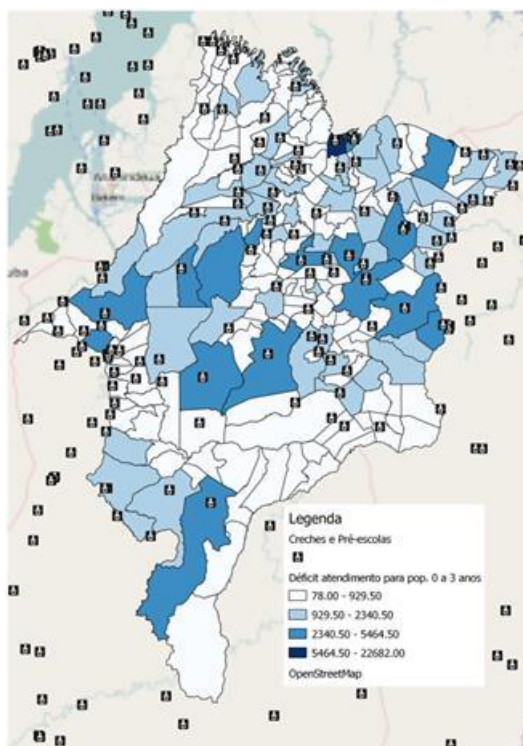
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 108 - Saúde UPA**



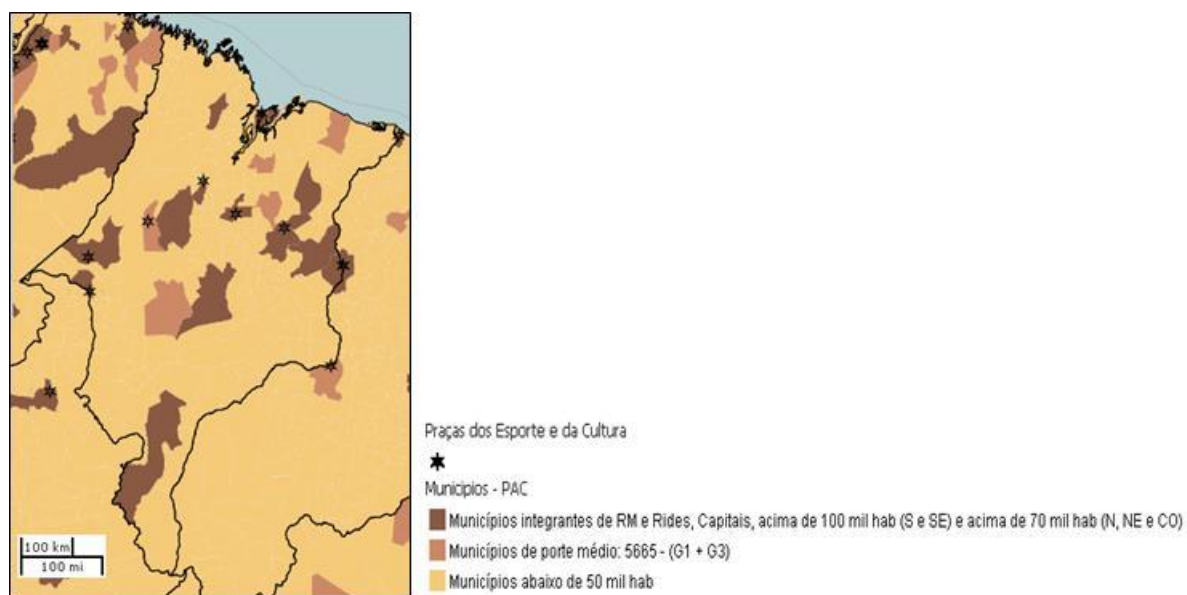
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 109 - Creches e Pré-Escolas**



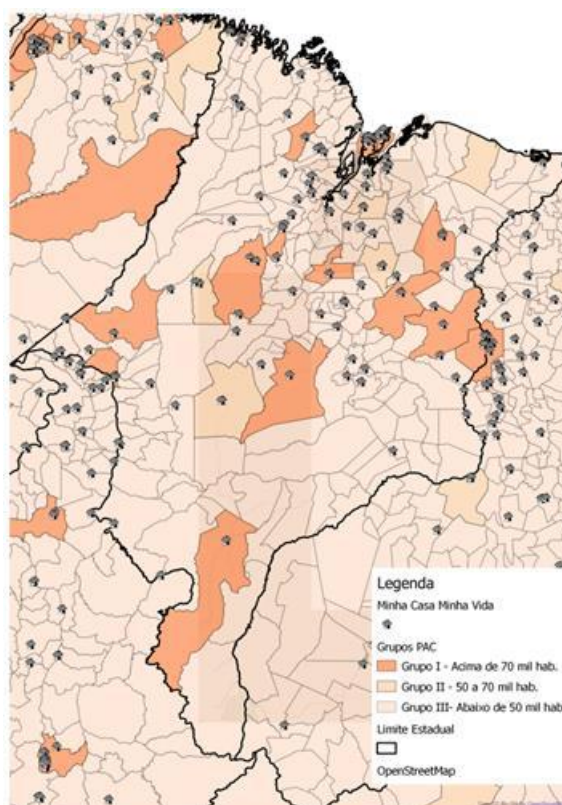
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 110 - Praças dos Esportes de da Cultura**



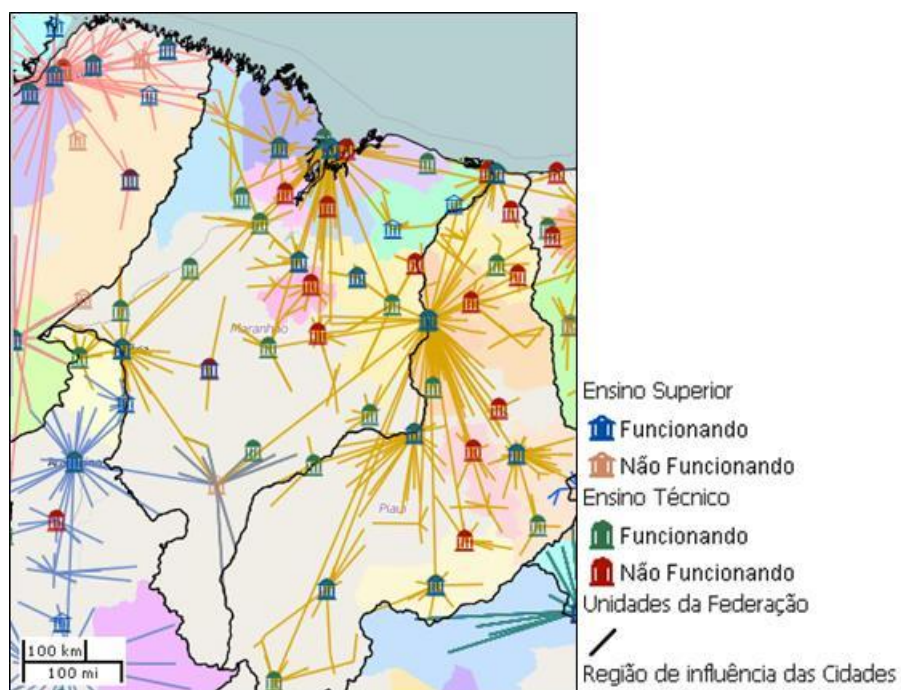
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 111 - Minha Casa Minha Vida**



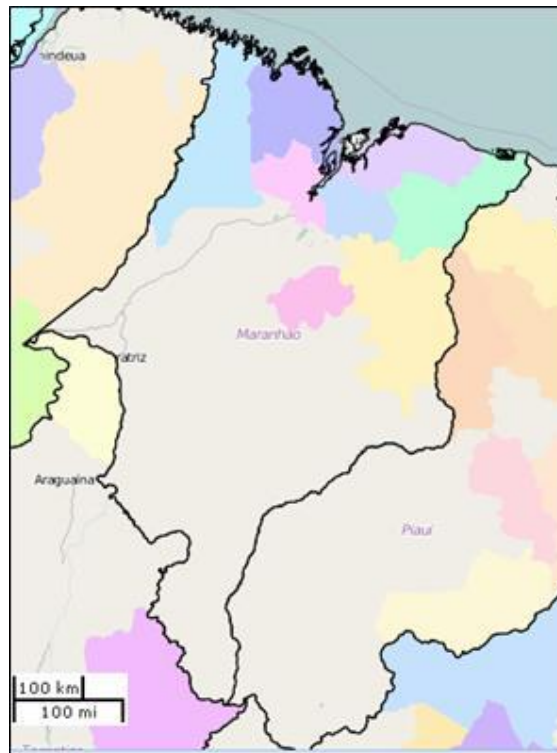
Fonte: SPI/MP

**Figura 112 - Educação Superior e Ensino Técnico**



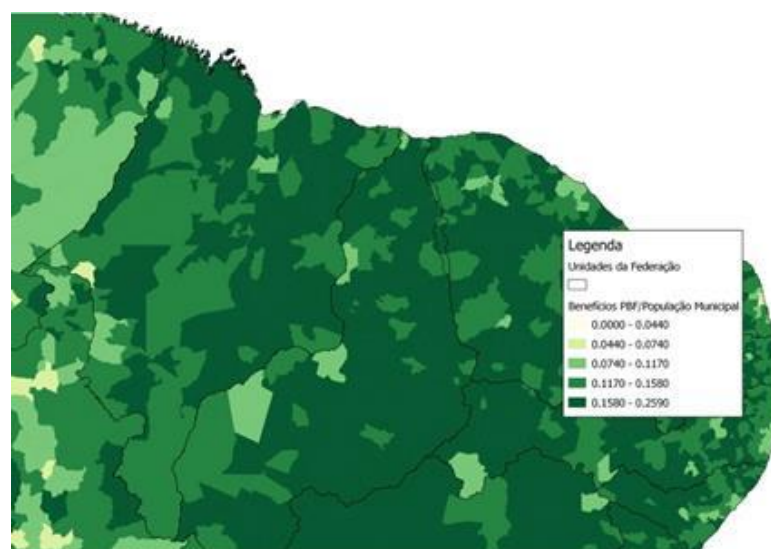
Fonte: SPI/MP

**Figura 113 - Territórios da Cidadania**



Fonte: SPI/MP

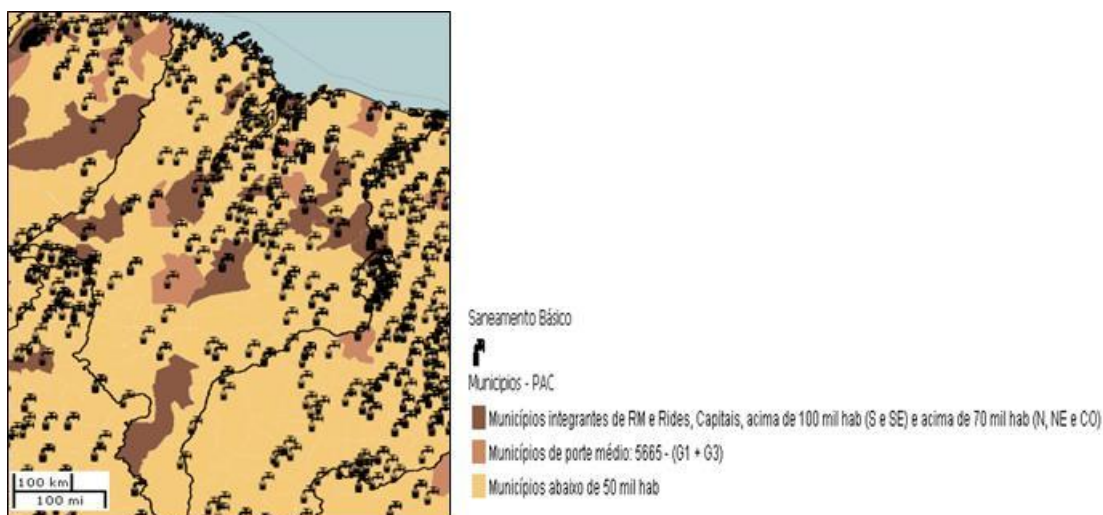
**Figura 114 - Bolsa Família**



Fonte: SPI/MP



**Figura 115 - Saneamento**



**Fonte: SPI/MP**

Em Logística priorizam-se as conexões ferroviária e rodoviária para o fortalecimento do Porto de Itaqui, por meio do PAC Rodovias, Ligação Ferroviária de Porto de Vila do Conde (PA) e Itaqui (MA) com a Ferrovia Norte-Sul; PIL-Portos. Há, ainda, iniciativas para investimento em aeroportos regionais de 11 municípios do estado. As figuras a seguir ilustram o tema.

**Figura 116 - Programa de Investimento em Logística - Ferrovias**



**Fonte: SPI/MP**



**Figura 117 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias**



Fonte: SPI/MP

**Figura 118 - Programa de Investimento em Logística - Portos**



Fonte: SPI/MP

**Figura 119 - Programa de Investimento em Logística - Aeroportos**



**Fonte: SPI/MP**

Ainda dentro do arcabouço de políticas federais encontram-se o fortalecimento das ações de Defesa Civil e do Sistema de Unidades de Conservação. O cadastro Ambiental Rural é outra política federal que atua no sentido da regularização ambiental de propriedades e posses rurais.

## PLANEJAMENTO ESTADUAL

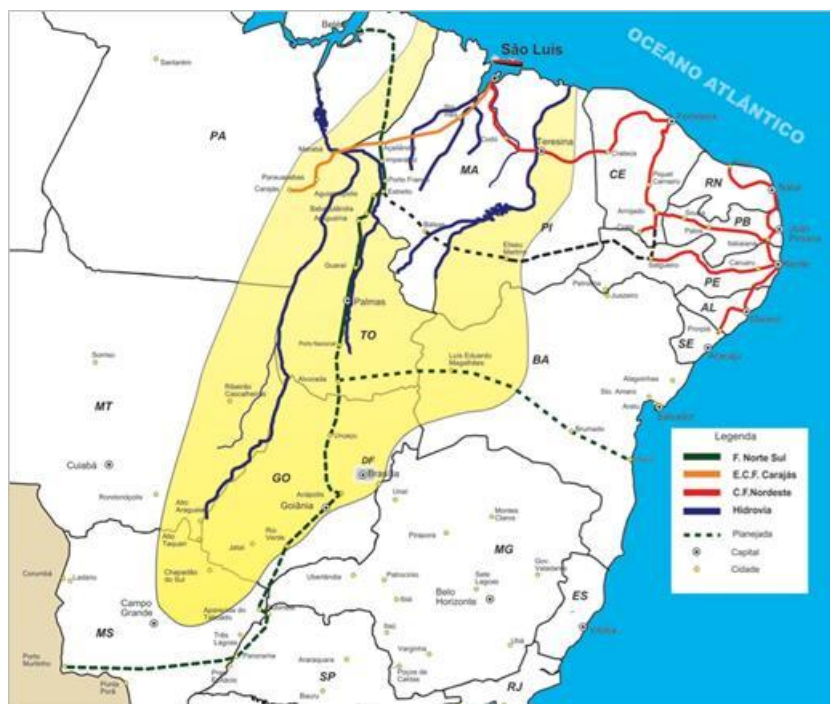
O Maranhão se apresenta como possuidor de uma localização estratégica no referente a rotas nacionais e internacionais, conforme figuras a seguir.

**Figura 120 - Complexo Portuário**



**Fonte: Seplan**

**Figura 121 - Corredor Centro-Norte – Integração Intermodal**



Fonte: Seplan

**Figura 122 - Bacia Hidrográficas**



Fonte: Seplan

## AÇÕES ESTRATÉGICAS

O Estado apresenta Ações Estratégicas em diversas áreas. Na Saúde o Programa Saúde é Vida pretende realizar a construção de 72 hospitais, 10 UPAs e 16 unidades de Rede de Serviço Estadual em São Luís, assim como a reforma e ampliação da rede existente e a implantação de 1.680 leitos. O Programa Leite é Vida abrange 100 municípios e promove a distribuição de leite para famílias com renda até meio salário mínimo. Estão previstas também intervenções nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Na área de Educação as ações visam a alfabetização de crianças e jovens, a correção do fluxo escolar, construção e reforma de salas escolares e alimentação escolar. O Estado apresenta o número de profissionais formados em nível de graduação e pós-graduação assim como o número de cursos tecnológicos implantados mas não apresenta as ações futuras.

Nas Ações Estratégicas na área de Indústria e Comércio, aparecem o Complexo Portuário de São Luís – Porto do Itaqui e os Terminais de Ponta da Madeira (Vale), o Terminal da Alumar, o Terminal do Porto Grande e os Terminais de Ferryboat da Ponta da Espera e do Cajupe (travessia da Baía de São Marcos) e o Porto de Itaqui.

No tocante ao Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar, o estado aludi a 2 restaurantes populares, alimentação escolar, 8 Territórios da Cidadania, Bolsa Família, Brasil Carinhoso atendimento a assentamentos e regularização fundiária. Outra ação mencionada é a Erradicação da Febre Aftosa.

Na área de Segurança Pública, assim como em Justiça e Administração Penitenciária, a apresentação do Estado se limita a dar números de documentos expedidos, unidades instaladas, ressocialização de apenados.

### **Estratégias Privadas**

O estado faz referência, ademais, que considera em seu planejamento a estratégia adotada pelos agentes econômicos privados, conforme figura 123. A figura 124, ademais, apresenta os empreendimentos privados no município de São Luís.



**Figura 123 - Empreendimento Privados no Estado do Maranhão**



Fonte: SEDINC

**Figura 124 - Empreendimento Privados no Município de São Luís**



#### *Empreendimentos em São Luís*

Votorantim Cimentos  
Alumar  
Ambev  
Brascopper  
Dimensão Aços Planos  
Termelétrica MPX Itaqui  
Grupo Mateus  
Supermercados Maciel  
Atacadão Carrefour  
Oleama – Rosatex  
Vale (EFC, Pier IV, TFPM)  
Porto do Itaqui – EMAP  
Duplicação BR-135- DNIT  
Grupo Queiroz Galvão

### **Programa de Incentivo às Atividades Industriais**

O Estado do Maranhão mantém um programa de incentivo fiscal para as atividades industriais que consiste na desoneração total ou parcial do ICMS.



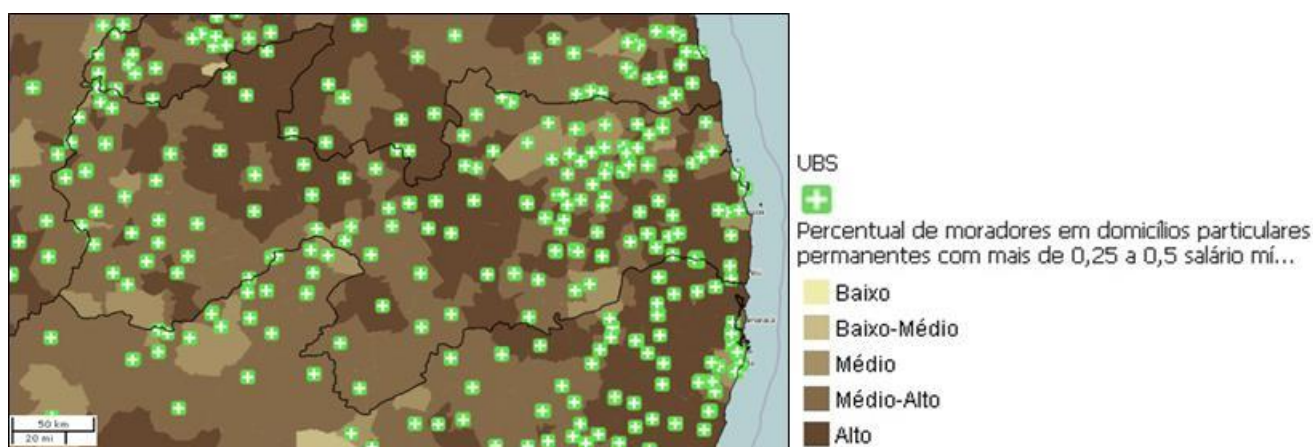
## PARAÍBA

O Estado da Paraíba apresentou a estruturação de seu PPA, mas não indicou eixos ou ações prioritários.

### ESTRATÉGIA FEDERAL

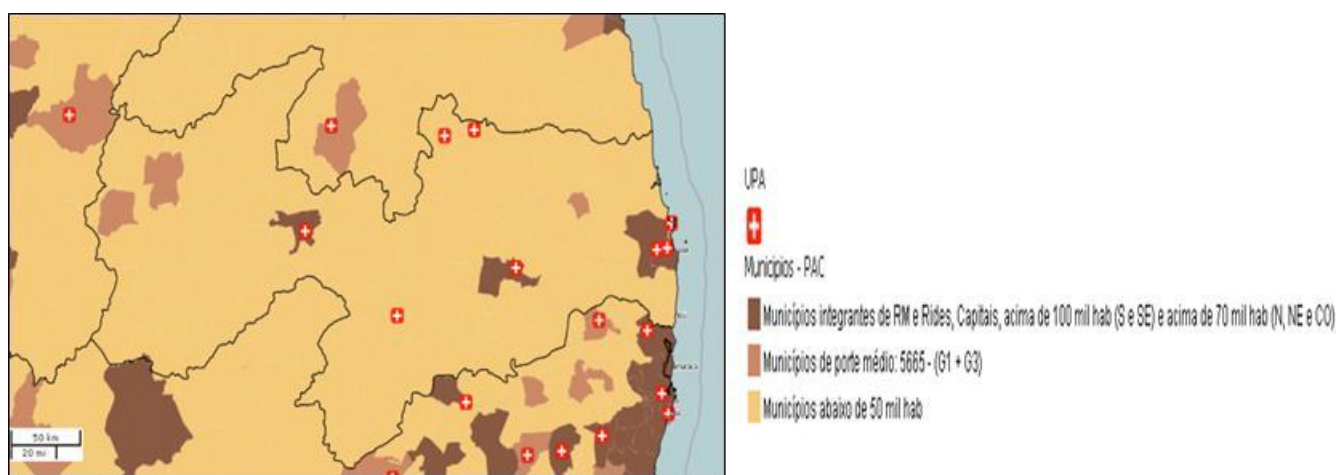
A estratégia federal está voltada para a redução do déficit de políticas universais, tais como Educação, Analfabetismo, Saúde, Esporte e Cultura, Transferência de Renda, Água em áreas urbanas, em territórios de maior desigualdade, como pode se depreender das figuras a seguir.

**Figura 125 - Saúde - UBS**



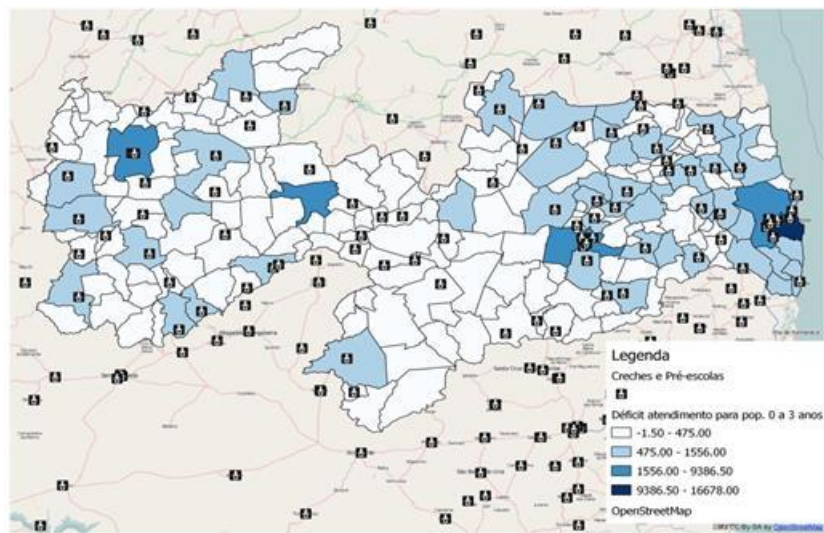
Fonte: SPI/MP

**Figura 126 - Saúde - UPA**



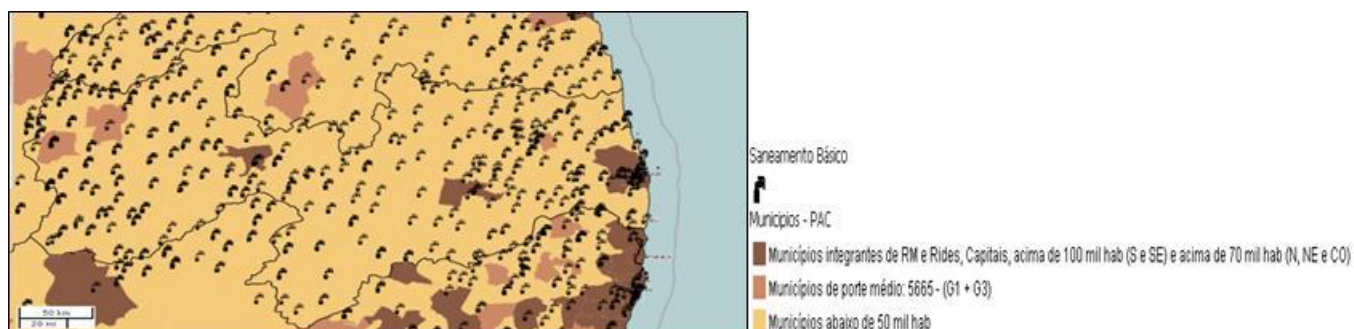
Fonte: SPI/MP

**Figura 127 - Creches**



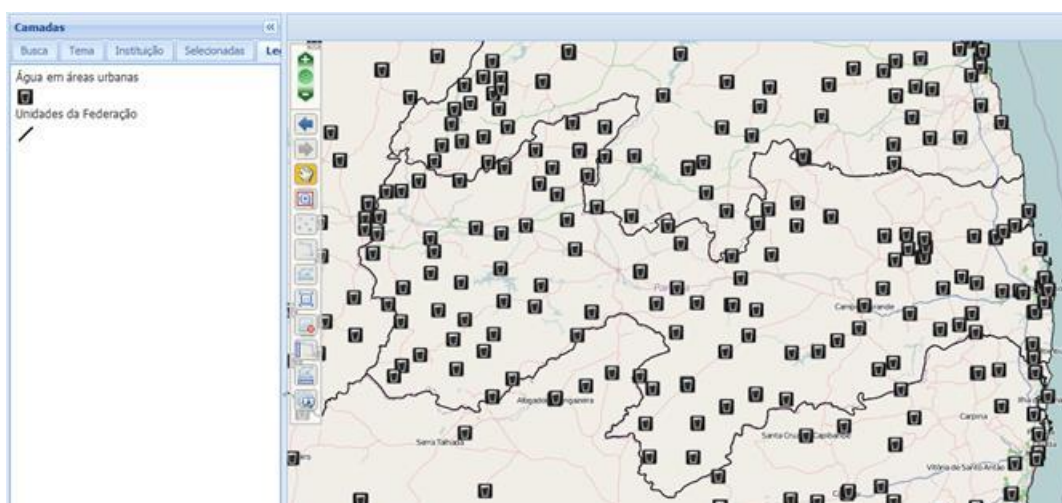
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 128 - Saneamento**



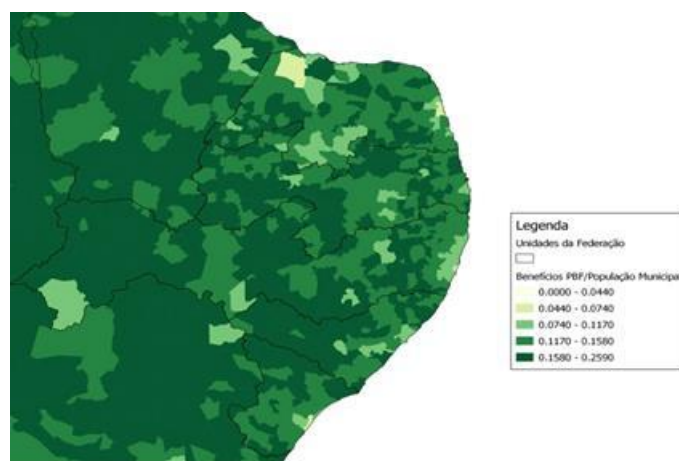
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 129 - Água em Áreas Urbanas**



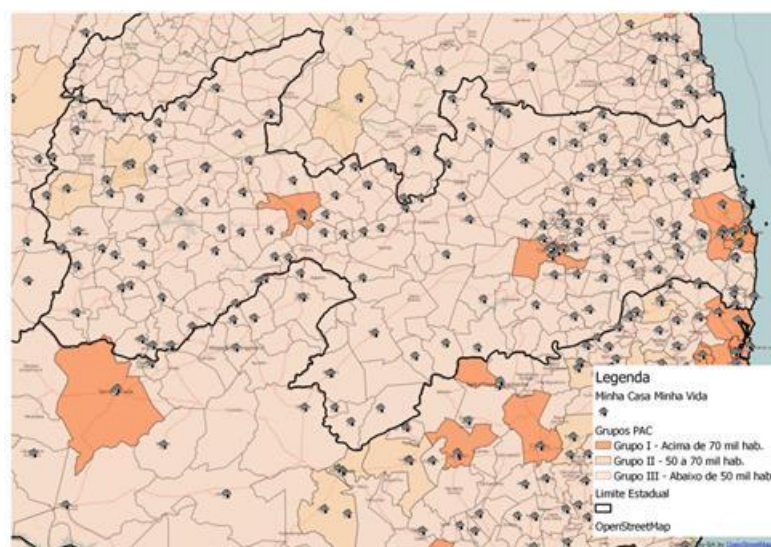
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 130 - Bolsa Família**



**Fonte: SPI/MP**

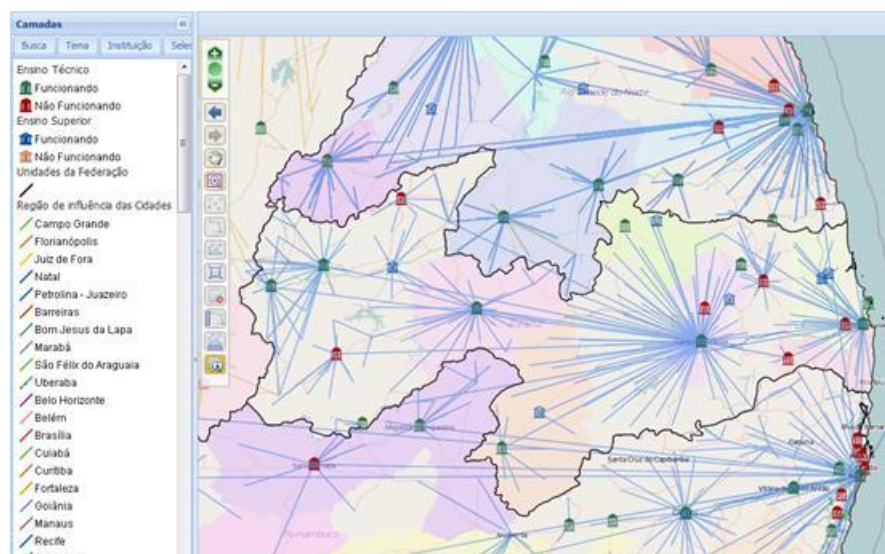
**Figura 131 - Minha Casa Minha Vida**



**Fonte: SPI/MP**



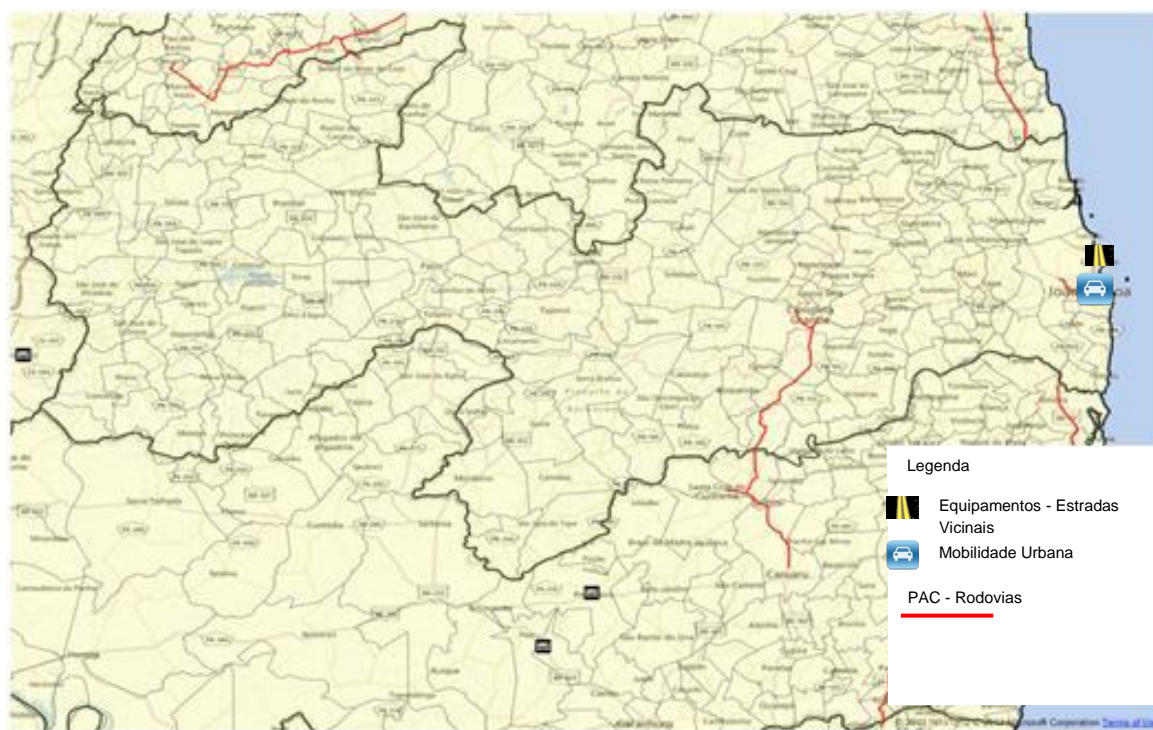
**Figura 132- Educação Superior e Ensino Técnico**



**Fonte: SPI/MP**

Busca-se, ademais, fortalecer a conexão aos polos regionais – Campina Grande, Patos, através do PAC rodovias e do investimento em Aeroportos Regionais, conforme figuras que se seguem.

**Figura 133 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 134 - Programa de Investimento em Logística - Aeroportos**



**Fonte: SPI/MP**

De forma a aumentar a oferta de água, a estratégia cunhada pelo governo federal trabalha a Integração de Bacias Hidrográficas.

**Figura 135 - Integração de Bacias – São Francisco**



**Fonte: SPI/MP**

Ainda no campo da infraestrutura logística, objetiva-se fortalecer a conexão litorânea com as demais capitais nordestinas pelo PAC Rodovias e fomentar parceria com setor privado para ampliação dos investimentos no Porto de Cabedelo (figura 136).



**Figura 136 - Programa de Investimento em Logística - Portos**



Fonte: SPI/MP

No tocante à sustentabilidade ambiental, busca-se promover o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, além da priorização do Cadastro Ambiental Rural - CAR.

**Figura 137 - Sistema de Unidades de Conservação**



Fonte: SPI/MP

A redução das desigualdades Rural X Urbano é buscada por meio de ações da matriz do Programa Territórios da Cidadania. A figura a seguir apresenta a sua conformação no estado.

### Figura 138 – Territórios da Cidadania



**Fonte: SPI/MP**

## ESTRATÉGIA ESTADUAL

O PPA estadual está estruturado em dimensões. A primeira dimensão, Desenvolvimento Humano, abarca três Áreas Temáticas: Qualidade de Vida, Cidadania e Política de Gênero; Segurança Pública e Proteção Social; Cultura, Esporte e Lazer. Nessas áreas temáticas estão inseridas as ações voltadas para Saúde, Saneamento e Abastecimento de Água, Habitação Popular, Serviços Sociais de Natureza Essencial, Direitos Humanos e Cidadania; Fortalecimento da Segurança Pública, Modernização da Administração Penitenciária, Preservação dos Bens e Divulgação dos Valores Culturais.

Na segunda, Integração Física e Proteção Ambiental, as áreas temáticas são Fortalecimento e Ampliação da Infraestrutura para Consolidação da Paraíba como Centro, Energia, Infraestrutura Hídrica e Conservação e Recuperação do Meio Ambiente Natural.

A terceira dimensão, denominada de Competitividade Econômica e Recursos Rentáveis, abarca áreas temáticas, tais como Turismo, Artesanato, Extrativismo e Beneficiamento Mineral, Agropecuária, Aquicultura e Pesca, Indústria, Comércio e Serviços.

A quarta refere-se à Educação, Ciência e Tecnologia e a quinta à Democratização do Estado e Governança.

O Secretário de Estado do Planejamento veio à SPI demonstrando interesse pelo projeto. Afirmou o interesse em aderir ao projeto e fez referência à situação precária da maioria dos municípios, em relação à capacidade e aos recursos de gestão, com exceção de municípios maiores como Picos, Piripiri, Parnaíba. Julgou, ademais, haver convergência entre os PPAs estadual e federal.

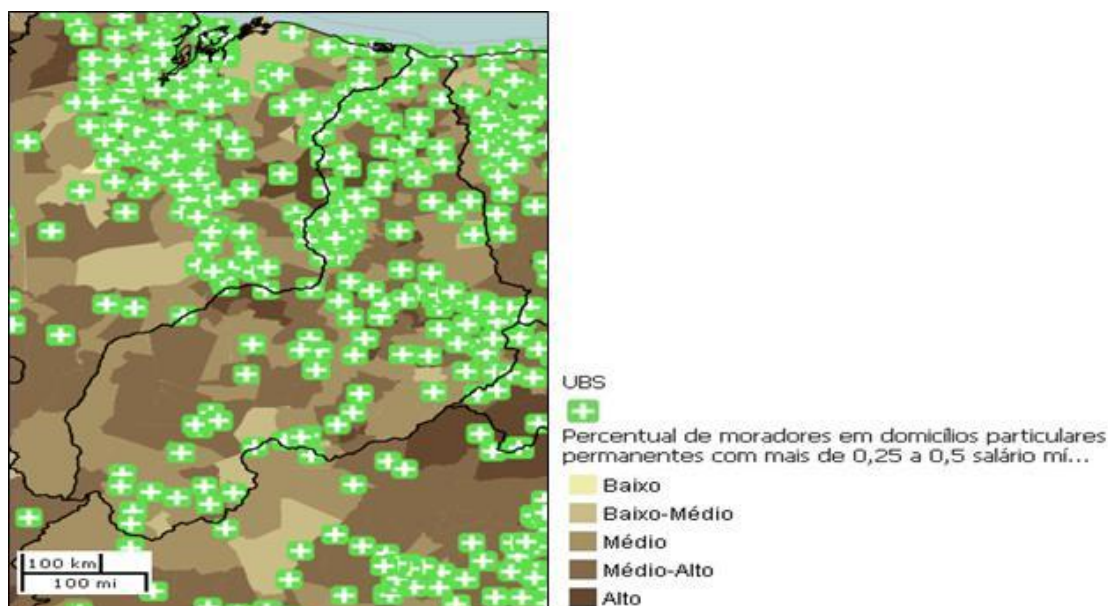
O Estado apresentou eixos de investimento sem priorizá-los nem indicando as ações que os compõem.

## ESTRATÉGIA FEDERAL

A Estratégia Federal desenvolve-se em 3 eixos: Sistema de Proteção Social, Infraestrutura e Produção com Sustentabilidade e Inovação.

No primeiro eixo encontram-se ações de universalização de Políticas Sociais como atendimento do déficit de creches e quadras, ensino técnico e superior, redes de atendimento para populações na extrema pobreza (UBS, UPAs). No Estado existem seis Territórios da Cidadania que cobrem grande parte do Estado. Foi selecionado um município prioritário para o programa Crack é possível vencer. As figuras a seguir apresentam o eixo social no estado.

**Figura 139 - Saúde UBS**



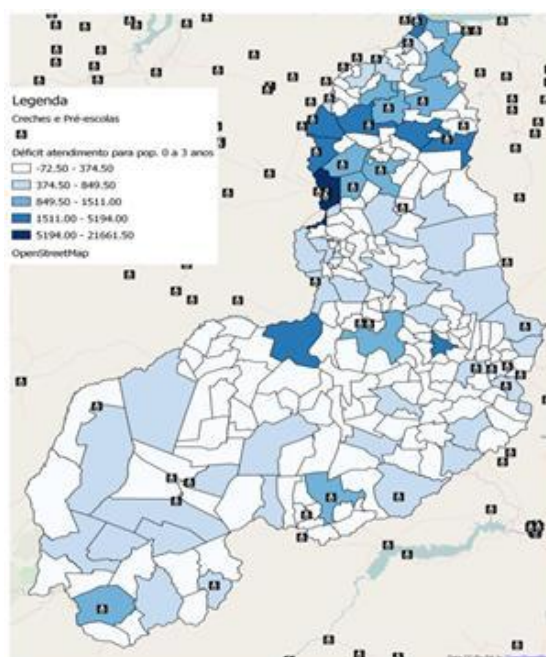
Fonte: SPI/MP

## 140 - Saúde UPA



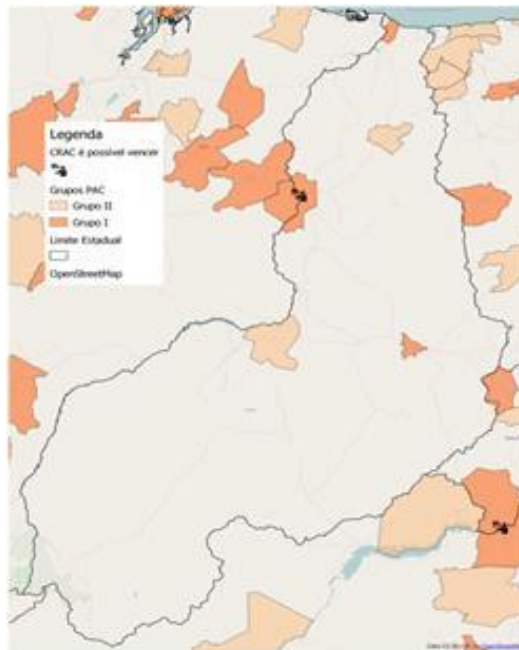
Fonte: SPI/MP

Figura 141 - Creches



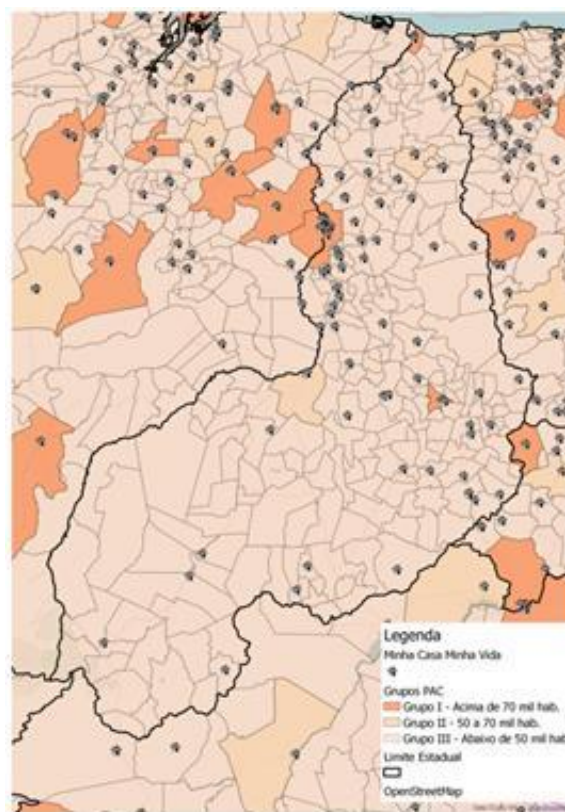
Fonte: SPI/MP

**Figura 142 - Crack É Possível Vencer**



**Fonte: SPI/MP**

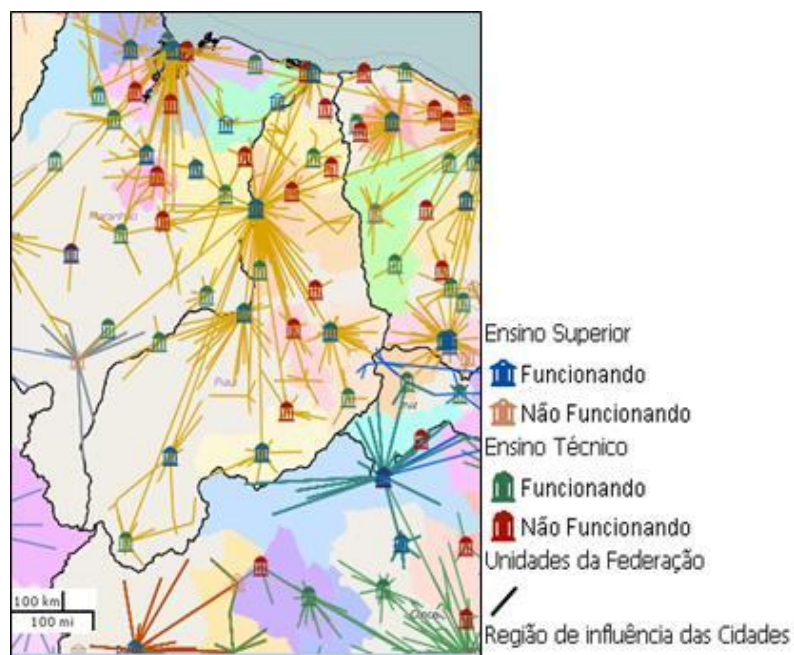
**Figura 143 - Minha Casa Minha Vida**



**Fonte: SPI/MP**



**Figura 144 - Educação Superior e Ensino Técnico**



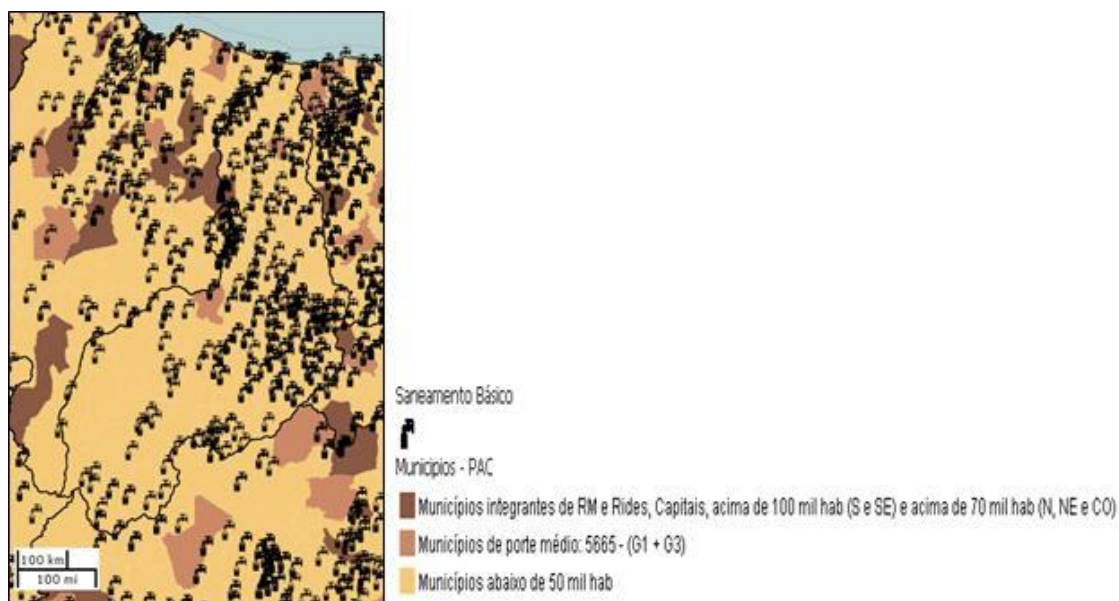
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 145 - Territórios da Cidadania**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 146 - Saneamento**



**Fonte: SPI/MP**

No eixo de infraestrutura, as ações estão voltadas ao adensamento das conexões na Fronteira Agrícola localizada no MATOPIBA (região que abarca os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), ferrovia Transnordestina, aproveitamento hídrico e eólico e aeroportos regionais em sete municípios. As figuras a seguir ilustram a temática.

**Figura 147 - Programa de Investimento em Logística - Ferrovias**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 148 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 149 - Programa de Investimento em Logística - Aeroportos**



**Fonte: SPI/MP**

No terceiro eixo existe a previsão de implantação de parques aquícolas – Reservatório de Boa Esperança, dentro do Plano Safra da Pesca e Aquicultura; investimentos no valor de R\$ 634,4 milhões na Agricultura Irrigada; e apoio à Infraestrutura Turística. Estão neste eixo, ainda, o fortalecimento do Sistema de Unidades de Conservação (cinco unidades de Proteção Integral e cinco de Uso Sustentável) e o cadastro Ambiental Rural.

**Figura 150 - Sistema de Unidades de Conservação**



**Fonte: SPI/MP**

## ESTRATÉGIA ESTADUAL

Na planilha de ações apresentada pelo Estado constam investimentos em 11 eixos, quais sejam: Transportes e Serviços Aduaneiros; Mobilidade Urbana; Prevenção de Áreas de Risco/ Drenagem/ Infraestrutura Hídrica; Educação Profissional (reforma e ampliação); Educação Básica (construção); Polo UAB; Educação Profissional (reforma e ampliação); Educação Profissional (construção); Habitação; Saúde (UBS, UPAs, Hospitais); Urbanização de Assentamentos Precários e Saneamento.



## RIO GRANDE DO NORTE

O Rio Grande do Norte mantém, historicamente, bom relacionamento institucional com a SPI-MP o que, de forma geral, facilitou o alinhamento com as propostas desta Secretaria. O estado foi bastante receptivo, mostrando muito interesse com o projeto e encaminhou dados dos investimentos estaduais.

Em razão das dificuldades financeiras pelas que atravessa o Estado, tornou-se necessário organizar e planejar de forma minuciosa suas ações de forma a conseguir investimentos externos. Esse trabalho foi possível por contar o Estado com equipe técnica de excelente nível.

O Estado apresentou, de forma regionalizada, as ações que compõem seus dois projetos estruturantes: RN Sustentável e Proinveste. O primeiro conta com financiamento do Banco Mundial e o último do BNDES.

### PLANEJAMENTO FEDERAL

Os resultados pretendidos com o conjunto das políticas do governo federal para o Rio Grande do Norte podem ser sintetizados nos seguintes elementos:

- Expansão da capacidade de geração de energia elétrica de fontes renováveis – Energia Eólica – por meio de ações previstas no PAC.
- Fortalecimento do eixo litorâneo, promovendo a ligação com Pernambuco por meio da BR 101 e fortalecimento o polo de Mossoró e da conexão interior no sentido norte-sul por meio da BR 110.
- Melhoria do acesso ao interior do estado por meio do programa de aeroportos regionais.

**Figura 151 - Integração logística**





Fonte: SPI/MP

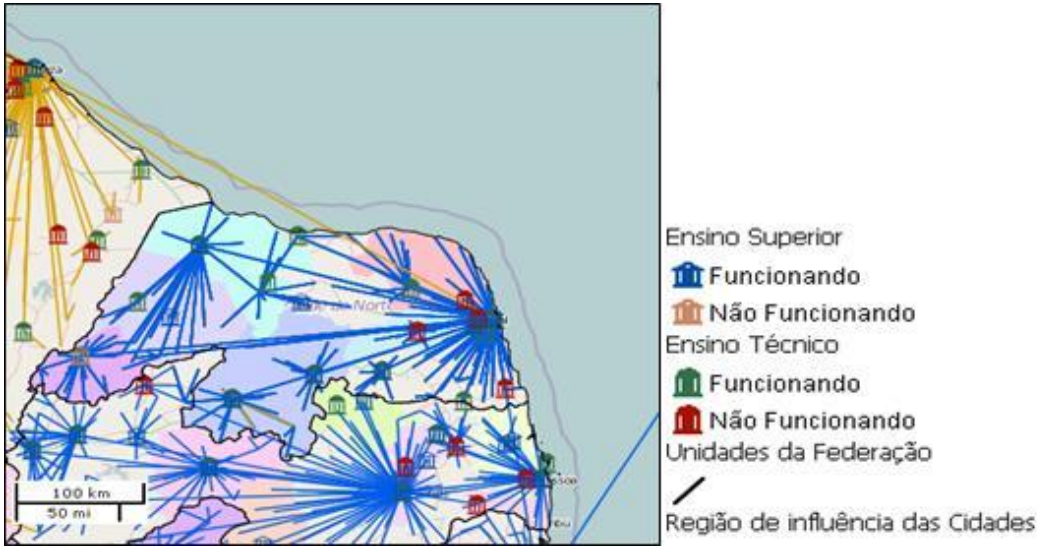
Figura 152 - Programa de Investimento em Logística - Aeroportos



Fonte: SPI/MP

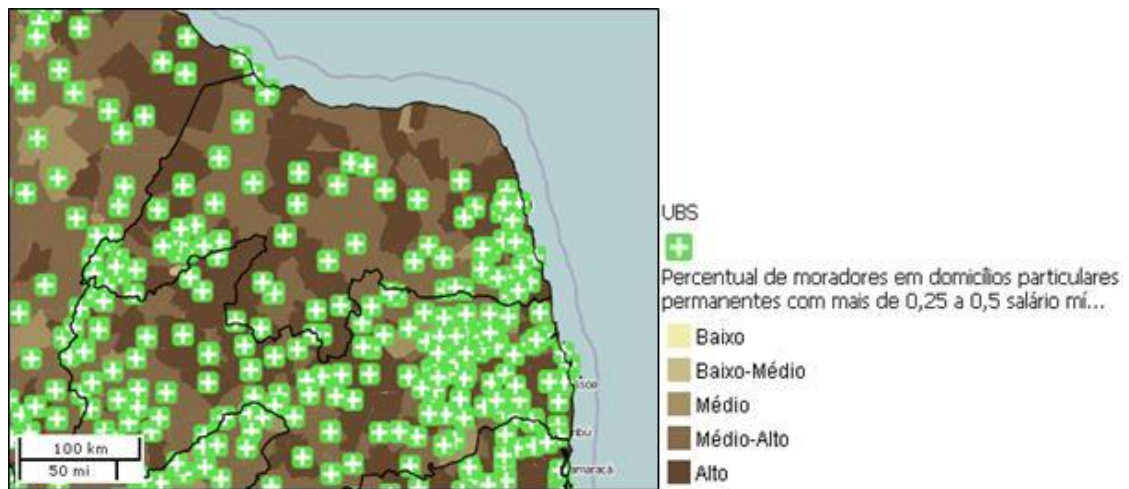
Ações na área de Educação, Analfabetismo, Saúde, Esporte e Cultura, Transferência de Renda teriam impacto na redução do déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade.

Figura 153 - Oferta de ensino técnico e superior



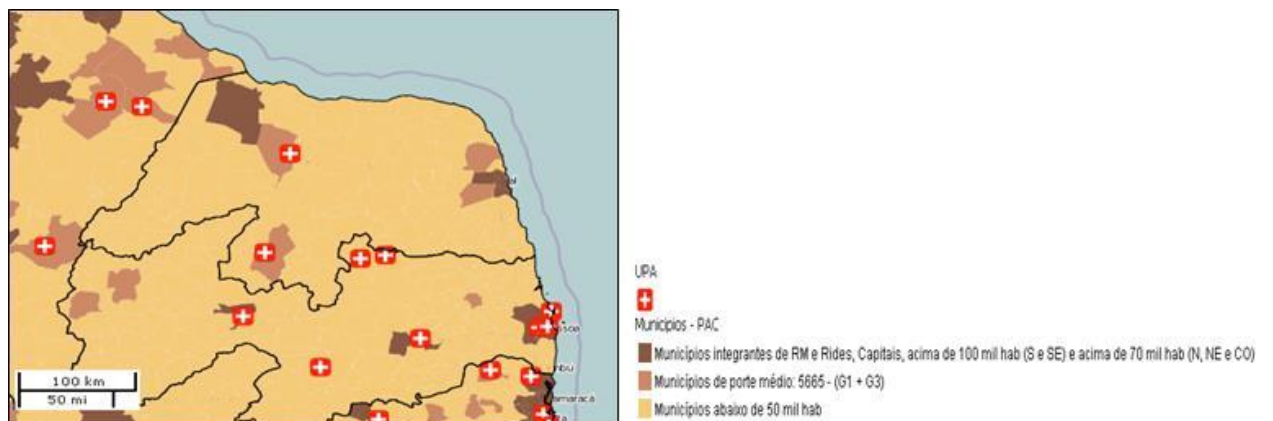
Fonte: SPI/MP

**Figura 154 - UBS**



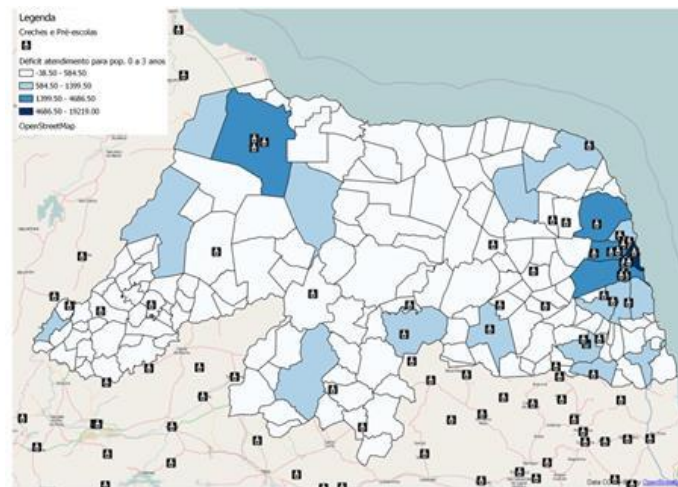
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 155 - UPA**



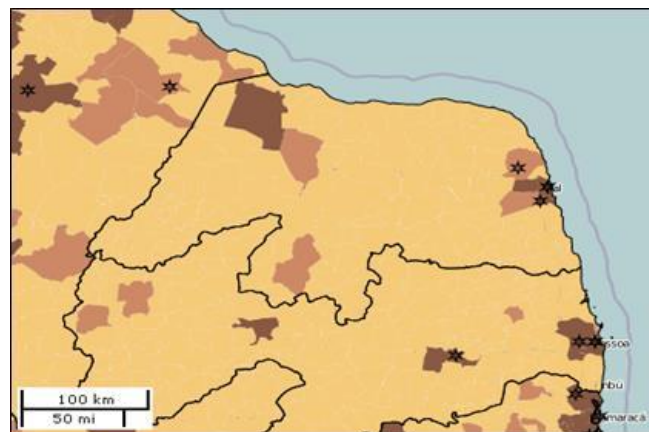
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 156 - Creches**



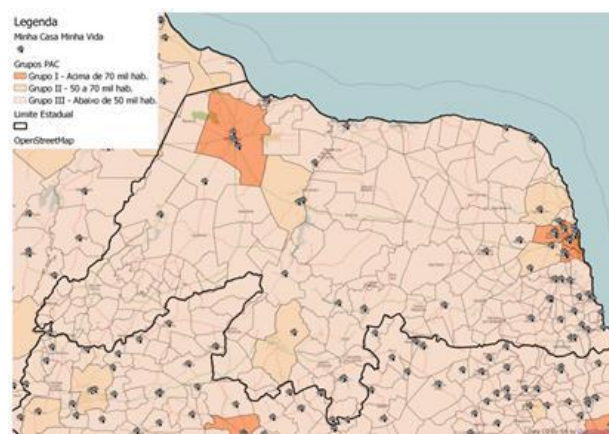
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 157 - Praças dos Esportes e da Cultura**



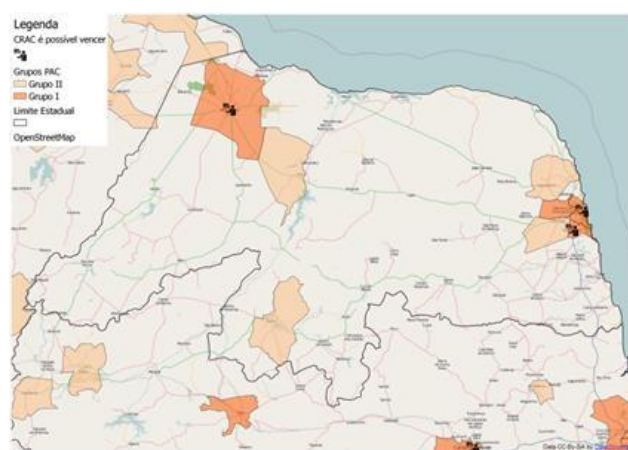
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 158 - Minha Casa Minha Vida**



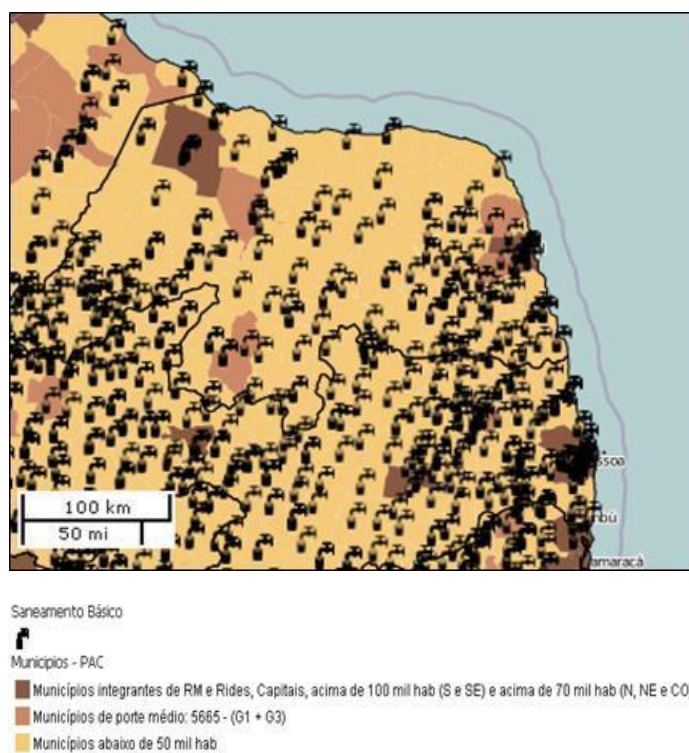
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 159 - Crack É Possível Vencer**



Fonte: SPI/MP

**Figura 160 - Saneamento**

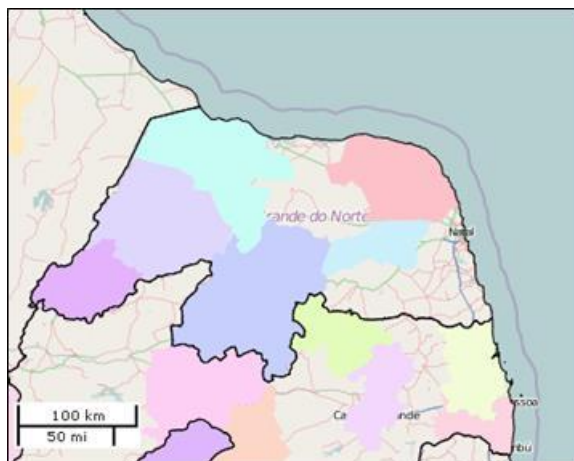


Fonte: SPI/MP

Os programas Territórios da Cidadania, PAC Equipamentos, Regularização Fundiária impactaram na redução das desigualdades Rural X Urbano.



**Figura 161 – Territórios da Cidadania**



**Fonte: SPI/MP**

## PLANEJAMENTO ESTADUAL

O Mapa Estratégico do Rio Grande do Norte está organizado em torno de três eixos estratégicos: Combate à Pobreza, Desenvolvimento Integrado Sustentável e Gestão para Resultados.

O Estado foi organizado em oito Regiões de Desenvolvimento, conforme figura 162.

**Figura 162 - Regiões de Desenvolvimento**



**Fonte: Seplan-RN**



O Estado indica dois Projetos Estruturantes, quais sejam:

**i. RN Sustentável**

O Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte – Projeto RN Sustentável, atua em 3 Componentes: Desenvolvimento Regional Sustentável, Melhoria dos Serviços Públicos e Melhoria da Gestão do Setor Público.

**ii. Proinveste**

O Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal - Proinveste -, que tem como objetivo aumentar a capacidade de investimento dos Estados e do Distrito Federal para viabilização de despesa de capital. Na figura 163 estão apontadas as ações do governo estadual financiadas pelo Proinveste.

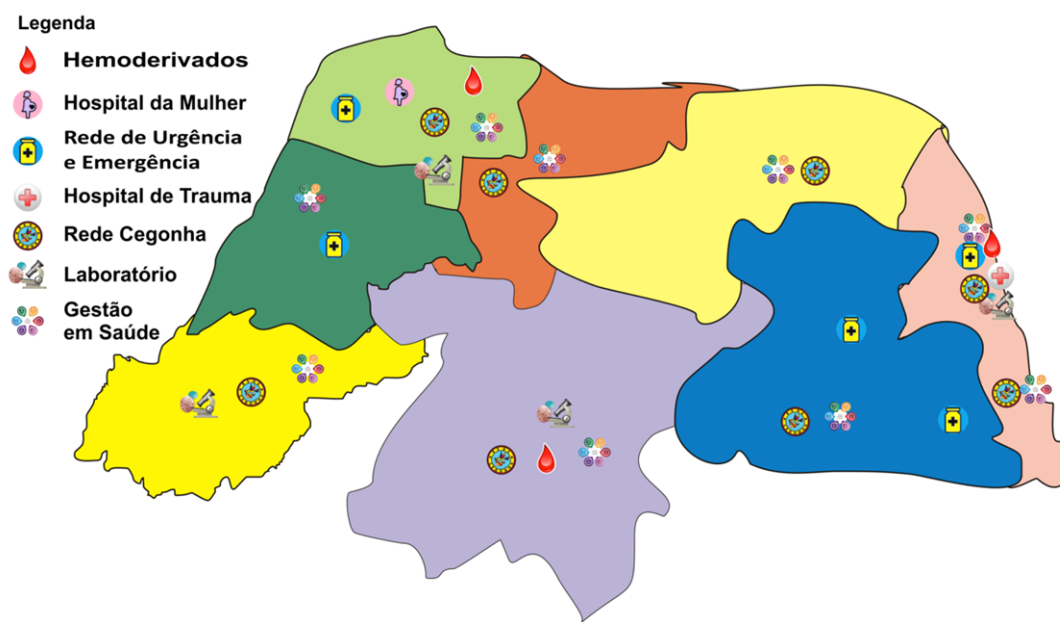
**Figura 163 – Proinveste**



Fonte: Seplan-RN

Os Mapas de Investimento apresentados pelo Estado apresentam ações nas áreas de saúde, educação, segurança pública, serviços básicos, crescimento e dinamismo, infraestrutura, turismo e RN sustentável, conforme figuras que se seguem.

**Figura 164 - Mapa de Investimentos em Saúde**



Fonte: Seplan-RN

**Figura 165 - Mapa de Investimentos em Educação**



Fonte: Seplan-RN

**Figura 166 - Mapa de Investimentos em Educação  
Ensino Superior, Centros Vocacionais e Tecnológicos**



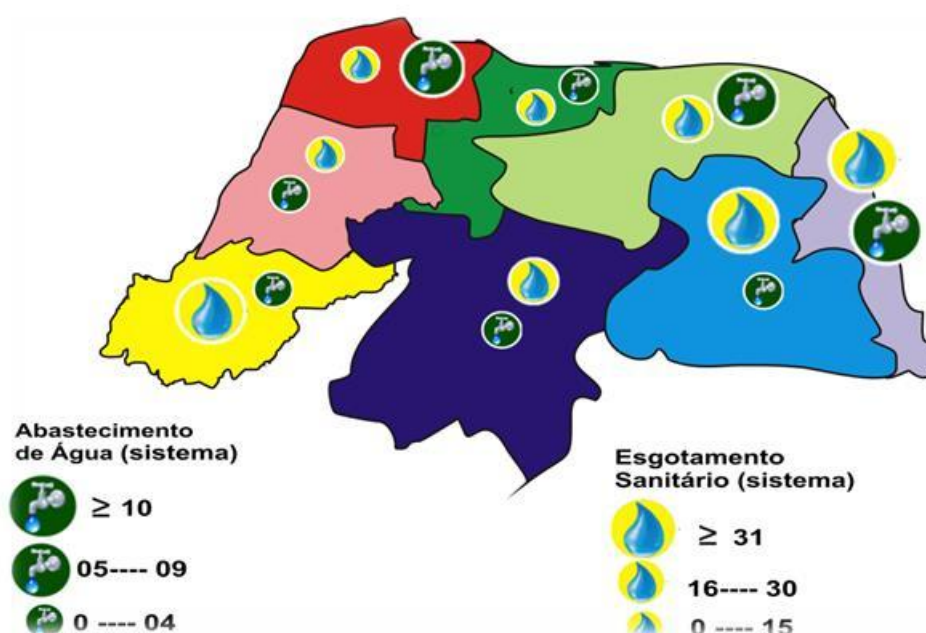
Fonte: Seplan-RN

**Figura 167 - Mapa de Investimentos em Segurança Pública**



Fonte: Seplan-RN

**Figura 168 - Mapa de Investimentos em Acesso a Serviços Básicos Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água**



Fonte: Seplan-RN

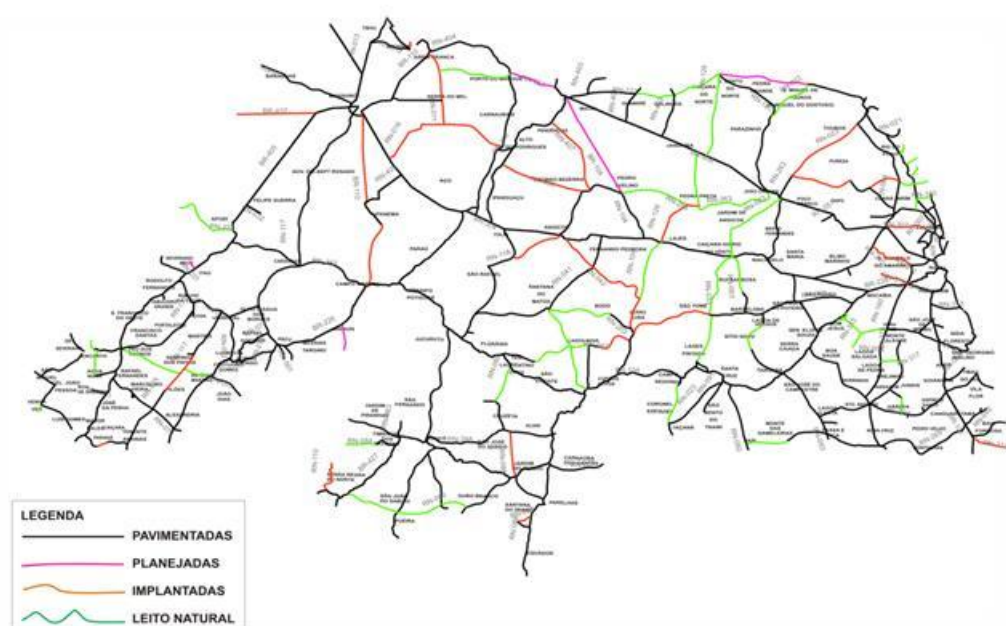
**Figura 169 - Mapa de Investimentos em Acesso a Serviços Básicos Resíduos Sólidos**



Fonte: Seplan-RN



**Figura 170 - Mapa de Investimentos em Infraestrutura Rodovias**



Fonte: Seplan-RN

**Figura 171 - Mapa de Investimentos em Arranjos Produtivos Locais**



Fonte: Seplan-RN

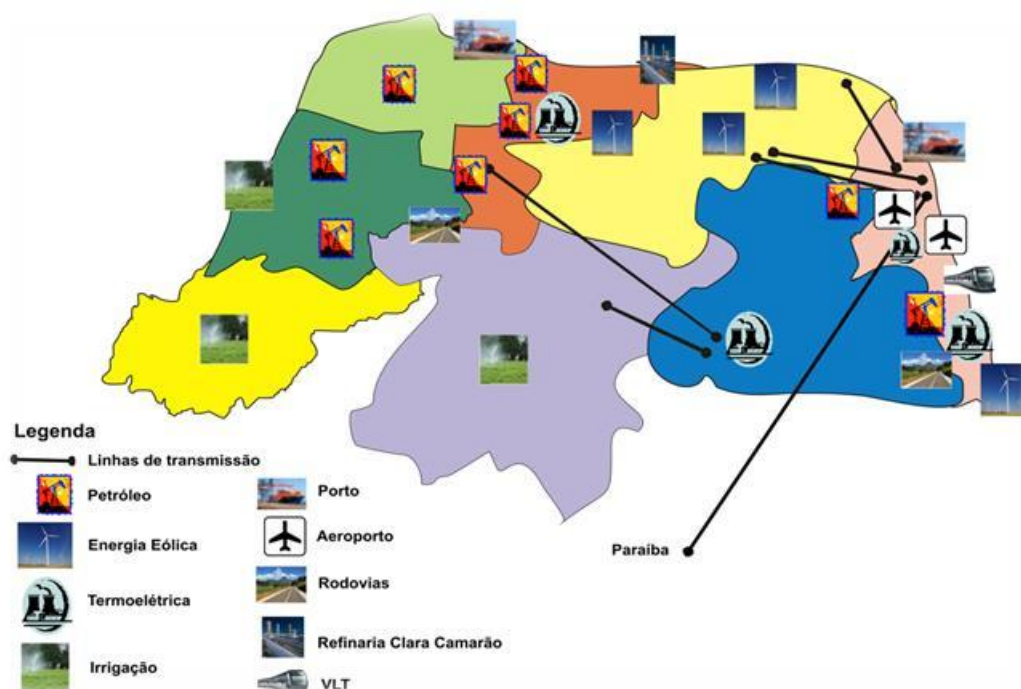


**Figura 172 - Mapa de Investimentos em Turismo**



Fonte: Seplan-RN

**Figura 173 - Outros Investimentos – Privados e Federais**



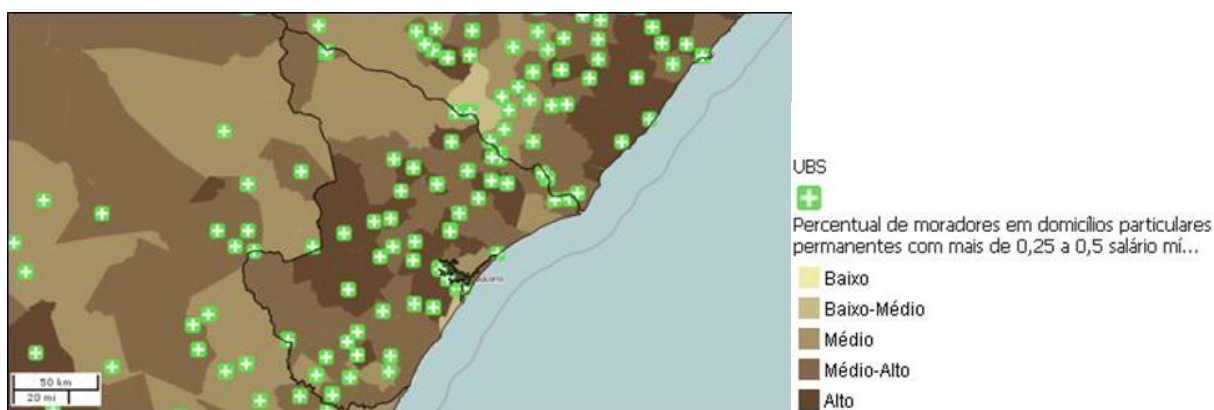
Fonte: Seplan-RN

O Estado apresentou seu planejamento territorializado com os principais investimentos em cada área estruturante.

## PLANEJAMENTO FEDERAL

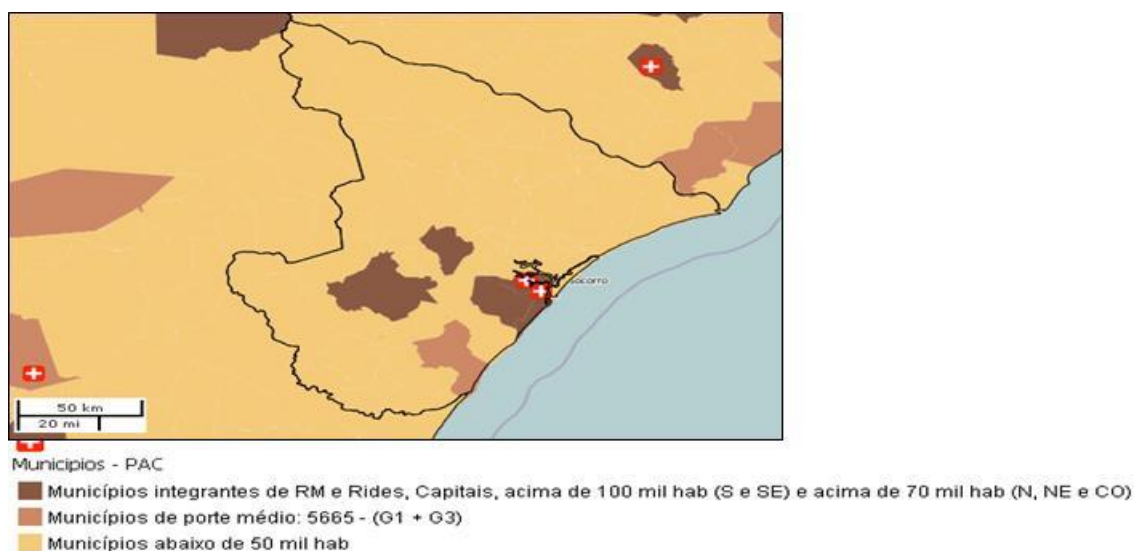
A proposta para o Estado de Sergipe inclui a Redução do Déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade (Educação, Analfabetismo, Saúde, Esporte e Cultura, Transferência de Renda), conforme figuras a seguir.

**Figura 174 - Saúde - UBS**



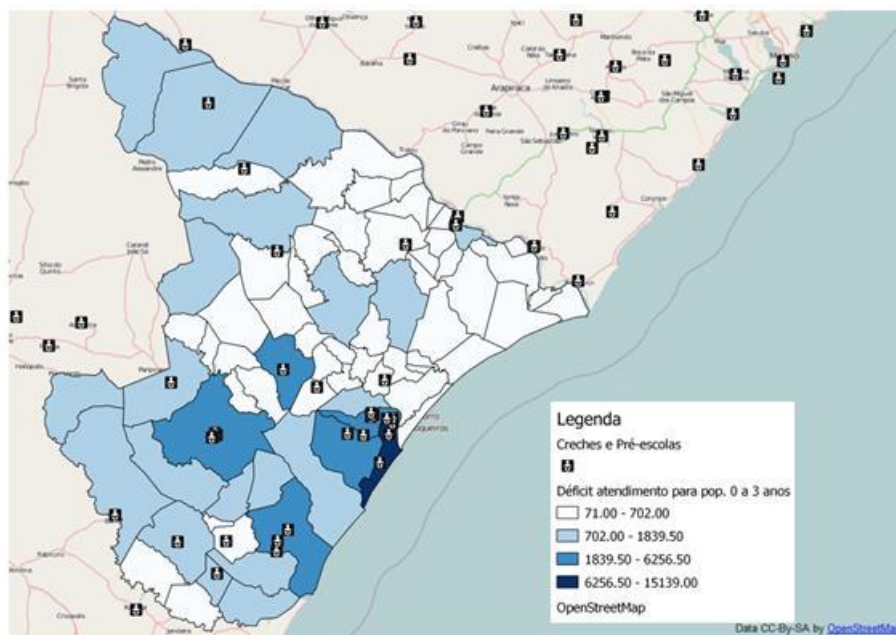
Fonte: SPI/MP

**Figura 175 - Saúde – UPAS**



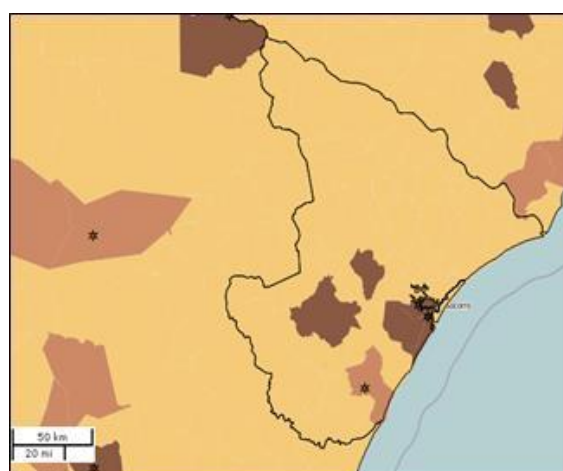
Fonte: SPI/MP

**Figura 176 - Creches e Pré-Escolas**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 177 - Praças dos Esportes e da Cultura**



Praças dos Esporte e da Cultura



Municípios - PAC

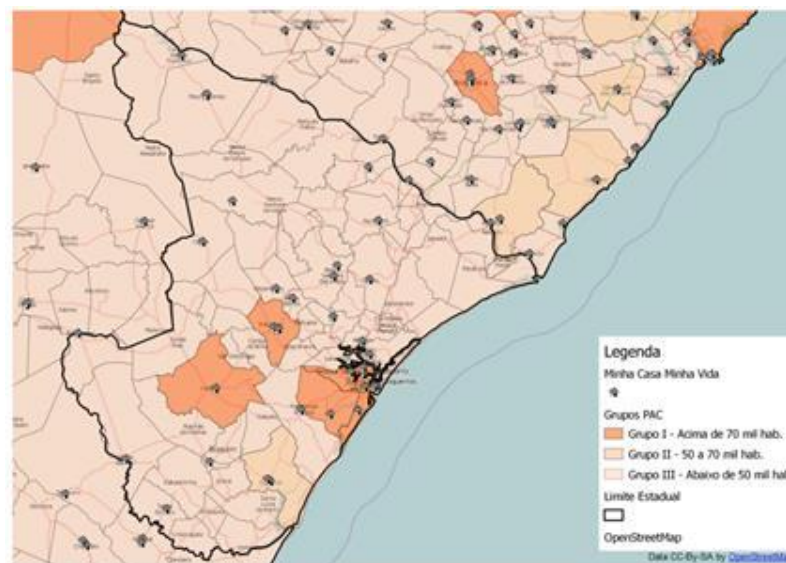
■ Municípios integrantes de RM e Rides, Capitais, acima de 100 mil hab (S e SE) e acima de 70 mil hab (N, NE e CO)

■ Municípios de porte médio: 5665 - (G1 + G3)

■ Municípios abaixo de 50 mil hab

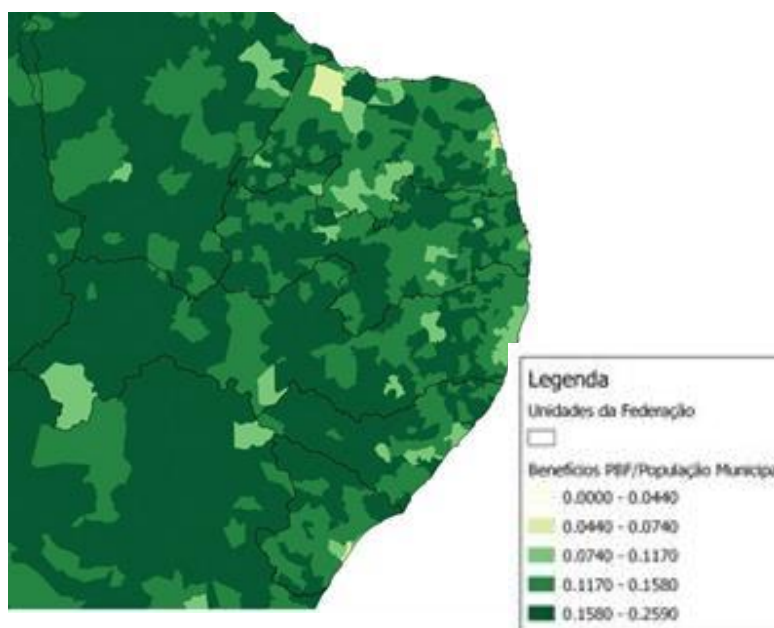
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 178 - Minha Casa Minha Vida**



**Fonte: SPI/MP**

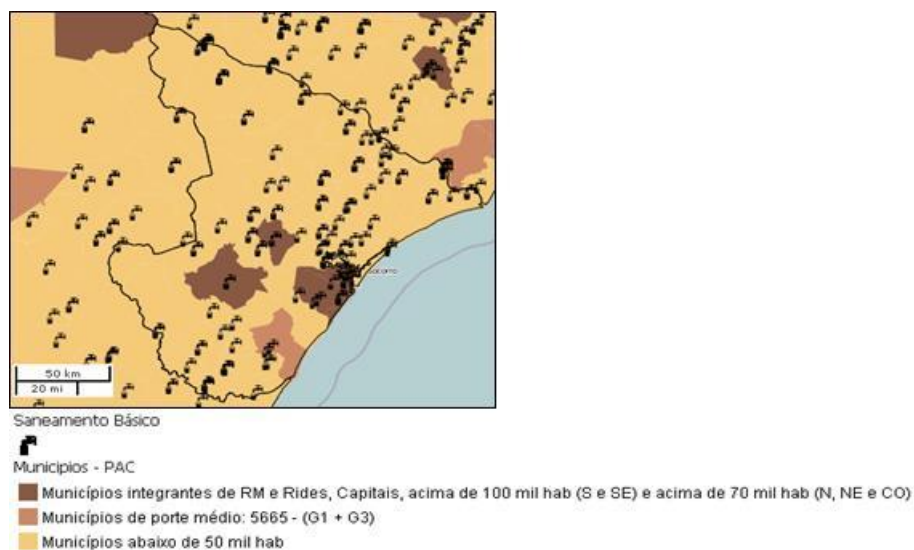
**Figura 179 - Bolsa Família**



**Fonte: SPI/MP**



**Figura 180 - Saneamento**



**Fonte: SPI/MP**

Do ponto de vista ambiental, busca-se o fortalecimento do Sistema de Unidades de Conservação – efetivado por intermédio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR).

**Figura 181 - Sistema de Unidades de Conservação**

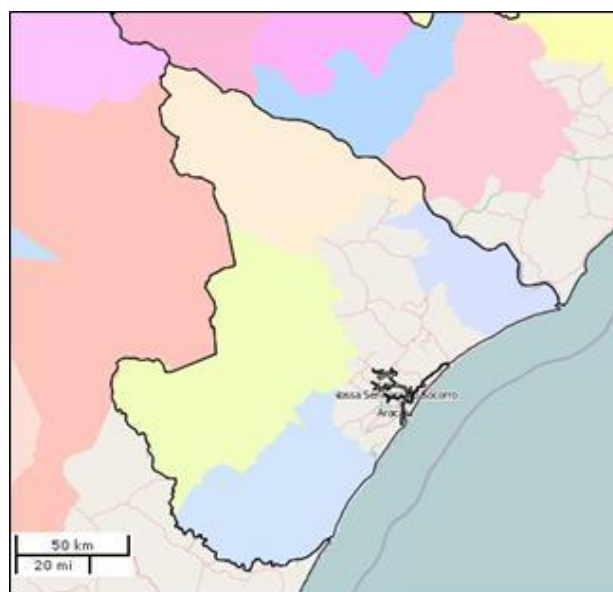


**Fonte: SPI/MP**

A estratégia federal busca, ainda, a interiorização da oferta de ensino técnico e superior e redução das desigualdades Rural X Urbano por meio do Territórios da Cidadania uma vez que o estado possui 04 territórios que abarcam quase todo o Estado.

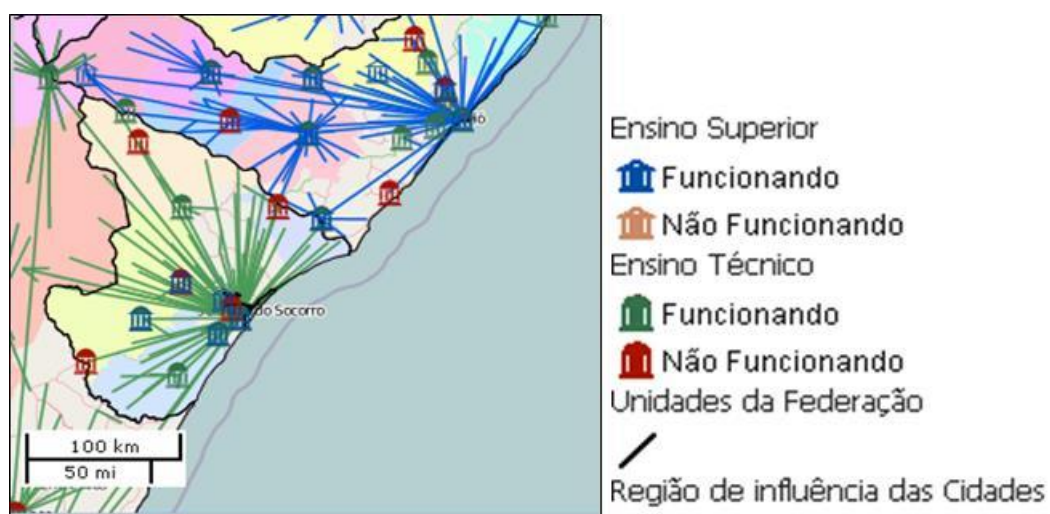


**Figura 182 - Territórios da Cidadania**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 183 - Educação Superior e Ensino Técnico**



**Fonte: SPI/MP**

Busca-se, ademais, o fortalecimento da Aquicultura Marinha e da Agricultura Irrigada e a melhor integração com as demais capitais nordestinas, além do fortalecimento do turismo - Aeroportos regionais, PAC Rodovias, PIL Ferrovias.

**Figura 184 - Programa de Investimento em Logística - Ferrovias**



Fonte: SPI/MP

**Figura 185 - Programa de Investimento em Logística - Rodovias**



Fonte: SPI/MP

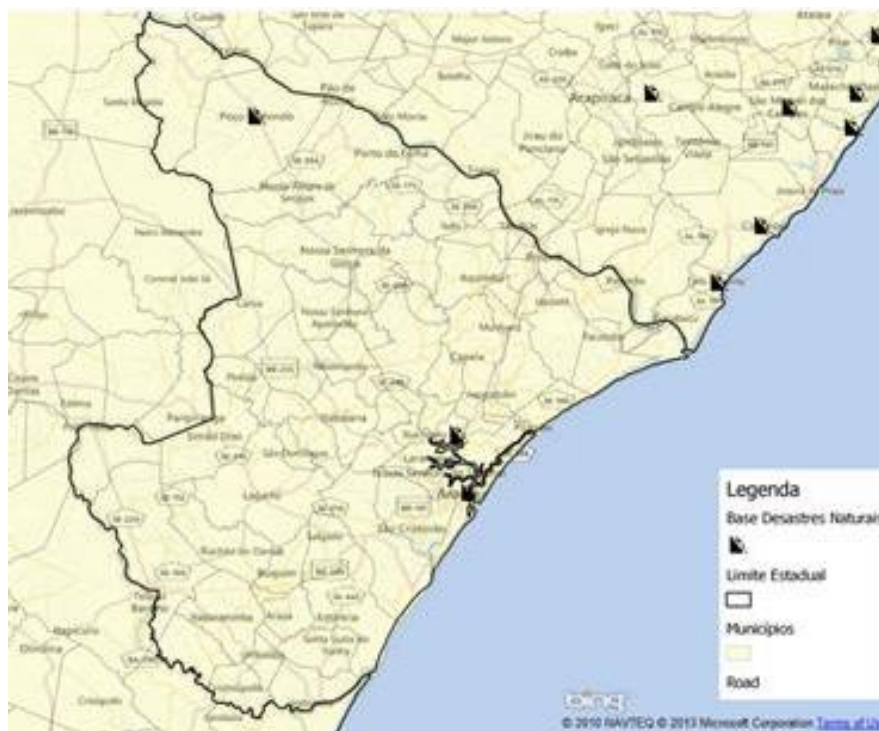
**Figura 186 - Programa de Investimento em Logística – Aeroportos**



**Fonte: SPI/MP**

Busca-se, também, a assistência a municípios afetados pela ocorrência de seca e alagamentos por meio do programa Gestão de Risco e Resposta a Desastres.

**Figura 187 - Municípios selecionados para o PRRDN**



**Fonte: SPI/MP**



O Mapa Estratégico de Sergipe está organizado em torno de quatro eixos estratégicos: Desenvolvimento Social e Afirmação da Cidadania, Gestão Pública de Excelência, Infraestrutura Produtiva e Logística, Desenvolvimento Econômico Inclusivo.

O Estado foi organizado em oito Territórios, conforme figura 188.

**Figura 188 - Recorte Territorial do Estado**



Fonte: Seplan-SE

### 1. Carteira de Investimentos

Em Infraestrutura Logística o Estado apresenta três investimentos principais, quais sejam:

- Duplicação da BR101 de Estância até Cristinápolis, na divisa com a Bahia.
- Integração logística com interferência em cinco rodovias: Rodovia Canhoba/Aquidabã; Rodovia Siriri/Divina Pastora (SE 160); Rodovia Itabaianinha/Tomar do Geru; Rodovia Sítios Novos/Santa Rosa do Ermírio; SE 100 trecho Barra dos Coqueiros/Porto de Sergipe/ Pirambu.
- Ampliação do Aeroporto Santa Maria, que abarca pista de pouso e decolagem, terminal de passageiros e acesso viário do entorno do aeroporto. O investimento previsto é de R\$696 milhões.



## 2. Infraestrutura Logística

O investimento em infraestrutura logística pode ser sintetizado na figura 189.

**Figura 189 - Investimento em Infraestrutura Logística**



Fonte: Seplan-SE

## 3. Mobilidade e Infraestrutura Urbana

A carteira de Mobilidade e Infraestrutura Urbana apresenta um investimento de R\$ 273 milhões em três vertentes.

Para infraestrutura urbana pode-se destacar os seguintes empreendimentos em Aracaju:

- duplicação do Viaduto do Detran;
- Ligação BR235/Av. Santa Gleide;
- interligação do Gasoduto com a Av. Augusto Franco;
- canal da Av. Juscelino Kubitschek;
- anel viário do aeroporto;
- urbanização da Euclides Figueiredo;
- modernização do Batistão.

Há ademais o programa Sergipe Cidades, que prevê a construção e/ou reforma dos seguintes equipamentos públicos:

- i. 01 Ginásio;
- ii. 05 Quadras de Esporte;
- iii. 03 Escolas Profissionalizantes;
- iv. 02 obras de pavimentação granítica;
- v. 01 Complexo Empresarial Integrado;
- vi. 02 Mercados;
- vii. 02 Creches;
- viii. urbanização de 03 praças;
- ix. 02 centros comunitários.

Através do PAC Mobilidade há a expectativa de implantação de corredores de transporte público coletivo em Aracaju, corredor da av. Gasoduto e corredor da av. João Rodrigues.

#### **4. Saúde Pública de Qualidade**

Na área da Saúde o Estado apresenta três principais investimentos perfazendo um total de R\$132 milhões. Em Clínica de Saúde da Família são quatorze clínicas em construção; na Rede de Atenção Hospitalar, intervenção em 01 hospital geral, 02 hospitais regionais e 05 UPAs; em Atenção Especializada em Saúde, ações relacionadas ao Hospital do Câncer de Sergipe e ao Centro de Apoio Integral à Pessoa com Deficiência.

#### **5. Educação Pública de Qualidade**

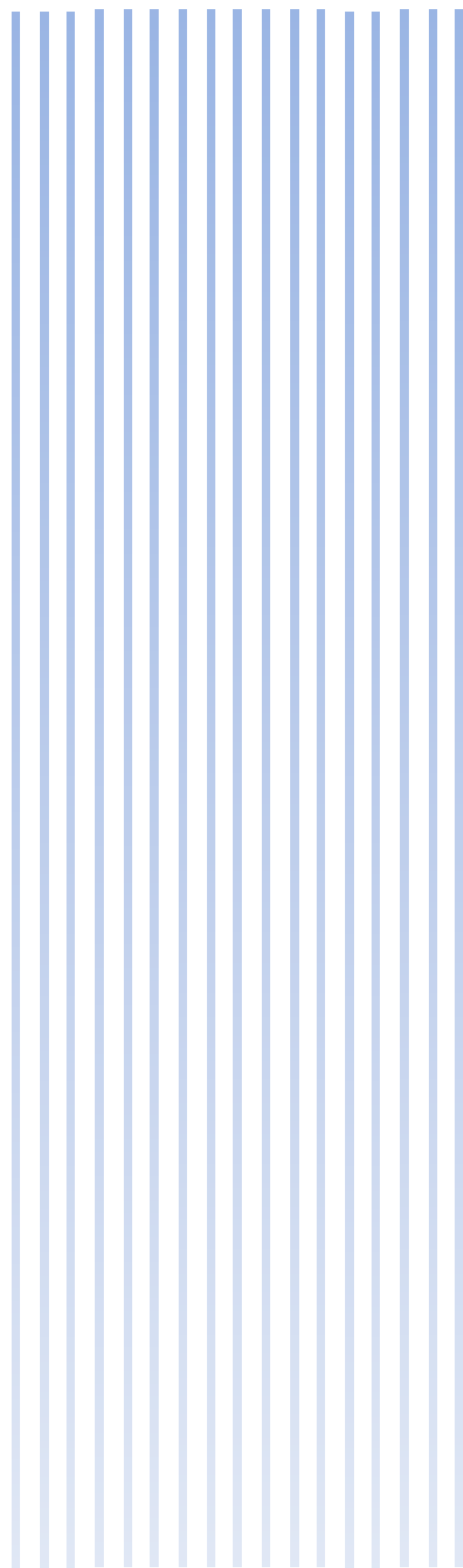
O Estado está investindo R\$86 milhões na área de Educação com a construção de 05 Centros Profissionalizante e reforma e ampliação de 03 Escolas Profissionalizantes – Educação Profissional – e na Reestruturação da Rede Escolar com a reforma e ampliação de 18 escolas estaduais e a reforma do Conservatório de Música de Aracaju.

#### **6. Saneamento**

Referente a Saneamento, o Estado apresenta investimentos em Oferta de Água e em Esgotamento Sanitário. Todos os projetos estão inseridos no PAC I, PAC II e PAC Prevenção Seca.

#### **7. Habitação**

No setor de Habitação, com investimento de R\$72,2 milhões o Estado apresenta três iniciativas: Pró-Moradia – 1.740 unidades habitacionais; Minha Casa Minha Vida – FAR – 2.119 unidades habitacionais; e PAC FNHIS (292 unidades habitacionais).



REGIÃO CENTRO-OESTE





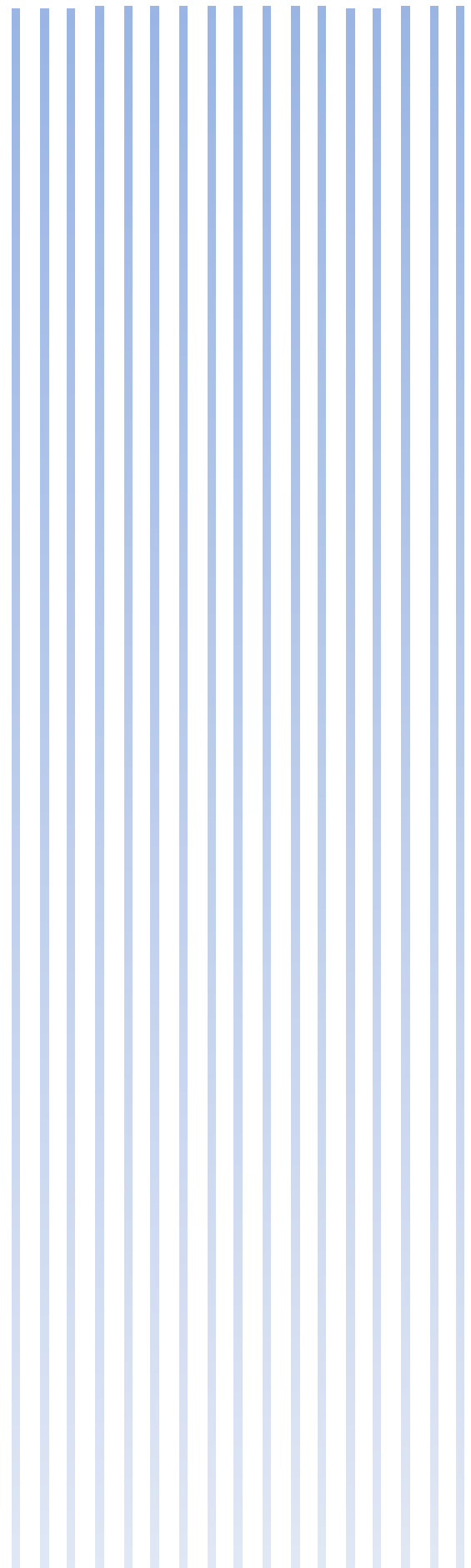
## MATO GROSSO

O primeiro contato com o estado foi através de palestra ministrada pela SPI, a convite do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, sobre a metodologia do PPA. Depois dessa ocasião, o Estado passou a fazer contato com a Secretaria, demonstrando interesse em participar do projeto. Sua adesão tardia ao processo, entretanto, não permitiu a realização de visita ao estado para o debate sobre a ADT.

## DISTRITO FEDERAL

Apesar de ter sido apresentado ao Secretário de Estado de Planejamento do Governo do Distrito Federal, a ADT não foi apresentada aos técnicos do GDF, não havendo, ademais, o mapeamento das estratégias do GDF para seu território.





REGIÃO SUDESTE



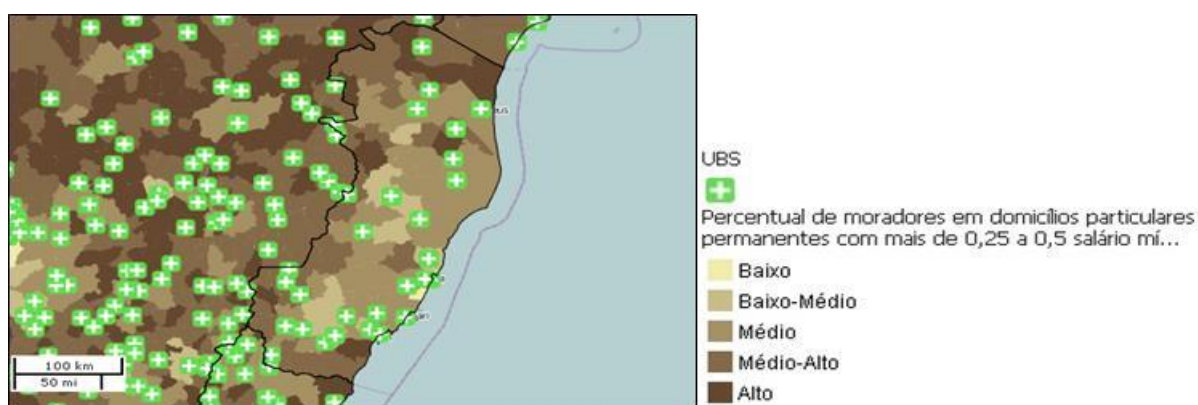
## ESPÍRITO SANTO

O Estado do Espírito Santo apresentou o seu Plano Estratégico 2011-2014 para o Ministério do Planejamento, nele consta a divisão territorial do planejamento, mas além da divisão macro e micro do território, o Espírito Santo não indicou suas entregas e propostas para cada recorte do Estado.

### ESTRATÉGIA FEDERAL

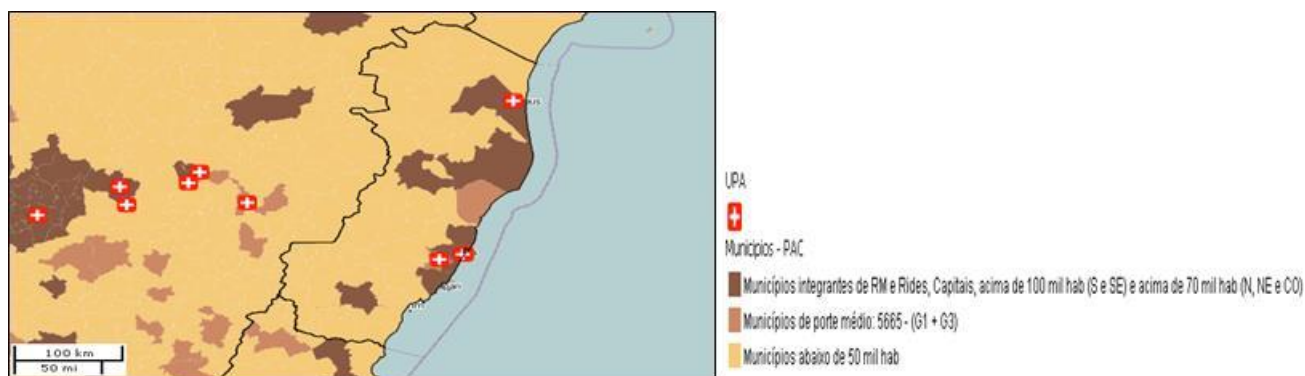
O Governo Federal concebeu o planejamento territorial para Estado do Espírito Santo setorizado em cinco eixos distintos. Em relação ao primeiro deles, objetiva reduzir o déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade e, para isso, deve-se dar prioridade aos programas de educação básica, combate ao analfabetismo, saúde, fomento ao esporte e à cultura, bem como programas de transferência de renda e a oferta de água em áreas urbanas. As figuras a seguir expressam essa estratégia federal.

**Figura 190 - Saúde UBS**



Fonte: SPI/MP

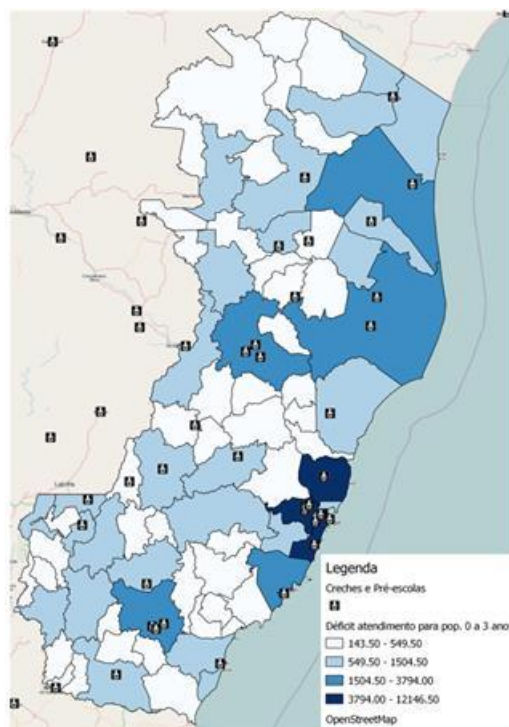
**Figura 191 - Saúde UPAS**



Fonte: SPI/MP

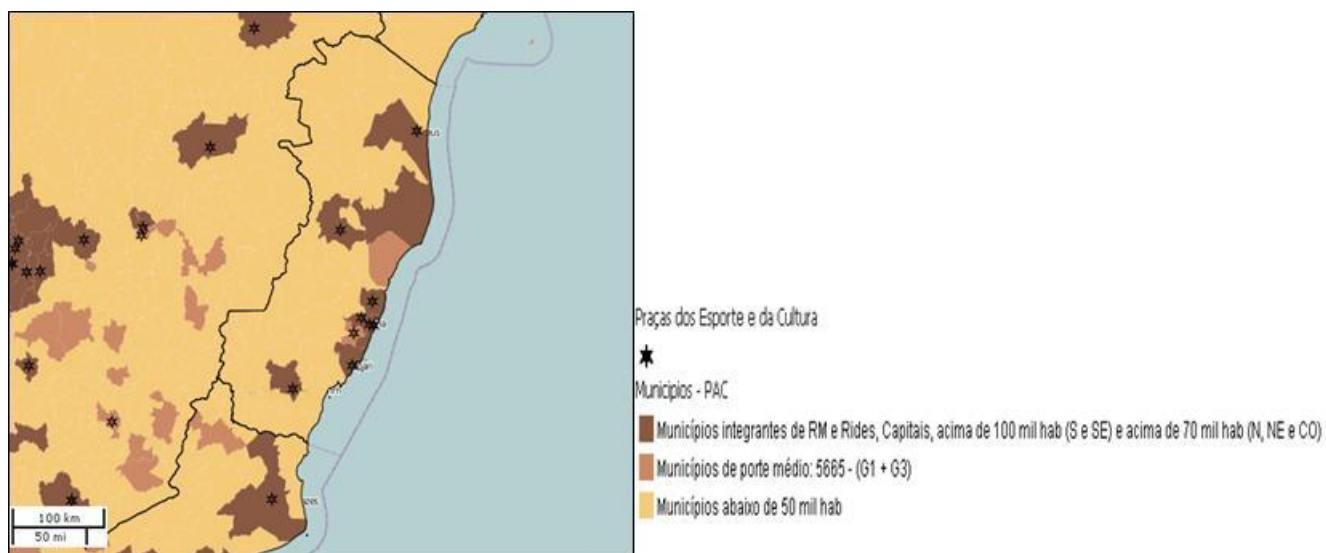


**Figura 192 - Creches**



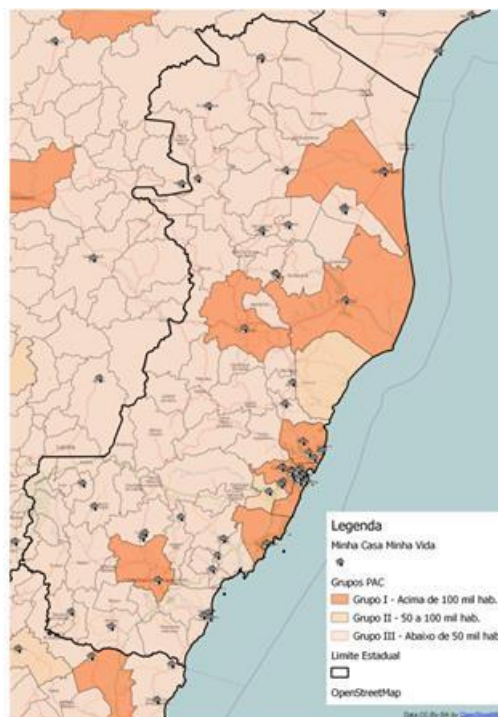
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 193 - Praças dos Esportes e da Cultura**



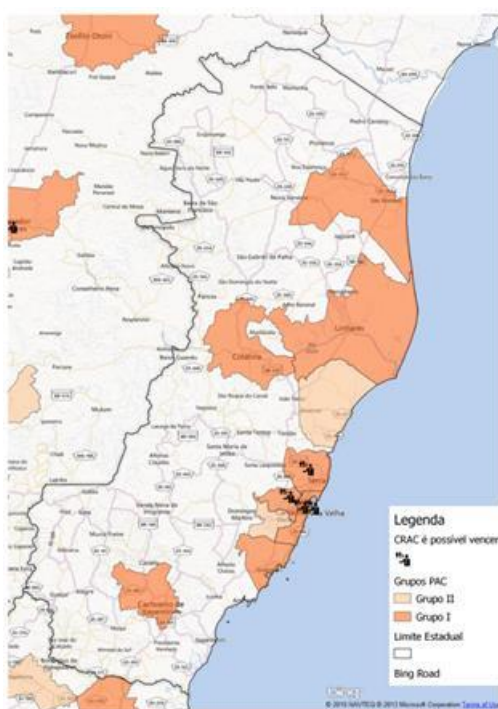
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 194 - Minha Casa Minha Vida**



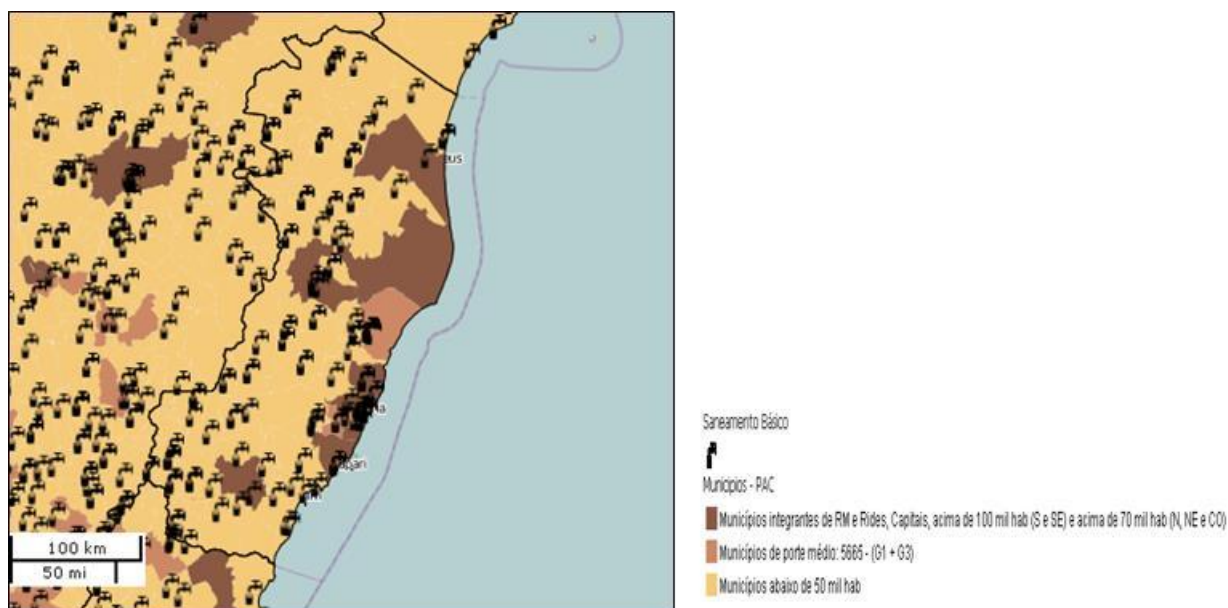
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 195 - Crack é Possível Vencer**



**Fonte: SPI/MP**

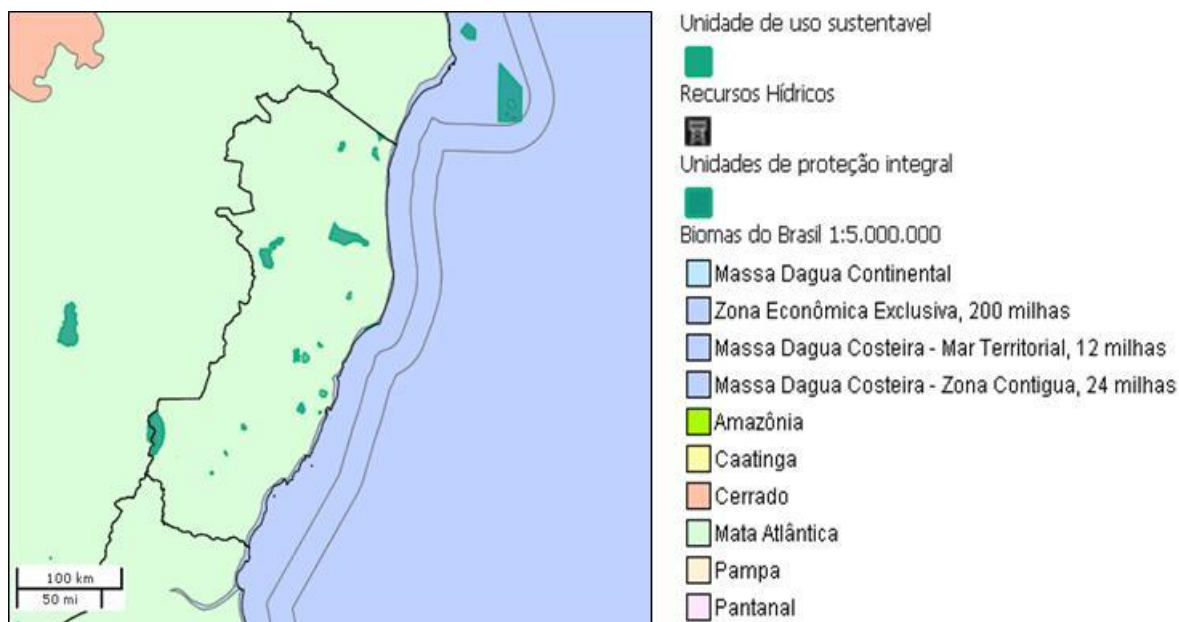
**Figura 196 - Saneamento**



**Fonte: SPI/MP**

No tocante à reserva ecológica da região, um dos eixos diz respeito ao fortalecimento do Sistema de Unidades de Conservação – efetivado por intermédio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama e pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR.

**Figura 197 - Sistema de Unidades de Conservação**



**Fonte: SPI/MP**

Outro eixo visa reduzir as desigualdades territoriais existentes no território do estado. Dessa forma, o planejamento do Governo Federal envolve a redução das desigualdades Rural x Urbano por intermédio d Programa Territórios da Cidadania e, ainda, objetiva fortalecer o Sistema de Unidades de Conservação.

**Figura 198 - Territórios da Cidadania**



**Fonte: SPI/MP**

Ainda, há um eixo visando o fortalecimento da competitividade e a criação de ambiente de negócios favorável às atividades produtivas, isso inclui ações como o fortalecimento do Porto de Vitória, bem como a Ferrovia que liga Rio de Janeiro a Campos e Vitória e a conexão com a Ferrovia Norte – Sul. Somam-se a isso os Programas de construção e aperfeiçoamento de aeroportos regionais e o PAC Rodovias.

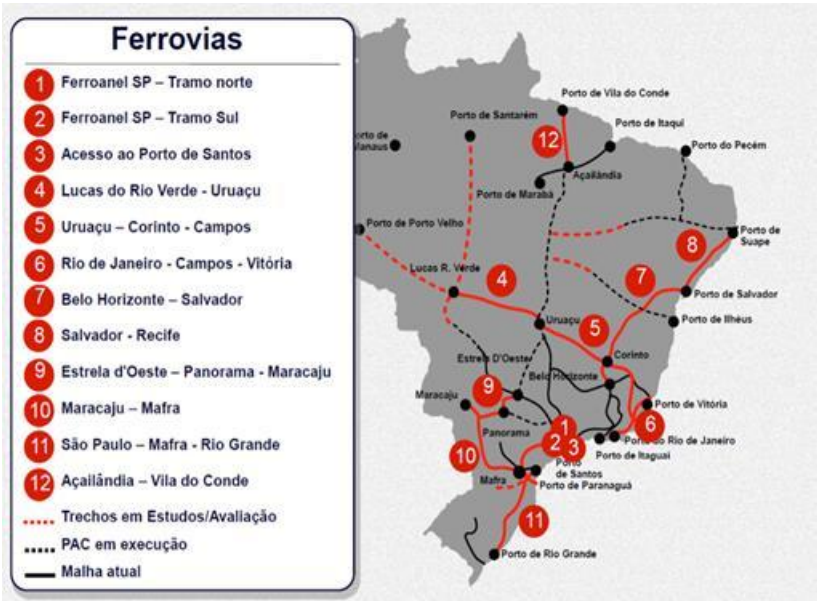


Figura 199 - PAC Rodovias



Fonte: SPI/MP

Figura 200 - Programa de Investimentos em Logística - Ferrovias



Fonte: SPI/MP

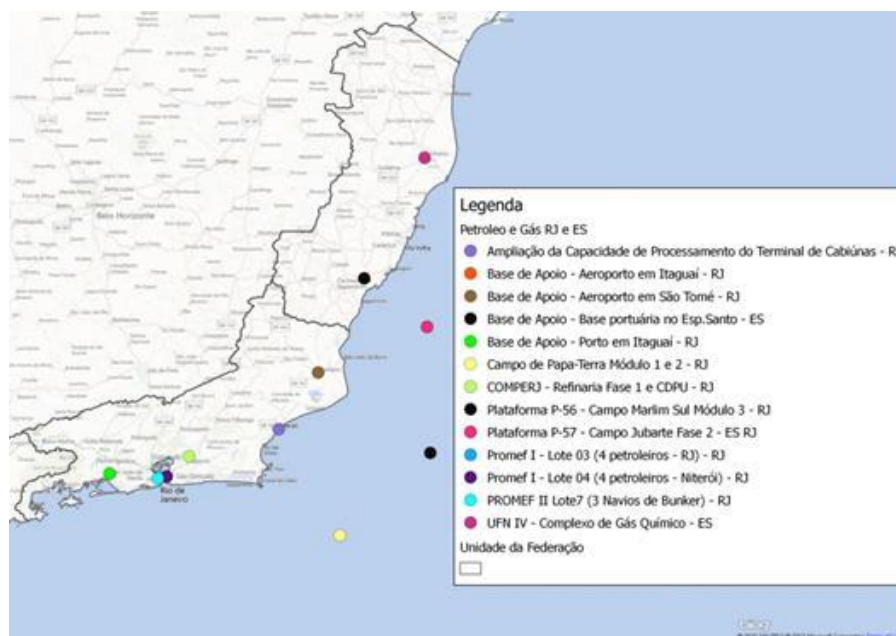


**Figura 201 - Investimentos em Aeroportos Regionais**



Fonte: SPI/MP

**Figura 202 - Petróleo e Gás**



Fonte: SPI/MP

Por fim, o último eixo diz respeito ao conhecimento, ao acesso e ao combate às vulnerabilidades sociais, de maneira a descentralizar as ações no Estado do Espírito Santo.

## ESTRATÉGIA ESTADUAL

O Planejamento do Estado do Espírito Santo divide-se em dois focos prioritários, o (i) atendimento aos segmentos mais vulneráveis e o (ii) desenvolvimento regionalmente equilibrado. A partir de cada um desses focos é que são desenhados os eixos estratégicos do Planejamento. Assim, cada foco possui cinco eixos estratégicos distintos. A figura 204 ilustra o Plano Visão de Futuro 2014.

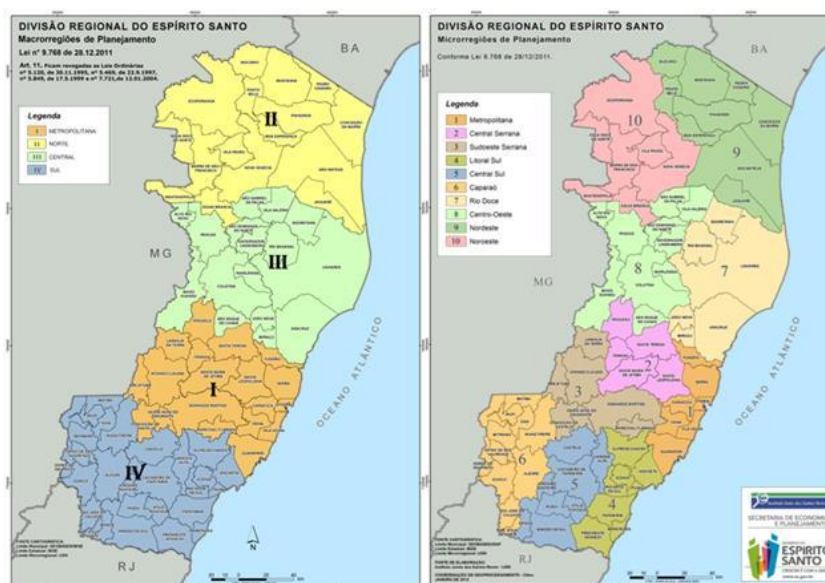
**Figura 203 - Planejamento Territorializado**

Visão de Futuro 2014	ESPÍRITO SANTO... um estado com oportunidades para todos, que priorize o desenvolvimento sustentável, mais próspero e seguro.			
Focos Prioritários	Atendimento aos segmentos mais vulneráveis		Desenvolvimento Regionalmente equilibrado	
Eixos Estratégicos	Distribuição dos Frutos do Progresso		Inserção Nacional	
	Atenção Integral à Saúde		Prevenção e Redução da Criminalidade	
	Integração Logística		Empregabilidade, Participação e Proteção Social	
	Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento		Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana	
	Melhoria da Gestão Pública e Valorização do Servidor		Desenvolvimento da Educação, Cultura, Esporte e Lazer	
Premissas	Responsabilidade Ambiental	Governança Democrática	Gestão Transparente	Responsabilidade Fiscal

Fonte: Seplan

O Estado do Espírito Santo concebe o planejamento no território, dividindo suas regiões de forma macro e micro, agrupando-as conforme as semelhanças econômicas e regionais, conforme figura 205.

**Figura 204 - Recortes Territoriais de Planejamento do Estado**



Fonte: Seplan

## RIO DE JANEIRO

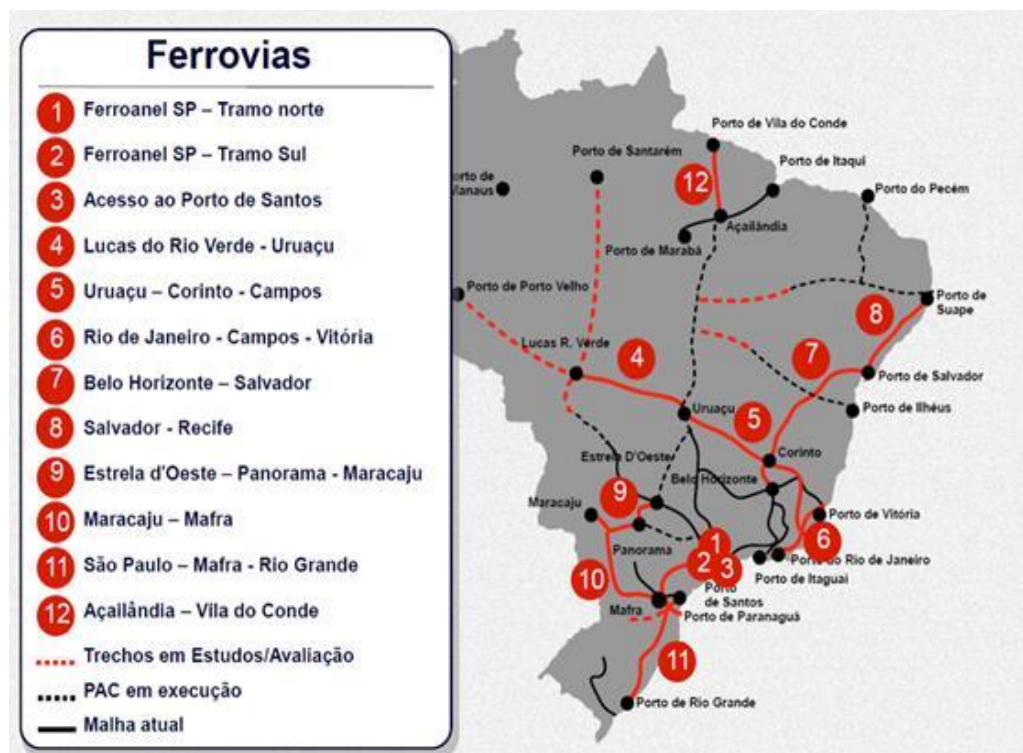
O Estado do Rio de Janeiro apesar de ter-se mostrado interessado em participar na ADT, apresentou apenas uma planilha de ações regionalizadas (8 regiões), representando um conjunto de intervenções, sem, contudo, indicar um conjunto de prioridades para a gestão estadual.

## ESTRATÉGIA FEDERAL

Na área de infraestrutura as intervenções do governo federal concentram-se em logística (Portos Itaguaí e Rio de Janeiro, Ferrovia Rio de Janeiro - Campos-Vitória, Anel Rodoviário e BR 101). Ainda nessa área o adensamento das conexões no eixo Rio de Janeiro – São Paulo por meio do TAV (Transporte de Alta Velocidade) e PAC Rodovias. Energia (Pré-Sal, Comperj e Angra 3) e Aeroportos Regionais completa a estratégia nesse campo. Há Aeroportos Regionais, previstos em nove municípios.

Essas iniciativas tem por objetivo o fortalecimento da competitividade e criação de ambiente de negócios favorável às atividades produtivas e se darão com ações do PAC 2.

**Figura 205 – Infraestrutura - Ferrovias**



Fonte: SPI/MP



**Figura 206 – Infraestrutura - Portos**



Fonte: SPI/MP

**Figura 207 – Infraestrutura - Rodovias**



Fonte: SPI/MP

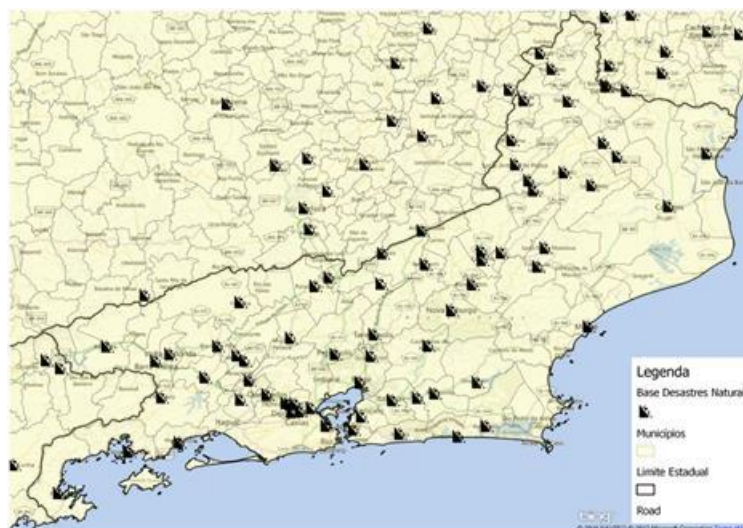
**Figura 208 – Infraestrutura - Aeroportos**



**Fonte: SPI/MP**

No âmbito do programa Gestão de Riscos e Respostas a Desastre Naturais foram selecionados 65 Municípios com ocorrência de enchente, alagamento, seca e deslizamentos.

**Figura 209 – Gestão de Riscos e Respostas a Desastre Naturais**

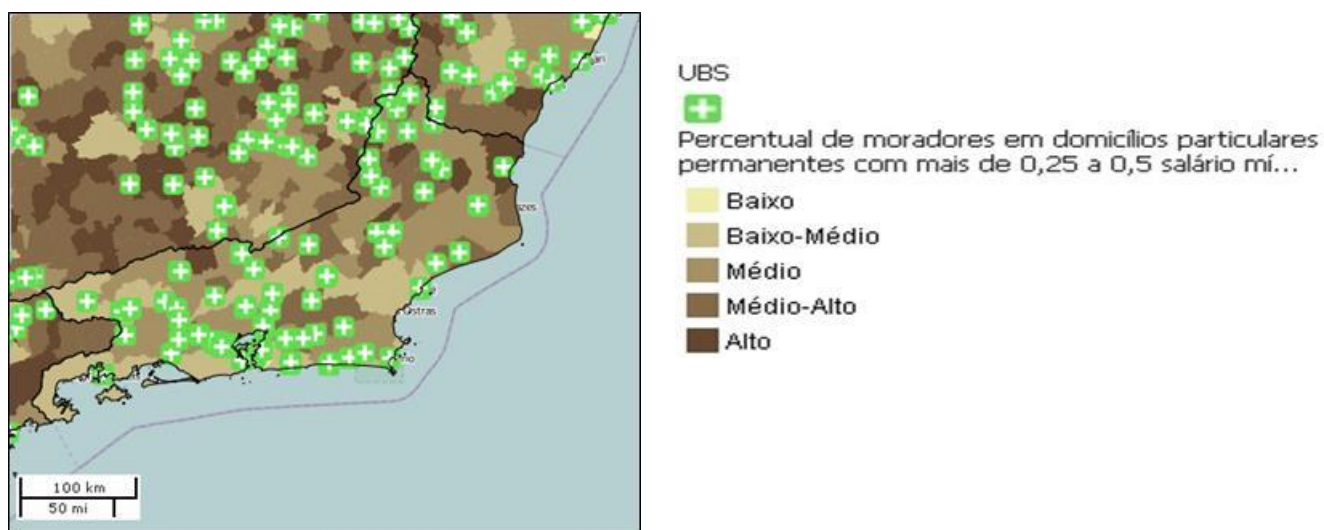


**Fonte: SPI/MP**

No Sistema de Proteção Social, visa-se a diminuição do déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade: Educação, Analfabetismo, Saúde, Esporte e Cultura.

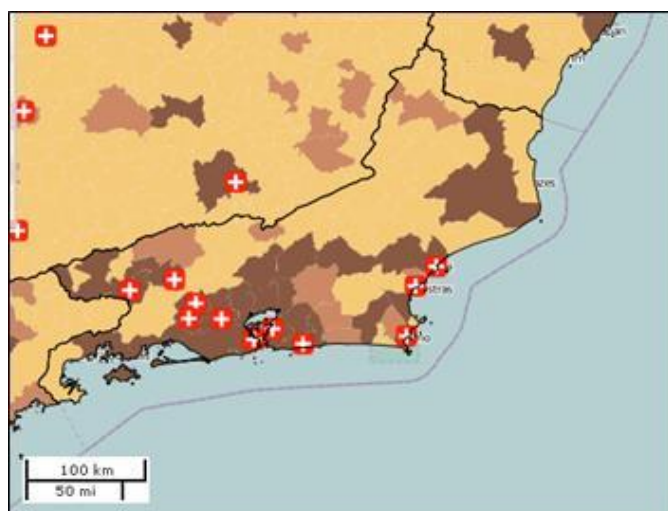


**Figura 210 - UBS**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 211 - UPA**



UPA

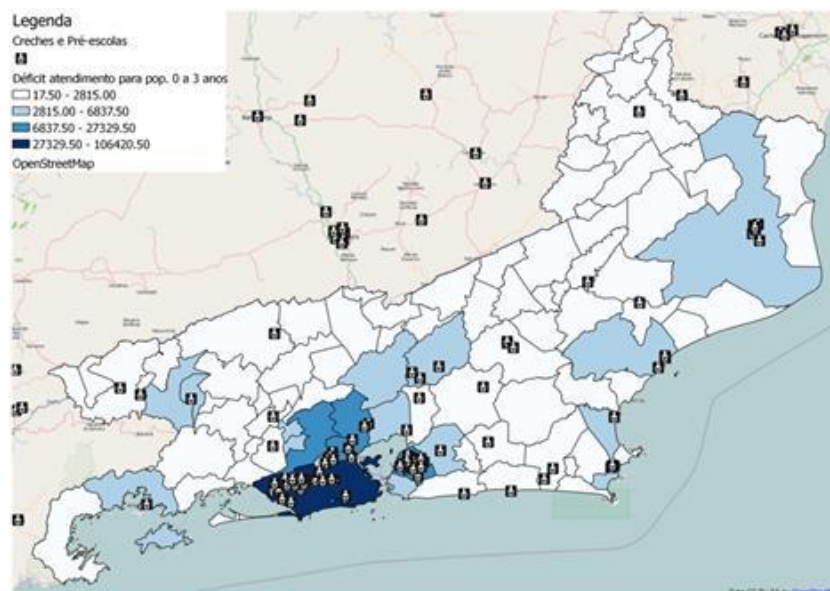


Municípios - PAC

- Municípios integrantes de RM e Rides, Capitais, acima de 100 mil hab (S e SE) e acima de 70 mil hab (N, NE e CO)
- Municípios de porte médio: 5665 - (G1 + G3)
- Municípios abaixo de 50 mil hab

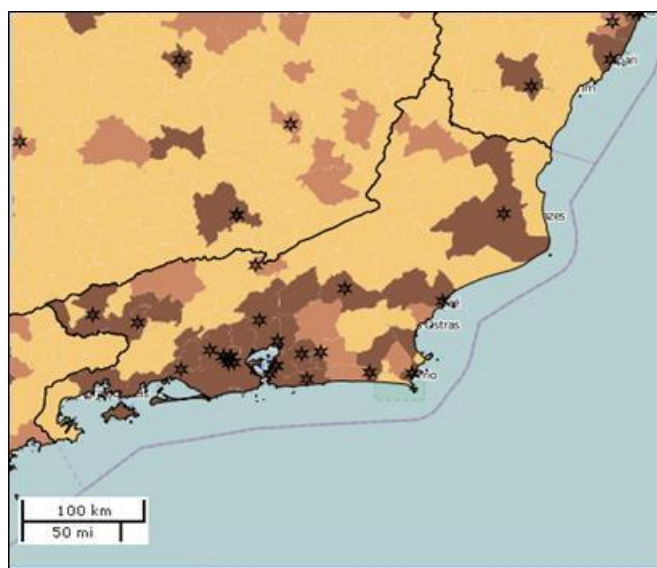
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 212 - Creches**



Fonte: SPI/MP

Figura 213 – Praça dos Esportes e da Cultura



Praças dos Esporte e da Cultura

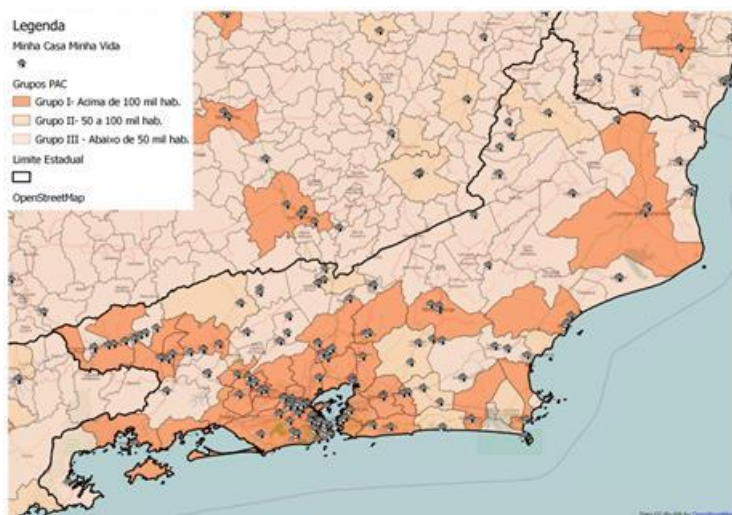


Municípios - PAC

- Municípios integrantes de RM e Rides, Capitais, acima de 100 mil hab (S e SE) e acima de 70 mil hab (N, NE e CO)
- Municípios de porte médio: 5665 - (G1 + G3)
- Municípios abaixo de 50 mil hab

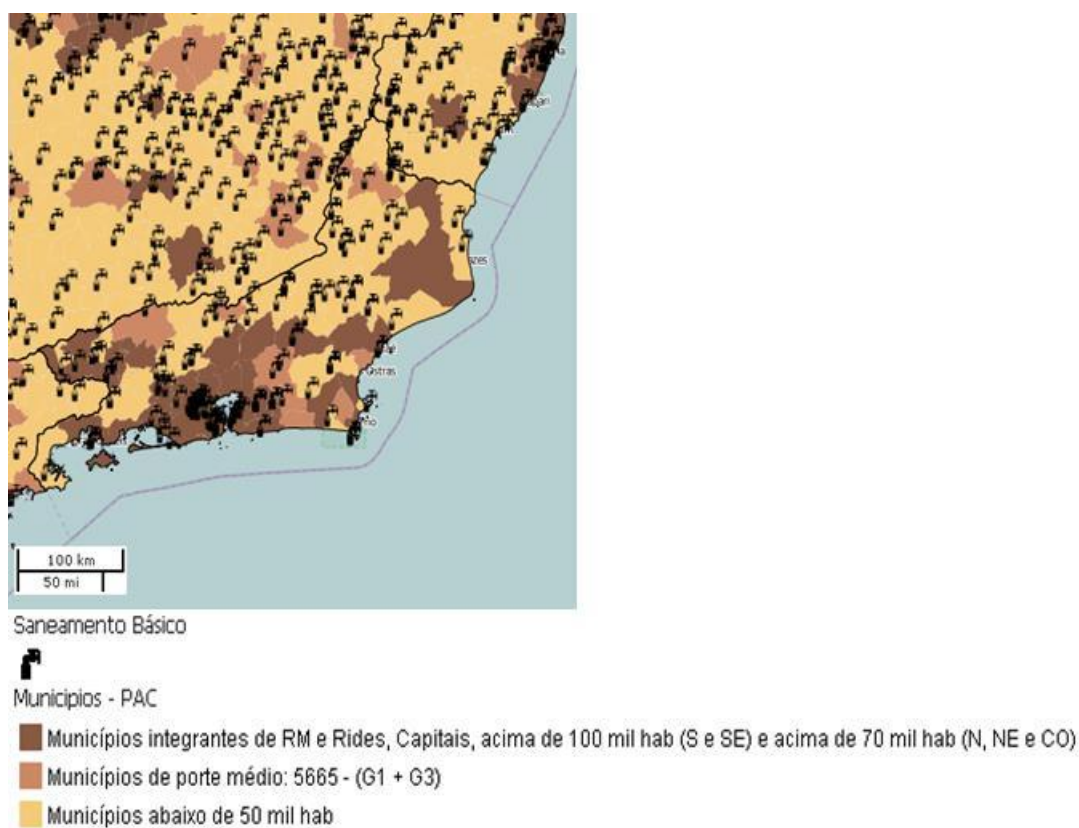
Fonte: SPI/MP

**Figura 214 - Programa Minha Casa Minha Vida**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 215 - SANEAMENTO**



**Fonte: SPI/MP**

Outras áreas apontadas na estratégia federal são o fortalecimento do Sistema de Unidades de Conservação e cadastramento ambiental (SNUC, CAR), a construção,

adaptação e/ou manutenção de equipamentos urbanos para realização de grandes eventos e o fortalecimento do turismo.

**Figura 216 – Sistemas de Unidades de Conservação**



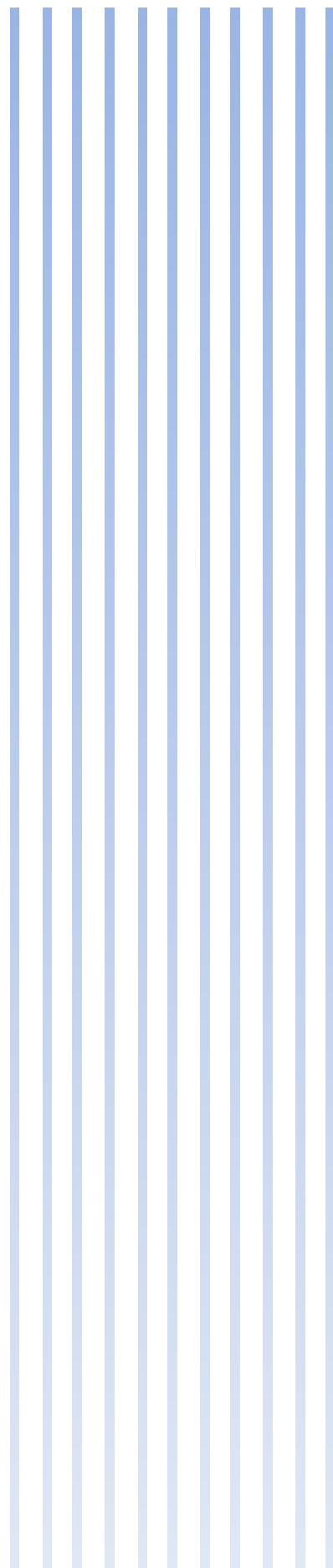
**Fonte: SPI/MP**

## ESTRATÉGIA ESTADUAL

Da listagem de programas e ações do PPA apresentada pelo Estado do Rio de Janeiro não foi possível inferir a priorização ou se as ações estão em curso.







REGIÃO SUL



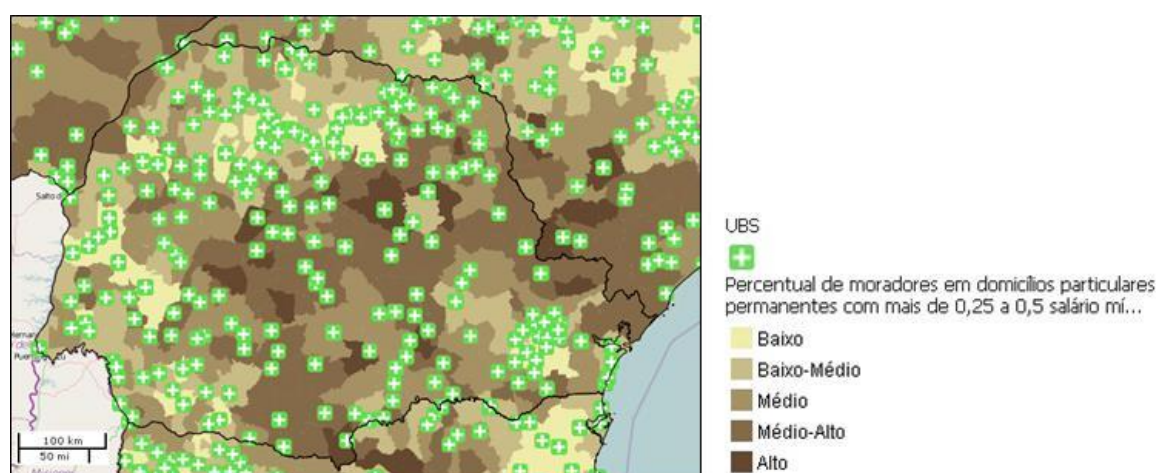
## PARANÁ

O Estado não apresentou documentação que permita conhecer produtos e entregas ou a regionalização do Estado.

## PLANEJAMENTO FEDERAL

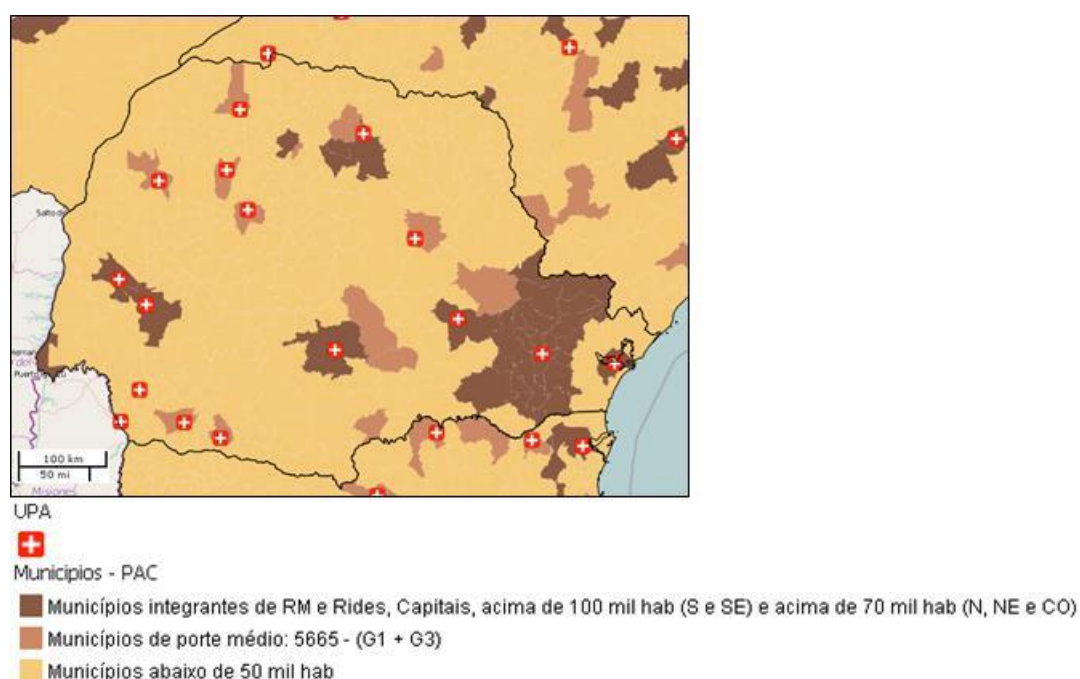
O governo federal propõe, em parceria com o Estado para reduzir o déficit de universalização de políticas públicas nos territórios de maior desigualdade, a região central do Estado, por meio de programas de Educação, Analfabetismo, Saúde, Esporte e Cultura, Transferência de Renda, conforme figuras a seguir.

**Figura 217 - UBS**



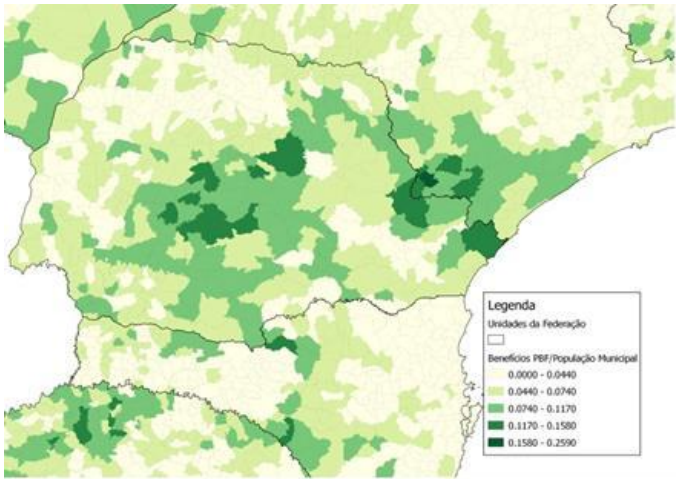
Fonte: SPI/MP

**Figura 218 - UPA**



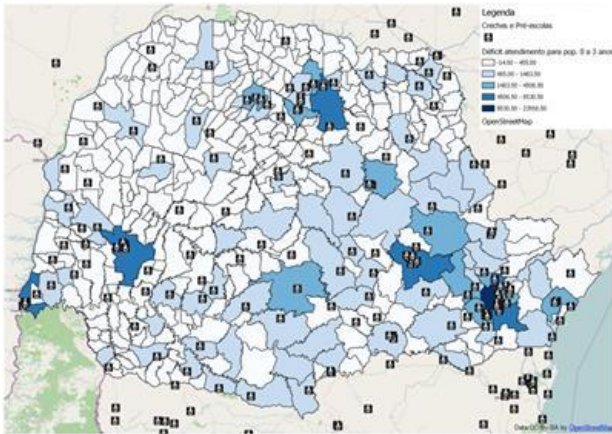
Fonte: SPI/MP

### Figura 219 – Bolsa Família



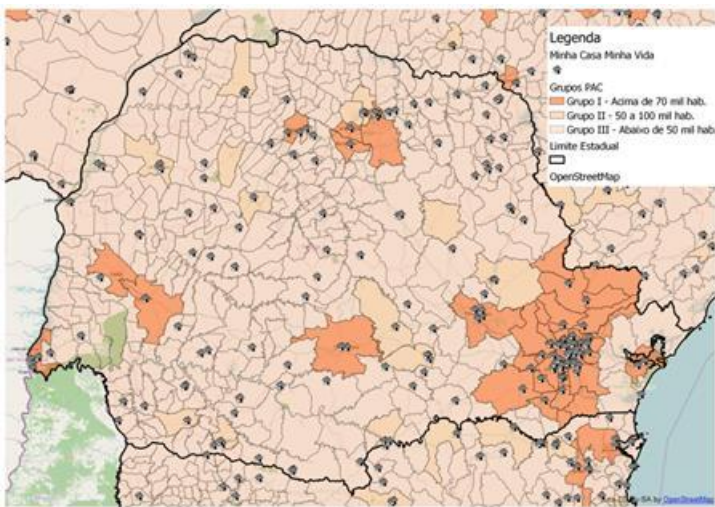
**Fonte: SPI/MP**

### Figura 220 - Creches



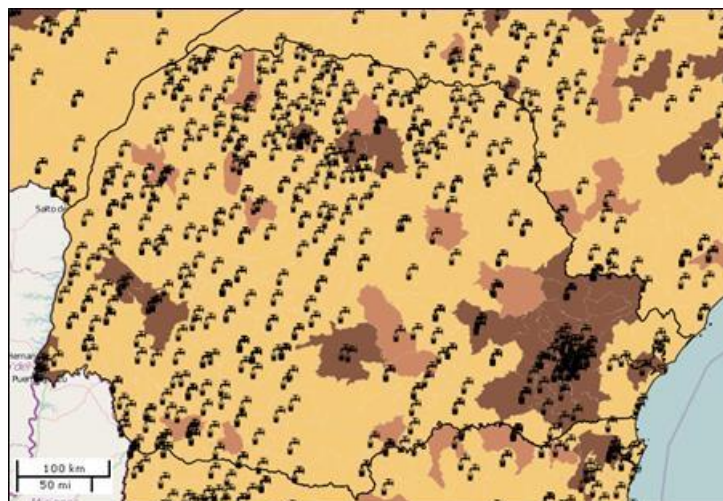
**Fonte: SPI/MP**

**Figura 221 - Progrma Minha Casa Minha Vida**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 222 - Saneamento**



Saneamento Básico



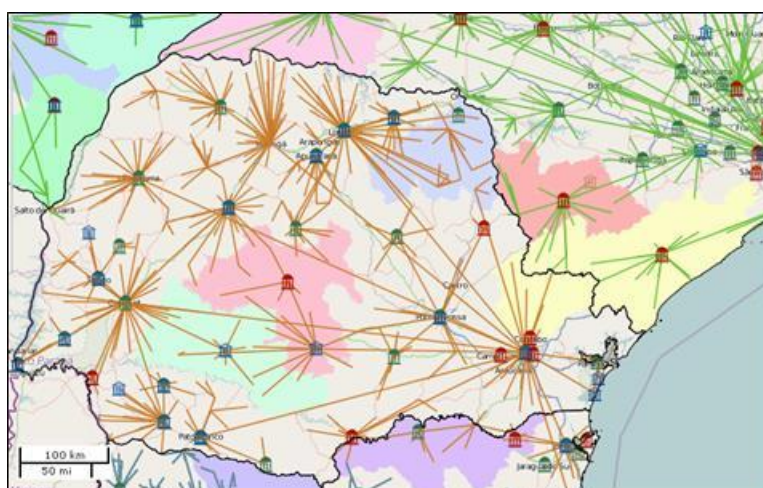
Municípios - PAC

- Municípios integrantes de RM e Rides, Capitais, acima de 100 mil hab (S e SE) e acima de 70 mil hab (N, NE e CO)
- Municípios de porte médio: 5665 - (G1 + G3)
- Municípios abaixo de 50 mil hab

**Fonte: SPI/MP**

A estratégia de interiorização do Ensino Técnico e Superior e o Programa Territórios da Cidadania visam diminuir a desigualdade Rural x Urbano.

**Figura 223 – Ensino Técnico e Superior**



Ensino Superior

Funcionando

Não Funcionando

Ensino Técnico

Funcionando

Não Funcionando

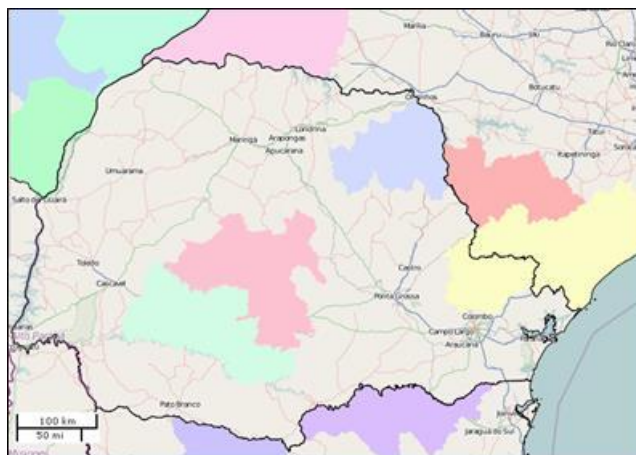
Unidades da Federação

Região de influência das Cidades

**Fonte: SPI/MP**



**Figura 224 – Territórios da Cidadania**



**Fonte: SPI/MP**

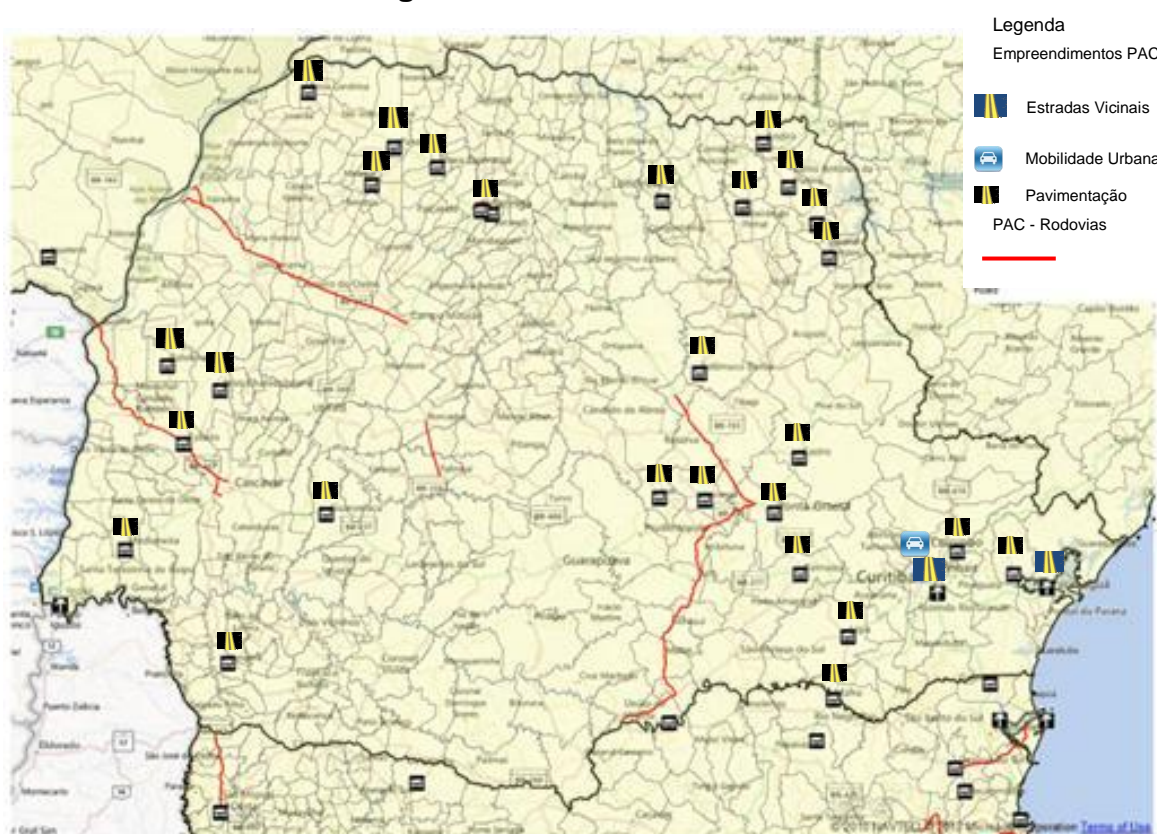
Também faz parte da proposta federal o fortalecimento do porto de Paranaguá com o programa Portos e o adensamento das conexões rodoviárias e ferroviárias ao porto de Paranaguá, no âmbito do PAC rodovias e do Programas de Concessão Ferrovias. As figuras que se seguem ilustram a temática.

**Figura 225 – Infraestrutura - Portos**



**Fonte: SPI/MP**

**Figura 226 – Infraestrutura - Rodovias**



Fonte: SPI/MP

**Figura 227 – Infraestrutura - Ferrovias**



Fonte: SPI/MP

Iniciativas como aeroportos regionais, a ponte binacional, Itaipu além de fortalecer o turismo promovem a integração sul-americana.

Figura 228 – Infraestrutura - Aeroportos



Fonte: SPI/MP

Também de grande importância são as ações para fortalecer a segurança hídrica e energética.

PLANEJAMENTO ESTADUAL

De acordo com o documento obtido do estado do Paraná, as ações do PPA concentram-se no programa Pró-Rural – Desenvolvimento Econômico Territorial; no Renova Escola - Melhorias das instalações escolares; Prospecção, perfuração e instalação de sistemas de abastecimento de água; Microbacias; e Programa Família Paranaense (dirigido a famílias em situação de maior vulnerabilidade).

## RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul fez apresentação detalhada de sua regionalização e estratégia de desenvolvimento para o território do estado, mostrando-se muito receptivo ao trabalho em parceria com o governo federal. Foram feitas diversas visitas ao estado para construir uma agenda que integrasse as estratégias federal e estadual. Os governos federal e estadual apresentaram suas propostas para a agenda e chegou-se a um ponto de convergência que abarcava iniciativas estruturantes na área de fronteira e na zona do porto do Rio Grande. Em razão da dinâmica territorial, essa agenda foi posteriormente focada somente no Corede Sul, incluindo iniciativas relacionadas ao Porto de Rio Grande, à integração sul-americana e à implantação de energia eólica.

## DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

### A Estratégia de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul 2012-2015

A estratégia traçada pelo Governo do Estado busca colocar o Rio Grande do Sul na trilha do desenvolvimento nacional, o qual alia crescimento econômico (estabilidade macroeconômica e crescimento do Investimento privado e público) com distribuição de renda, expansão do mercado interno de massas, a mobilidade social dos mais pobres, a erradicação da miséria e uma agenda ampla de garantia de direitos.

São também elementos centrais da estratégia estadual: a busca de uma nova posição do RS no contexto federativo; uma integração mais ampla do Rio Grande do Sul com os fluxos de investimento e mercados mundiais; um tratamento mais adequado da questão das desigualdades regionais; a participação social e a transversalidade na gestão pública; e a questão da recuperação das funções de Estado, em especial nas áreas de educação, saúde e segurança pública. Na base desse projeto está a retomada do desenvolvimento sustentável com equidade e participação.

Para atingir esses propósitos, o Governo organizou suas ações em quatro dimensões e onze objetivos estratégicos. As dimensões priorizadas com seus respectivos objetivos estratégicos são:

- **Econômica:** Alcançar o crescimento do investimento, do emprego e da renda;
- **Regional:** Promover o desenvolvimento regional;
- **Social:** Elevar a qualidade de vida e erradicar a pobreza extrema;
- **Democrática:** Aprimorar a cidadania e os valores republicanos.

São essas as dimensões que orientaram a elaboração do Plano Plurianual 2012-2015, que prevê em seus programas a aplicação de significativos recursos visando ao alcance dos objetivos estratégicos do Governo.

A percepção da dinâmica territorial baseada unicamente nos movimentos macrorregionais, especialmente em função da questão da chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul, perdurou até o início da década de 90, quando a questão regional passou a ser tratada considerando um número maior de variáveis. Essa nova abordagem pode ser facilmente percebida através da análise do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE). O IDESE, divulgado anualmente pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é um indicador sintético, elaborado nos moldes do conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Sua elaboração resulta de um amplo conjunto de indicadores, agrupados em quatro grandes blocos: Educação, Renda, Saneamento e Domicílios e Saúde. Pela abrangência das variáveis socioeconômicas que compõem o IDESE, sua utilização permite a classificação em três estágios de desenvolvimento: baixo desenvolvimento (zero até 0,499); médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799); e, alto desenvolvimento (de 0,800 até 1,000).

Uma breve avaliação das regiões dos COREDEs, através da análise do IDESE, reforça a ideia de que a questão das desigualdades regionais é bem mais complexa do que a forma tradicional de se compreender o tema, tendo como base a oposição entre o norte desenvolvido e o sul atrasado. Contrariando essa percepção, observa-se que, tanto os COREDEs que possuem os melhores indicadores do IDESE (Metropolitano Delta do Jacuí e Serra), quanto os que possuem os piores indicadores (Alto da Serra do Botucaraí e Médio Alto Uruguai) localizam-se na porção norte do território gaúcho. A figura 229 ilustra essa situação.

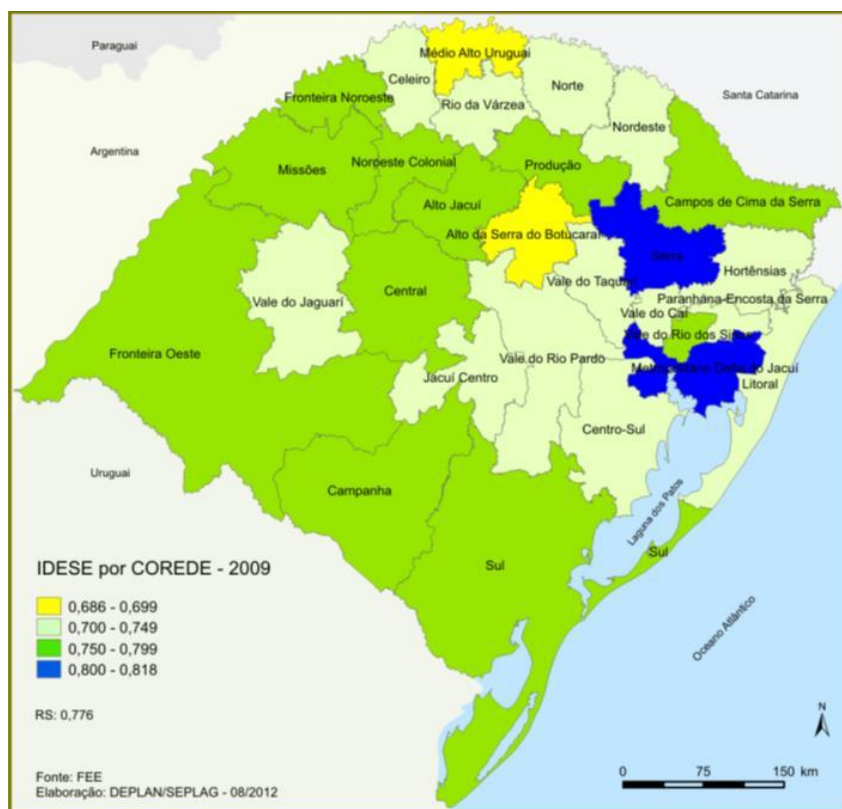
Outra ocorrência significativa é uma visível mudança da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul, com o relativo esvaziamento das regiões localizadas a oeste e noroeste do território rio-grandense, em favor dos territórios situados a leste do Estado.

Conforme se observa na figura 230, a gradativa queda dos índices de natalidade, associada aos movimentos migratórios, tem acentuado a perda de população de regiões próximas às fronteiras, em favor dos polos urbanos mais dinâmicos. A Região Metropolitana de Porto Alegre, por sua vez, continua absorvendo grande parte do contingente populacional oriundo dessas regiões. O que se diferencia do processo ocorrido durante a década de 70, quando do auge da transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, é que o fluxo migratório não mais se dirige, predominantemente, ao núcleo metropolitano, fixando-se nos municípios da franja metropolitana, que se beneficiam da desconcentração industrial.

As taxas do crescimento populacional dão a dimensão dessa situação nos últimos anos. No período que vai de 2000 a 2007, o número de regiões que teve reduzida sua população duplicou, em relação ao período de 1990 a 2000, expandindo-se para todo o arco de fronteira. Esses territórios, além de não acompanharem o crescimento vegetativo, perderam população para as demais regiões do Estado.

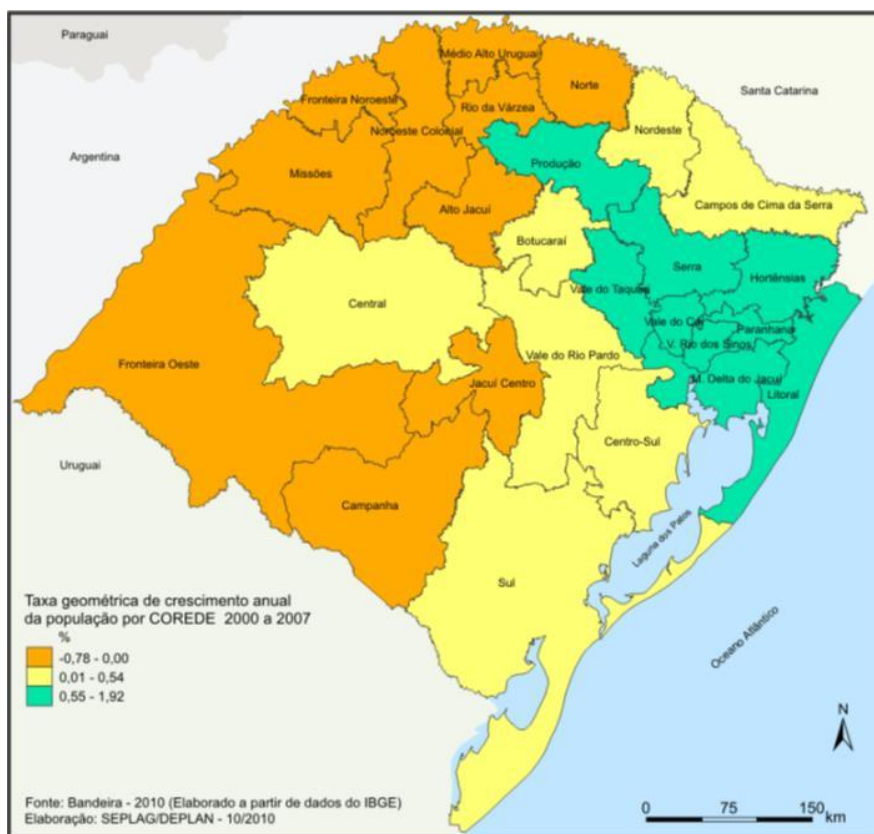


**Figura 229 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS**



Fonte: Seplag RS

**Figura 230 - Taxa de crescimento anual da população - 2000 a 2007**

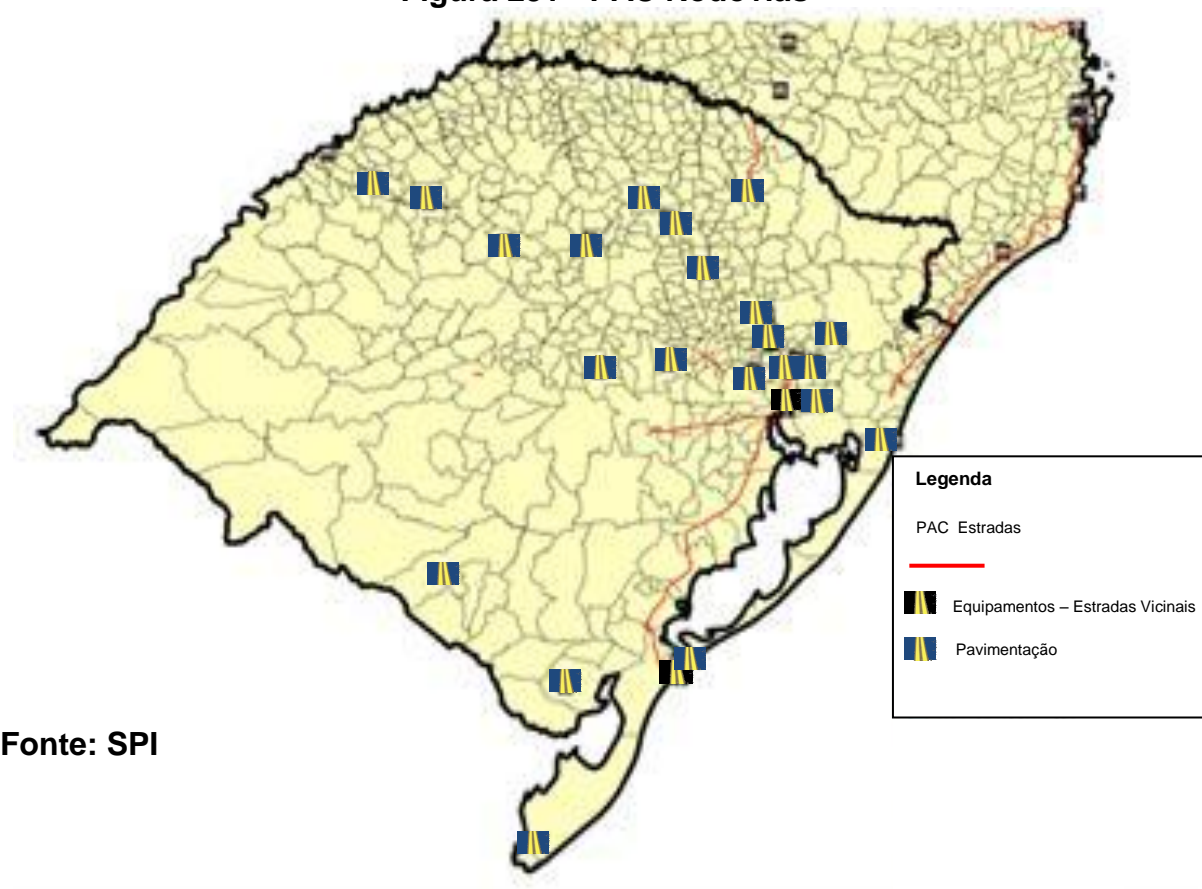


## ESTRATÉGIA FEDERAL

Insertas nas quatro dimensões estratégicas e nos onze macrodesafios a estratégia federal para o Rio Grande do Sul prevê ações em diversas áreas.

A integração multimodal nos eixos norte-sul e leste-oeste, que promovem a integração sul-americana se daria por meio do PAC rodovias, da ligação Ferroviária Cacequi-Rivera, da hidrovia Lagoa Mirim e Lagoa dos Patos e pelo Programa de Concessão Ferrovias. As ações referentes ao fortalecimento do porto e polo naval de Rio Grande estão insertas no Programa de Portos e no PAC Rodovias, Estaleiro, Indústria Naval. As figuras que se seguem ilustram a temática.

**Figura 231 - PAC Rodovias**



Fonte: SPI

**Figura 232 – Integração Sul-Americana**



Fonte: SPI

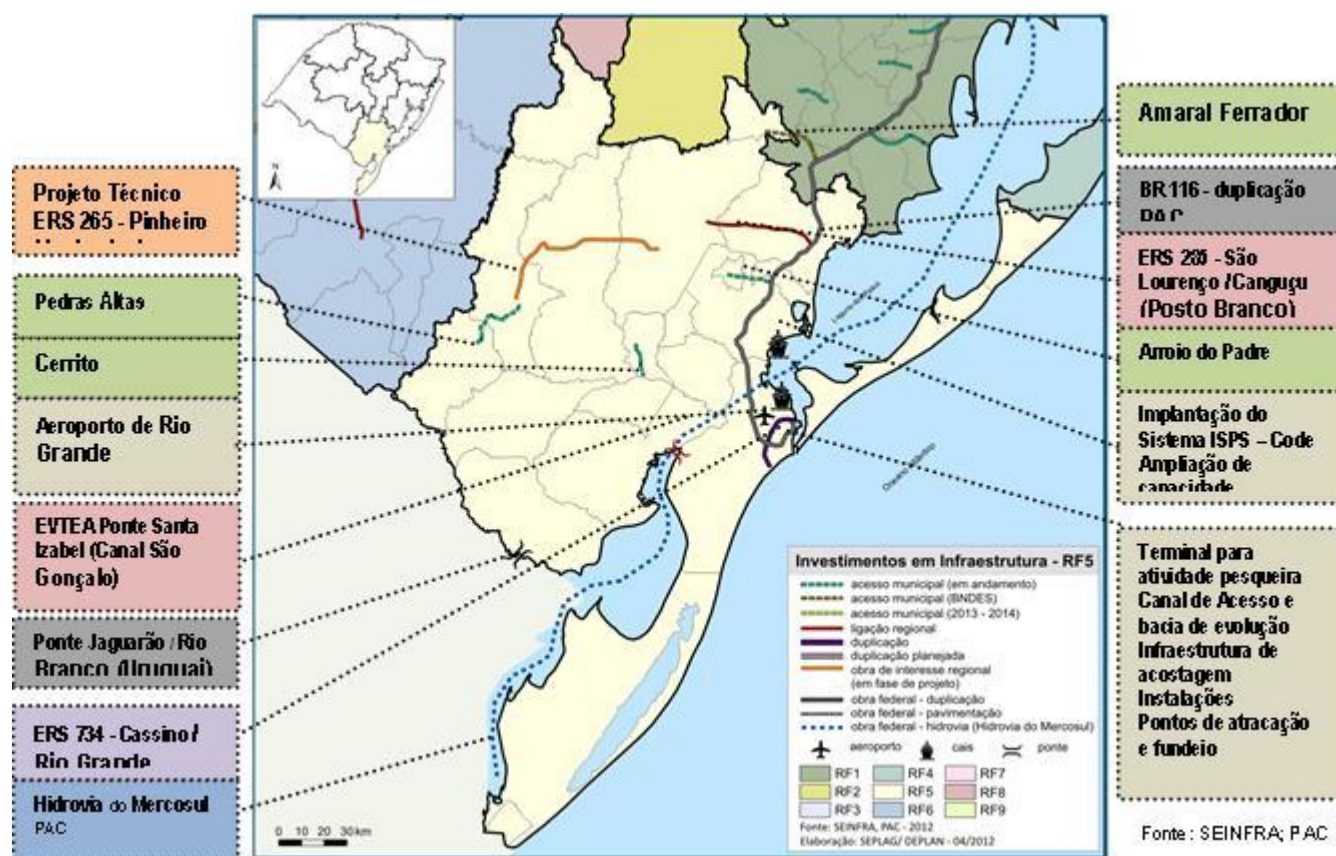
**Figura 233 - Programa de Integração em Logística - Ferrovia**



Fonte: SPI



**Figura 234 - Infraestrutura de Transportes: Rodovias, Hidrovias e Transportes**

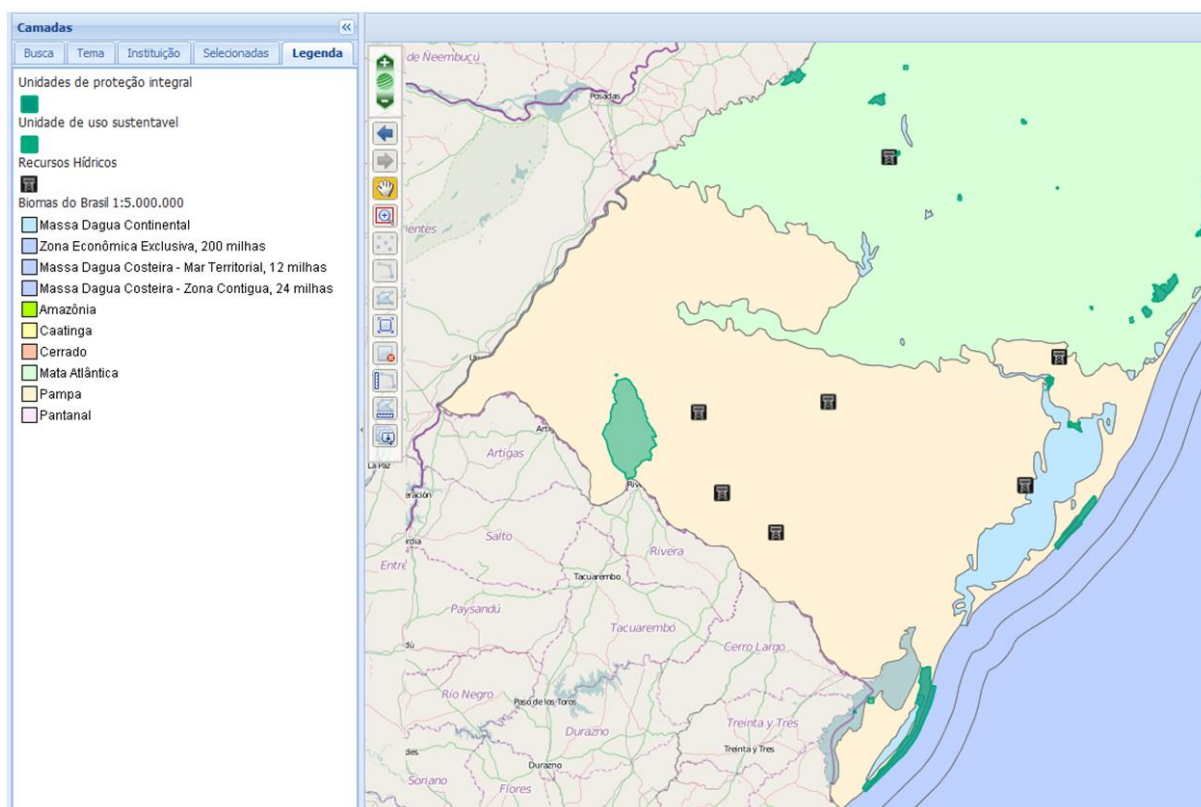


**Fonte: SPI**

No âmbito do SNUC e do CAR do Ministério do Meio Ambiente se dará o fortalecimento do Sistema de Unidades de Conservação, conforme descrito na figura 235.

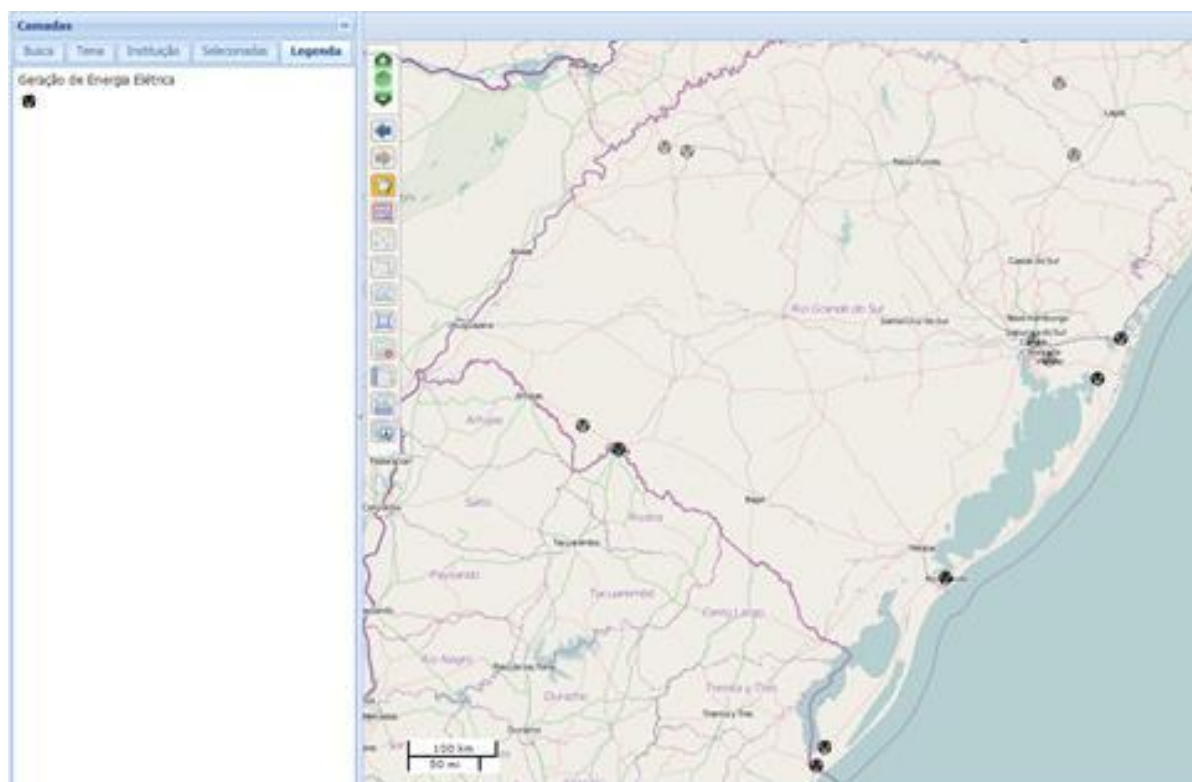
Ademais, também com ações previstas no PAC haverá foco no aproveitamento do potencial de energia renovável dos parques eólicos, que são ilustrados na figura 236.

**Figura 235 – Sistema de Unidades de Conservação**



Fonte: SPI

**Figura 236 – Parques Eólicos**

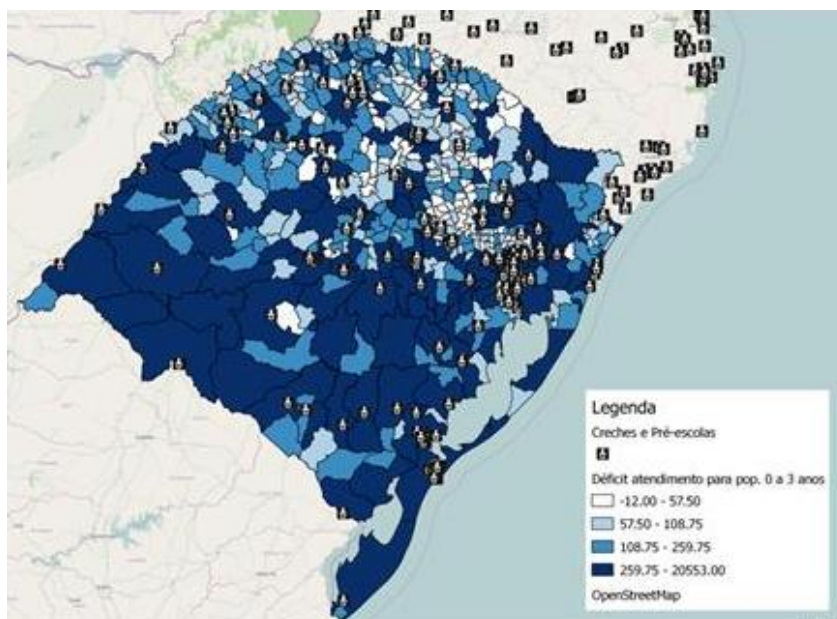


Fonte: SPI



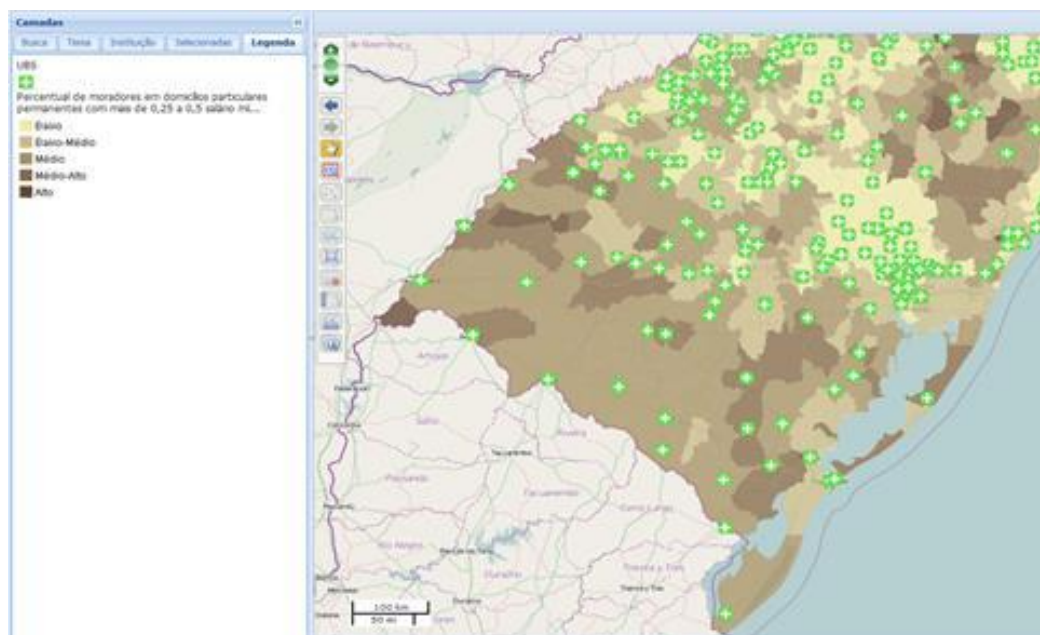
Na área de Educação e Saúde, há o estabelecimento de ações que reduzam o déficit de políticas universais em territórios de maior desigualdade. Pretende-se, ainda, avançar na Universalização de políticas de cunho social. Na temática de Educação, busca-se atender o déficit de creches e aumentar a oferta de ensino Técnico e Superior. Já no tocante à Saúde, visa-se aumentar a rede de atendimento por meio de UBS e UPAs para a população na faixa de extrema pobreza.

**Figura 237 - Creches**



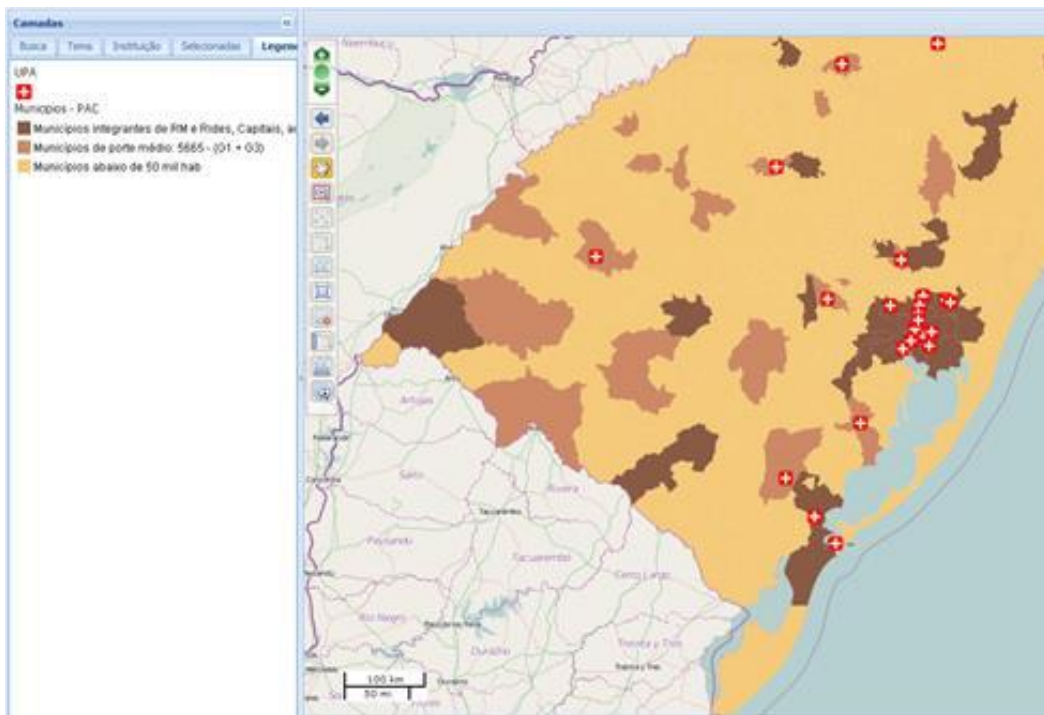
Fonte: SPI

**Figura 238 - Saúde USB**



Fonte: SPI

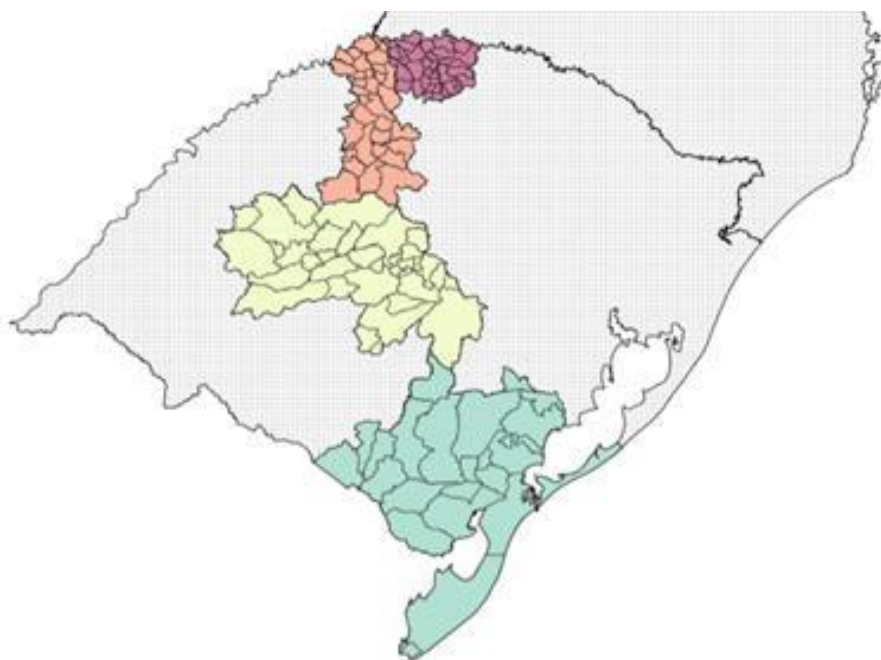
### Figura 239 - Saúde UPAS



**Fonte: SPI**

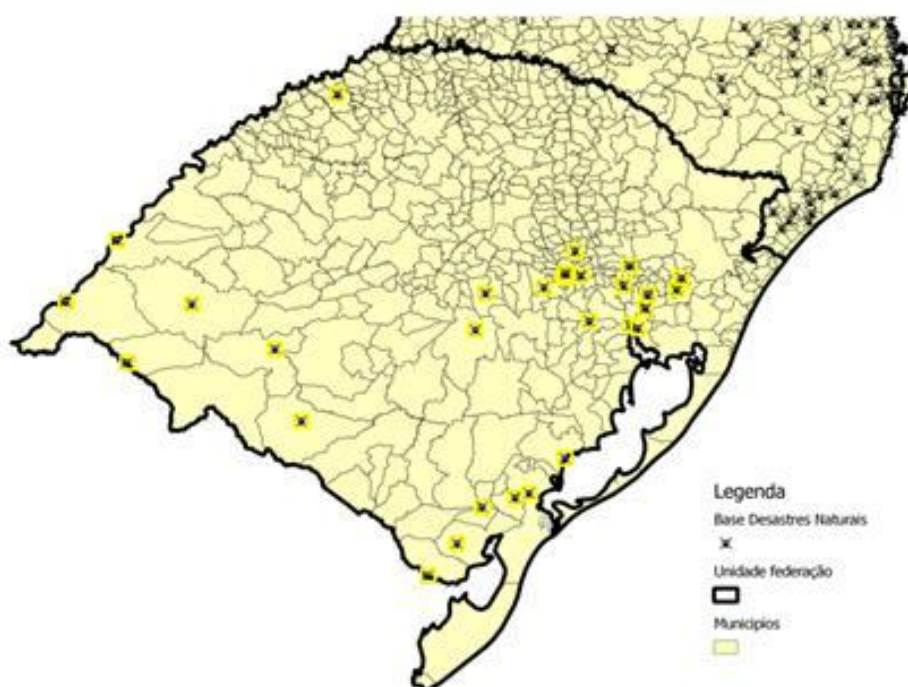
Por meio do programa Territórios da Cidadania pretende-se obter uma redução das desigualdades Rural x Urbano. Com a participação dos Ministérios da Justiça, Defesa e Fazenda, no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON, busca-se atuar na segurança pública na faixa de fronteira. Há ainda a previsão de se utilizar políticas sociais de Irrigação e Prevenção de Riscos e Respostas a Desastres Naturais na metade sul do Estado.

**Figura 240 - Territórios da Cidadania**



**Fonte: SPI**

**Figura 241 - Municípios Seleccionados pelo PRRDN**

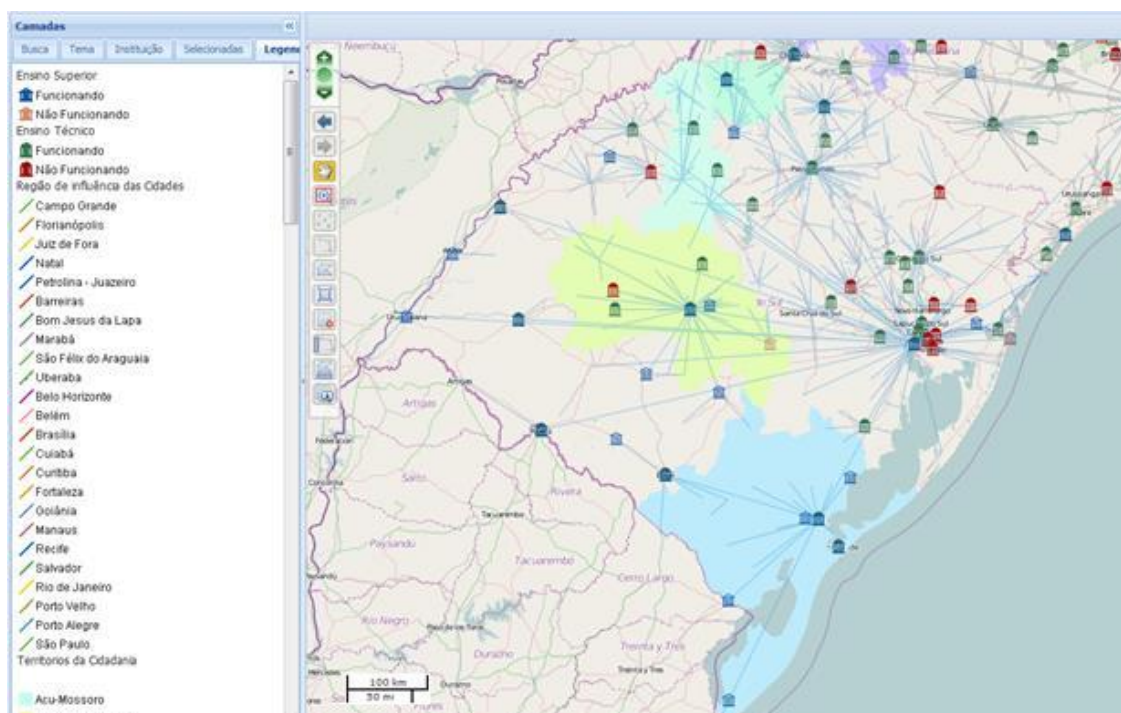


**Fonte: SPI**

Para enfrentar as vulnerabilidades sociais em Polos Regionais, propôs-se a desconcentração do ensino superior e profissional, do Programa Minha Casa Minha Vida, CRACK é Possível Vencer, Programa de Aeroportos regionais, conforme figuras a seguir.

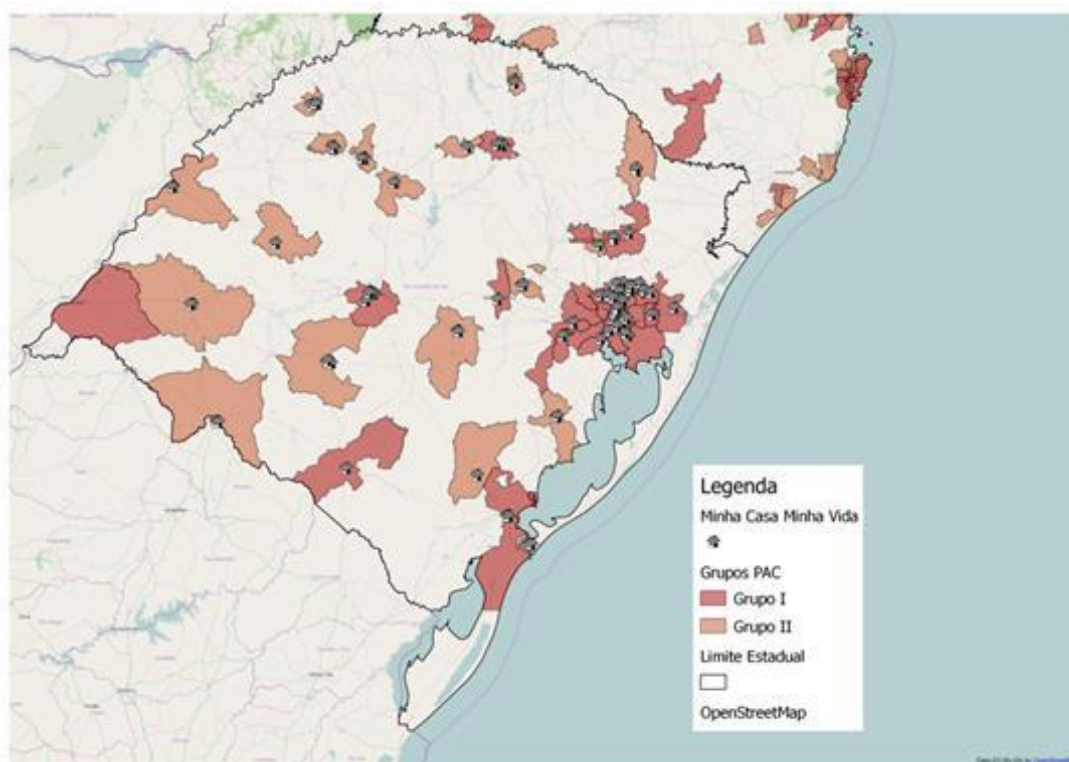


**Figura 242 - Educação Superior e Ensino Técnico**



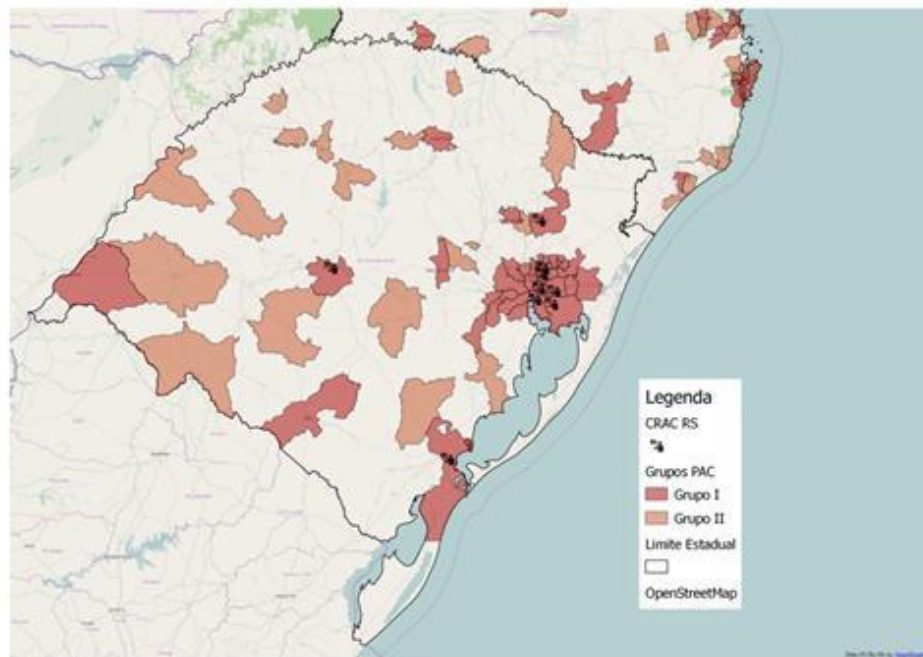
Fonte: SPI

**Figura 243 - Mina Casa Minha Vida**



Fonte: SPI

**Figura 244 - Crack É Possível Vencer**



Fonte: SPI

**Figura 245 - Aeroportos Regionais**



Fonte: SPI

Como proposta em construção, busca-se a territorialização da política industrial com Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e da Política Agrícola com os ministérios da agricultura e do desenvolvimento agrário.



## ESTRATÉGIA ESTADUAL

O Governo do Rio Grande do Sul organizou suas ações em quatro dimensões (econômica, regional, social e democrática) e onze objetivos estratégicos, orientadoras da elaboração do PPA Participativo 2012-2015 e dos conteúdos dos Programas. O PPA também seguiu quatro orientações de método: regionalização e transversalidade das ações, alinhamento com estratégia nacional de desenvolvimento e participação popular.

Conforme já mencionado, as dimensões priorizadas são:

**Econômica:** Alcançar o crescimento do investimento, do emprego e da renda;

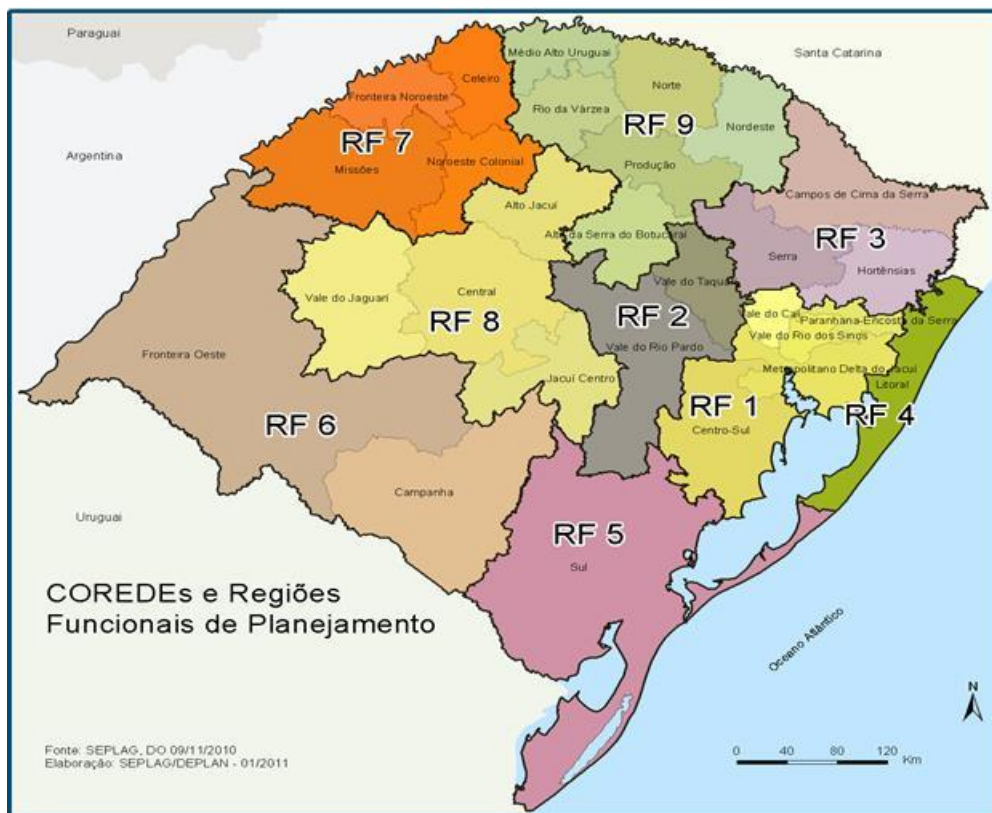
**Regional:** Promover o desenvolvimento regional;

**Social:** Elevar a qualidade de vida e erradicar a pobreza extrema;

**Democrática:** Aprimorar a cidadania e os valores republicanos.

O Estado apresentou sua escala de regionalização que conta com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e 9 Regiões Funcionais de Planejamento, conforme demonstrado na figura 246.

**Figura 246 - Regiões de Planejamento**



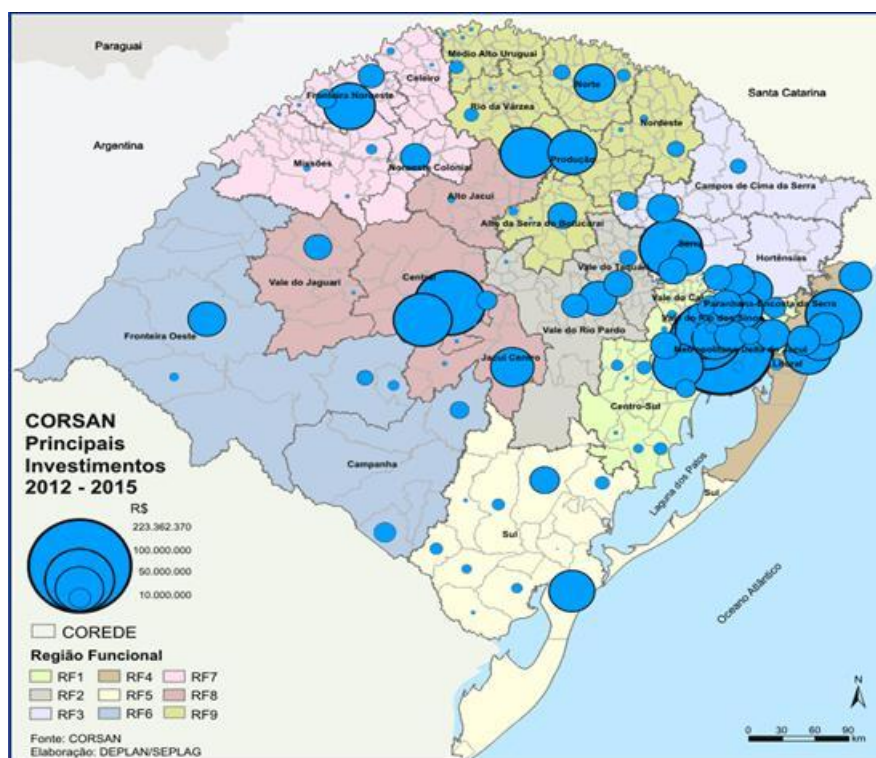
**Fonte: Deplan-RS**

Os Mapas de Investimento apresentados pelo Estado apresentam ações na área de infraestrutura, tecnologia, desenvolvimento rural, saneamento, educação, saúde e segurança.

Em sua apresentação o Estado priorizou dois aspectos: investimentos em infraestrutura e combate às desigualdades regionais.

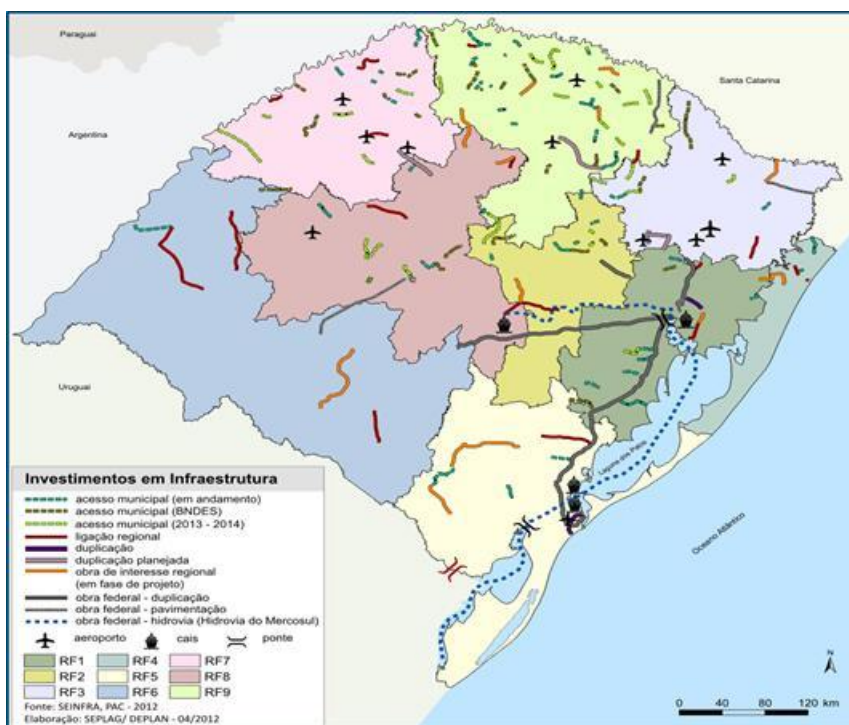
O Investimento em Infraestruturas de Saneamento concentra-se fortemente nas regiões 1 e 4 e em Transportes, nas regiões 1 e 5, conforme demonstram as figuras 247 e 248.

**Figura 247 - Infraestrutura de Saneamento**



Fonte: Deplan-RS

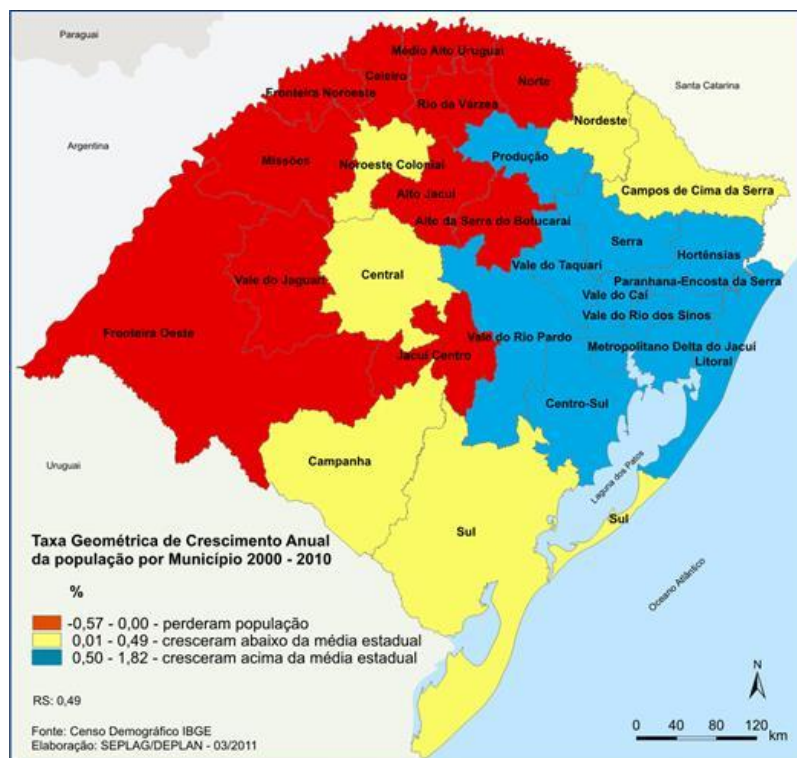
**Figura 248 - Infraestrutura em Transporte**



**Fonte: Deplan-RS**

O Combate às Desigualdades Regionais está intrinsecamente relacionado ao crescimento demográfico do estado que, nas zonas de fronteira, tem sido negativo, o que pode ser constatado na figura 249.

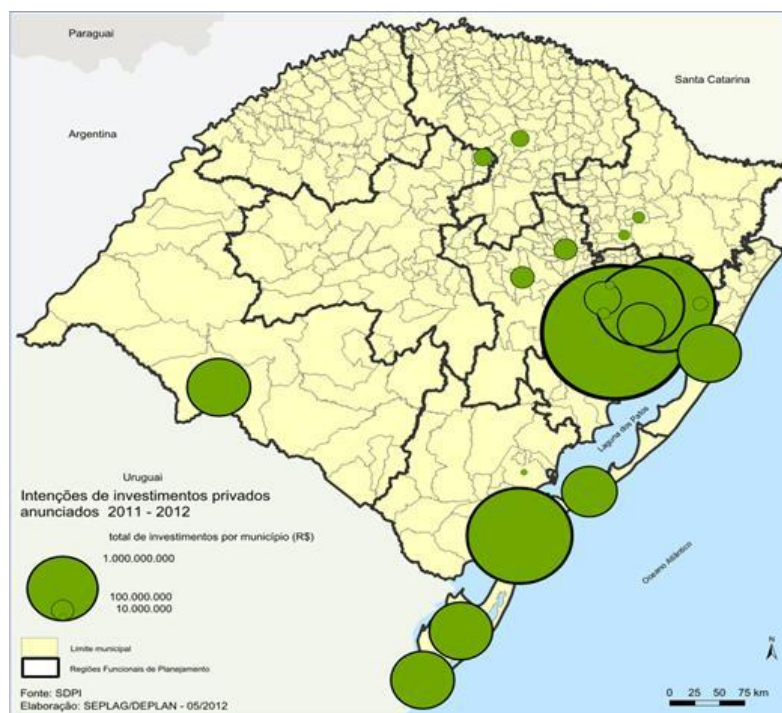
**Figura 249 - Crescimento Demográfico do Estado**



**Fonte: Deplan-RS**

Do ponto de vista dos investimentos privados, observa-se foco significativo na região do Polo Naval de Rio Grande e Jacuí, conforme demonstrado pela figura 250.

**Figura 250 - Investimento Privados no Estado**



**Fonte: Deplan-RS**

## AGENDA DE CONVERGÊNCIA

Relacionado ao eixo de infraestrutura e também ao eixo de inserção internacional, o fortalecimento da multimodalidade de transportes e o **aprofundamento da integração sul-americana** se destacam como linhas estratégicas do Governo Federal para o estado do Rio Grande do Sul. o projeto da hidrovía do Mercosul, a ferrovia entre Cacequi e Rivera e o projeto da terceira ponte rodoviária entre Brasil e Argentina, com as oportunidades de desenvolvimento territorial daí advindas, fortalecem essa estratégia.

Na mesma linha, **o aproveitamento do potencial de geração de energia renovável, com a implantação de parques eólicos** próximos ao litoral (Osório) e na faixa de fronteira sul do Estado conferem oportunidades de integração e desenvolvimento, acompanhadas de uma gama de políticas sociais que, embora universais, tem incidência especial na região sul do Estado, região de maior desigualdade no Estado, onde se complementam com políticas de gestão de riscos e combates a desastres naturais, dada a incidência de secas na região. A isso também se agrega **projetos de infraestrutura hídrica**, a garantir água para consumo na região, principalmente nas épocas de estiagem; e a **estratégia nacional de fronteiras**.



Outro ponto importante da estratégia federal para o estado do Rio Grande do Sul é o fortalecimento do **porto e do polo naval de Rio Grande**. Isso reflete várias políticas em curso, que englobam desde a melhoria das vias de acesso ao Porto, a própria instalação de um estaleiro na região, como os investimentos anunciados no plano de investimento em logística nos vários portos do país, que prevê, para os portos do Rio Grande e Porto Alegre, mais de R\$ 1 bilhão de investimentos até 2017.

Polos regionais também são contemplados na estratégia federal, onde incide a oferta de ensino superior e técnico, bem como de aeroportos regionais, que fortalecem o acesso, reforçando sua capacidade de polarização e de geração de oportunidades econômicas. Por outro lado, é sobre alguns deles que se concentram as iniciativas do governo federal em apoio ao combate do uso de drogas, como o programa Crack é possível vencer, que foca municípios acima de 200 mil habitantes.

Por fim, complementa a agenda estratégica mapeada do governo federal para o Estado a política de fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, principalmente porque o bioma pampa, no Brasil, é exclusivo ao Rio Grande do Sul e deve ampliar os níveis de cobertura em unidades de conservação.

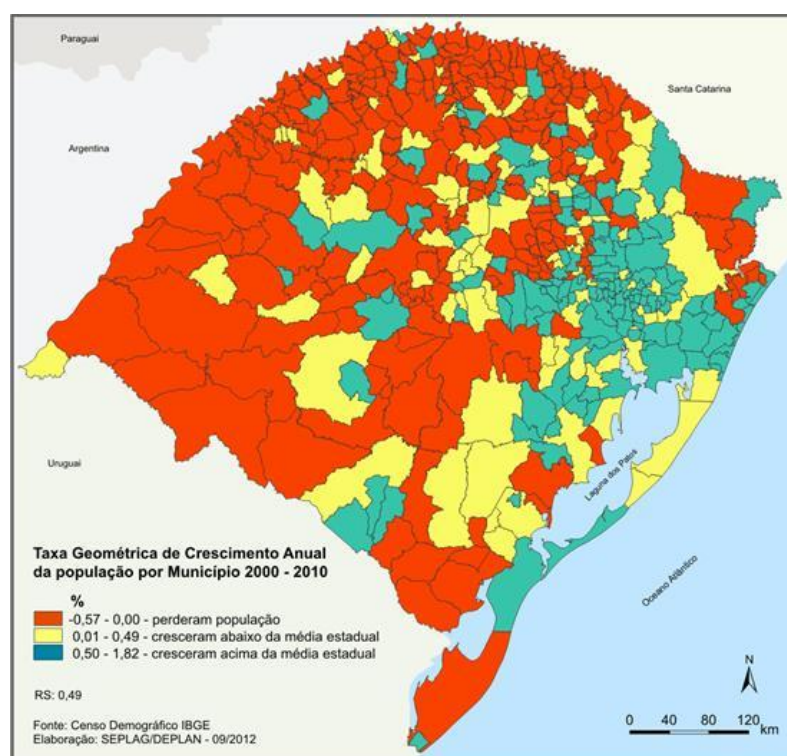
Por seu turno, o Governo do Estado, em seu PPA, revela também uma estratégia de atuação no território dividido em quatro grandes eixos: a) Alcançar o crescimento do investimento, do emprego e da renda; b) Promover o desenvolvimento regional; c) Elevar a qualidade de vida e erradicar a pobreza extrema; d) Aprimorar a cidadania, promover a paz e os valores republicanos, expressando as dimensões econômica, regional, social e democrática.

No diálogo com o Governo Federal, destacaram-se duas questões centrais para o desenvolvimento regional gaúcho. A primeira, no **sentido de possibilitar um adequado ordenamento nos territórios onde tem se concentrado os investimentos privados**, notadamente os eixos Porto Alegre – Caxias do Sul e Porto Alegre – Lajeado e, mais recentemente, **a área que compreende o Aglomerado Urbano do Sul, tendo em vista à ampliação do Polo Naval de Rio Grande**. Questões como o saneamento, o acesso metropolitano e ao Porto do Rio Grande, são, entre outras, fundamentais para a potencialização dos investimentos ali instalados, bem como a possibilidade de vazamento dos efeitos positivos para outras regiões do estado, como na hidrovia do Jacuí, onde se instalam indústrias que atendem o Polo Naval de Rio Grande.

**O segundo eixo de atuação das ações governamentais é no sentido da maior atenção aos territórios que tem apresentado dificuldades em se inserir no processo de desenvolvimento**, ficando de fora das áreas prioritárias de expansão do capital e apresentando problemas de esvaziamento populacional e de renda. Nessa linha, a evolução da taxa de crescimento da população municipal apresenta números preocupantes, uma vez que mais da metade dos municípios gaúchos perderam população no decênio que vai de 2000 a 2010, sendo que, **de forma geral esses municípios se distribuem ao longo da Faixa de Fronteira**, como pode ser observado na Figura 251.



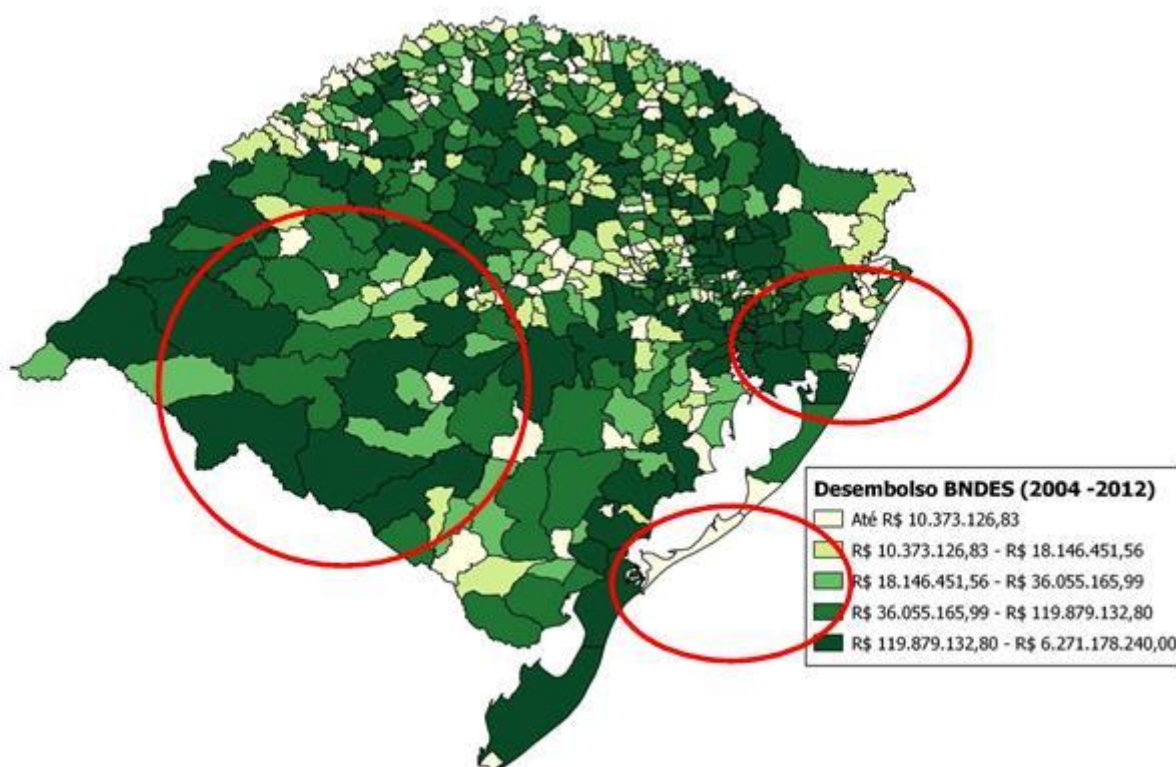
**Figura 251 – Taxa geométrica de crescimento da população 2000-2010, por município**



**Fonte: Deplan-RS**

De fato, os investimentos privados ensejam dinâmicas territoriais que precisam ser consideradas para a identificação das possibilidades de convergência entre Governo Federal e Governo Estadual. Considerando os desembolsos do BNDES, entre 2004 e 2012, percebem-se claramente três áreas de concentração: região metropolitana de Porto Alegre, estendendo-se até a Serra, **a região do porto do Rio Grande** e o sudoeste do Estado, na região de fronteira, conforme figura 252.

**Figura 252 – Desembolsos do BNDES por município 2004/2012**



**Fonte: BNDES**

As intenções de investimento mapeadas pela Rede Nacional de Informações sobre Investimentos – RENAI, do MDIC, também apresentam algumas informações importantes para a análise. **De um total mapeado de acima de US\$ 26 bilhões entre 2008 e 2012, o setor que mais se destaca é o de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, o qual inclui os investimentos nos parques eólicos, com mais de US\$ 9 bilhões de intenções de investimentos identificadas.** Em seguida, as atividades ligadas à fabricação de celulose, com pouco mais de US\$ 4 bilhões, refino de petróleo, cerca de US\$ 3,5 bilhões, e produção de automóveis, com cerca de US\$ 2 bilhões.

A sociedade local também percebeu a potencialidade da energia renovável. **No Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania Zonal Sul do Estado<sup>2</sup>, consta projeto de implantação de parques**

---

<sup>2</sup> O território abrange uma área de 39.960,00 Km<sup>2</sup> e é composto por 25 municípios: Amaral Ferrador, Arroio Grande, Candiota, Capão do Leão, Aceguá, Arroio do Padre, Canguçu, Cerito, Herval, Hulha Negra, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Chuí, Cristal, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu

**eólicos** em Jaguarão, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. De outro lado, as atividades tradicionais não são esquecidas e vários projetos para o fortalecimento da atividade agrícola são mencionados, envolvendo apoio à produção, estocagem e comercialização, principalmente voltados à agricultura familiar.

Vale destacar também que a perspectiva rural do território não se resume à agricultura. **O turismo rural é visto com bastante potencial na região, principalmente por conta da Lagoa Mirim e Lagoa dos Patos**, que pode ser conjugado com turismo típico da região da fronteira, especialmente com o Uruguai, e turismo histórico no extremo sul do país. Essa questão também se relaciona com outras demandas ligadas à preservação ambiental, qualidade das águas e atividades ligadas à Pesca.

Resgatando os vetores de desenvolvimento estratégico identificados pelo Estudo da Dimensão Territorial do Planejamento para o território em questão, também se podem trazer elementos úteis na busca da convergência. Destacam-se, sobretudo, dois fatores que tratam da necessidade de **enfrentamento de uma agenda típica dos grandes aglomerados urbanos** e do **aproveitamento da plataforma de integração sul-americana, especialmente transfronteiriça**, para preparar a estrutura sócio-produtiva do território e estimular projetos de integração mais robustos e diversificados.

Assim, sugere-se que a agenda de convergência entre o Governo Federal e o Estado do Rio Grande do Sul contenha duas grandes linhas de ação: **Integração Sul-americana e Impactos Territoriais do Porto e Polo Naval de Rio Grande**, particularmente na sua dimensão urbanística, envolvendo toda a região da aglomeração urbana do Sul, que envolve Rio Grande, Pelotas, São José do Norte, Arroio do Padre e Capão do Leão.

Com relação ao primeiro tema, destacam-se alguns projetos de infraestrutura, que poderiam ser acompanhados não apenas do ponto de vista da execução da obra, mas das complementaridades desejadas, seja do ponto de vista ambiental, social ou produtivo. Destacam-se a Hidrovia do MERCOSUL, a Ferrovia entre Cacequi e Rivera e a terceira ponte rodoviária entre Brasil e Argentina.

Nessa linha também poderiam ser consideradas as possibilidades de desenvolvimento econômico que contribuiriam para fazer recuar o movimento de esvaziamento demográfico da região, como as oportunidades surgidas a partir da implantação dos parques eólicos e de infraestrutura hídrica na região, ou mesmo as questões de turismo e aproveitamento das águas, conforme as demandas do território.

Com relação ao Porto e Polo Naval de Rio Grande, vislumbra-se a necessidade de tratar da questão urbana, seja nas áreas de mobilidade, saneamento ou habitação. Ainda, há a possibilidade de se incluir na agenda a discussão com relação à qualificação da mão-de-obra para essa atividade, especialmente no que tange às iniciativas para o ensino profissional e tecnológico.

## **Síntese da Agenda de Convergência para o Desenvolvimento Territorial:**

### **i. Integração Sul-americana:**

- Hidrovia do Mercosul
- Ferrovia Cacequi-Rivera
- Terceira ponte rodoviária com a Argentina
- Aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento na zona de fronteira:
- Parques eólicos, infraestrutura hídrica, turismo rural

### **ii. Impactos Territoriais do Porto e Polo Naval de Rio Grande:**

- Infraestrutura urbana na Aglomeração Urbana do Sul
- Ensino profissional e tecnológico para o setor naval
- Terminal Hidroviário no Rio Jacuí